

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Negociações Internacionais
Período de Análise: março de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Índice

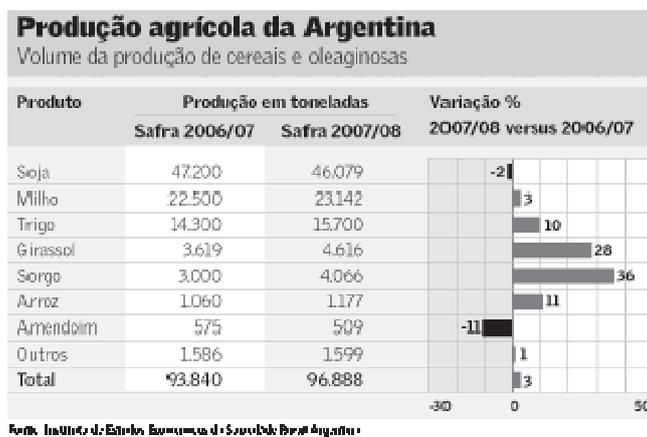
Argentina quer estatizar comércio agrícola - Janes Rocha – Valor Econômico – Internacional - 02/03/2009	4
Enquanto Brasil e EUA pelem, UE amplia subsídios - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 03/03/2009	5
PAC e Territórios da Cidadania são ações gêmeas contra a crise – Carta Maior – 05/03/2009	6
Otan restabelece relações com Moscou – Folha de São Paulo – Mundo – 06/03/2009.....	9
“Bancos torcem para que juros despenquem no Brasil” – Carta Maior – 08/03/2009 ..	10
Combater a desigualdade é a forma mais eficaz de enfrentar a crise - Tiago Thuin e Clarissa Pont – Carta Maior – 09/03/2009	12
Fiesp rebate críticas feitas pela OMC ao Brasil – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil – 09/03/2009	15
Crise abre espaço para repensar Estado e Desenvolvimento – Ladislau Dowbor – Carta Maior – 10/03/2009	17
OMC pede para o Brasil reduzir tarifas de importação – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 10/03/2009	20
Lula pedirá a Obama menos protecionismo durante a crise global – Kennedy Alencar e Letícia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2009	22
Crise global coloca cúpula do G20 sob pressão para achar soluções já – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/03/2009.....	23
Para OMC, Brasil é exemplo a ser seguido – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 12/03/2009	25
Crise econômica dominará encontro de Lula e Obama – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2009	27
"Química" entre líderes preocupa assessores – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2009	28
Indicado por Obama critica Brasil nos EUA – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2009	29
Antes de encontrar Obama, Lula critica protecionismo – Folha de São Paulo – Brasil – 14/03/2009	30
Química presidencial – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2009	32
Lula vai atacar protecionismo dos EUA – Gilberto Scofield Jr., Luiza Damé, Demétrio Weber e Paula Autran – O Globo – Economia – 14/03/2009	33
Obama e Lula discutem ação anticrise e tensão comercial – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009	34
Na relação bilateral, sai o "ponto G" e entra o "pepino" – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009	37
Visita possibilita aproximação de presidentes – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009	38
Historiador vê esforço de Obama para melhorar relação com AL – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009	39

"Rezo mais por ele do que por mim", diz Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009.....	40
G20 acena com medidas heterodoxas – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2009.....	41
Países europeus minimizam divergências – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2009.....	43
Cresce pressão por proteção à indústria – Cristiane Barbieri – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2009.....	43
Textos têm retórica forte, mas não exibem números – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2009.....	45
G-20 concorda em reforçar FMI e aumentar regulação dos mercados – Bernardo Pires Domingues – O Globo – Economia – 15/03/2009.....	47
EUA e Brasil vão criar grupo bilateral para enfrentar crise – Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 15/03/2009.....	49
Liturgia e estratégia: et pur se muove – José Luís Fiori – Valor Econômico – Opinião – 18/03/2009.....	51
Obstáculos para um acordo do G-20 contra a crise global – Valor Econômico – Opinião – Editorial – 19/03/2009.....	53
Protecionismo é condenado, mas praticado – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/03/2009.....	55
Argentina, o que fazer com esse vizinho – Sergio Leo – Valor Econômico – 23/03/2009.....	56
É hora de ousar – Georges Soros - Valor Econômico – Opinião – Colunistas - 20/03/2009.....	58
Argentina, o que fazer com esse vizinho – Sergio Leo – Valor Econômico – Colunistas – 23/03/2009.....	60
Comércio mundial terá retração de 9%, diz OMC – Valor Econômico – Internacional – 24/03/2009.....	62
OMC vê onda protecionista com a crise – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/03/2009.....	63
"Seja utópico: exija o que é realista" – Robert Pollin – Carta Maior – 28/03/2009.....	64
Sigam o exemplo do Brasil, recomenda Immanuel Wallerstein – Immanuel Wallerstein – Carta Maior – 27/04/2009.....	66
"Com liberdade total para o mercado, quem atende aos pobres?" – Martin Granovsky – Carta Maior – 29/03/2009.....	69
Separar questões econômicas da vida cultural é um erro imenso – Lig Duggan – Carta Maior – 29/03/2009.....	76
Estresse comercial – O Globo – Opinião – 29/03/2009.....	79
Uma agenda renascida da Guerra Fria – Vivian Oswald e Gilberto Scofield Jr. – O Globo – O Mundo – 29/03/2009.....	80
Críticas ao Mercosul – Valor econômico – Internacional – 30/03/2009.....	82
O neoliberalismo não acabou, alerta David Harvey – Carta Maior – 1/03/2009.....	83
G20 promete saída "verde" para a crise – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/03/2009.....	86

Argentina quer estatizar comércio agrícola - Janes Rocha – Valor Econômico – Internacional - 02/03/2009

O governo argentino poderá assumir a comercialização da produção agrícola do país, em um movimento que está sendo interpretado localmente como estatização da atividade, atualmente dominada pelas grandes traders multinacionais de cereais como Cargill, ADM, Louis Dreyfus, Bunge e a argentina Deheza. Para isso, seria criada uma Agência de Comercialização que compraria a produção e asseguraria os preços ao produtor, além de controlar as exportações. Sobraria para as traders a aquisição de matéria-prima para processamento e exportação.

A notícia circulou pela imprensa local no fim da semana passado e caiu como uma bomba no meio das negociações entre o governo e o campo para a retomada do diálogo, cortado desde julho de 2008. Naquele mês, e com a inesperada ajuda do vice-presidente Julio Cobos, os agricultores conseguiram derrubar no Congresso um projeto do Executivo para aumentar a taxaço sobre as exportações de grãos.



Embora não tenha sido confirmada oficialmente, a simples cogitação da medida causou reação de todos os lados. Trinta entidades de classe ligadas às bolsas de cereais, de futuros, produtores e exportadores em todo o país se manifestaram publicamente contrárias ao projeto. Em discurso ontem na abertura da 127ª sessão legislativa do Congresso, a presidente Cristina Kirchner não tocou no assunto. Mas afirmou que enviará ao Congresso "novas medidas para preservar o trabalho e a geração de atividade econômica", para o qual pediu a "colaboração" dos parlamentares.

Em sua edição deste domingo, o jornal "Página 12", o mais alinhado com o governo do casal Nestor e Cristina Kirchner, afirmou que a intervenção na comercialização é vista como uma necessidade e que o modelo de agência teria sido inspirado no sistema canadense e australiano.

Outros países, inclusive o Brasil, têm sistemas de intervenção para garantia de oferta e

preços mínimos de produção. Na Argentina os produtores trabalham sem apoio oficial há anos e a proposta poderia representar a primeira vez em que o governo apoiaria a produção agropecuária com sistema de garantia aos pequenos e médios produtores.

O problema é o histórico de intervenções que prejudicaram o setor e o complicado momento político atual, oito meses antes das eleições para renovação de parte da Câmara e do Senado.

A agricultura responde por cerca de 40% das exportações da Argentina e perto de 14% da arrecadação tributária, através dos direitos de exportações de grãos, carnes e lácteos. Com a crise internacional, que derrubou os preços dos produtos agrícolas, e a seca, que quebrou perto de 20% da safra argentina, as receitas do governo vêm caindo desde dezembro, obrigando Cristina Kirchner a autorizar a volta das negociações com o campo.

A ministra de Produção, Débora Giorgi, foi encarregada conduzir o diálogo. Mas logo depois da primeira reunião, semana passada, em que nenhuma proposta foi colocada ou aceita, Giorgi foi a público acusar os agricultores de estar retendo nove milhões de toneladas de soja da safra passada em silos, para pressionar o governo a derrubar a retenção de 35% sobre as exportações. Os agricultores não negam que tenham estoques, mas dizem que são de 5,5 milhões de toneladas.

"Quem pode hoje não comercializar sua produção e sobreviver?", questionou Cristina Kirchner, reforçando a posição inflexível do governo frente aos agricultores. A presidente reiterou que o campo deve repartir os ganhos extraordinários que teve durante seis anos desde 2003.

Kirchner alega que com a desvalorização do peso, que beneficiou a todos os exportadores, os agricultores do país tiveram forte crescimento da rentabilidade por conta dos preços recordes das commodities, antes da crise financeira internacional.

Giorgi e os representantes das quatro principais entidades agrícolas têm uma nova reunião marcada para amanhã.

Enquanto Brasil e EUA pelem, UE amplia subsídios - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 03/03/2009

O Brasil e os Estados Unidos se afrontaram ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC) na briga do algodão, enquanto a União Europeia (UE) pedia para a entidade dar o sinal verde para declarar US\$ 47 bilhões como subsídios agrícolas isentos de cortes.

Diante dos juízes, o embaixador brasileiro Roberto Azevedo disse que se os EUA saírem da briga do algodão sem sofrer consequências proporcionais aos danos causados pela concessão de subsídios bilionários condenados como ilegal representaria um "golpe sério na credibilidade e a legitimidade do sistema multilateral de comércio".

O Brasil reiterou sua demanda de outubro de poder retaliar os EUA no total acima de US\$

2,5 bilhões. Já os americanos dizem que a demanda do Brasil, na verdade, totaliza US\$ 3 bilhões, mas que os juízes só deveriam autorizar US\$ 22,8 milhões. Washington alega como sem fundamento as estimativas brasileiras de efeitos adversos dos subsídios. Os EUA argumentam que os cálculos do Brasil são "absurdos", considerando que a retirada de garantia de crédito à exportação reduziria as vendas americanas de algodão em "mais de 300 milhões por cento". Ele insistiram que a metodologia do Brasil tampouco demonstra como as exportações brasileiras foram afetadas pelos subsídios americanos.

Washington contestou também a demanda do Brasil para poder impor retaliação cruzada em outros setores e argumentou que o Brasil depende pouco de importações de bens procedentes dos EUA. Eles alegam que o país tem amplas opções de fornecimento junto a outros parceiros, portanto, sanção contra mercadorias não afetaria setores da economia brasileira necessitando de importações.

Do lado brasileiro há dúvidas de como o país poderia retaliar os EUA em propriedade intelectual, por exemplo. Para fazer isso, a constatação é de que Brasília terá primeiro que adaptar a legislação nacional, o que levaria ainda mais tempo.

Como das outras vezes, os EUA não deram nenhuma indicação de que aceitarão dar compensações ao Brasil. Brasília pede para aplicar sanção para preservar um direito. Ou seja, não significa que vai realmente retaliar os americanos. Mas se não fizesse o pedido na OMC, perderia esse direito mais tarde. Uma decisão em todo caso será tomada politicamente em Brasília, depois de 30 de abril, quando os juízes derem o resultado.

Enquanto isso, a União Europeia sinalizou sua intenção de declarar US\$ 47 bilhão em subsídios agrícolas como isentos dos limites de gastos, pelos acordos da OMC. Bruxelas quer colocar esse montante como "caixa verde", ou seja subsídio autorizado, sem provocar distorções no comércio. Para países exportadores, porém, o que a UE quer é jogar com os tipos de subsídios na OMC, de forma que a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) de 2003 não teria nenhuma redução no total das ajudas dadas a seus agricultores.

PAC e Territórios da Cidadania são ações gêmeas contra a crise – Carta Maior – 05/03/2009

O Brasil talvez já disponha de um programa anti-recessivo capaz de compor, juntamente com o PAC, uma poderosa alavanca, não apenas para resistir às turbulências atuais. O nome do programa é Territórios da Cidadania, um conjunto de políticas capaz de deflagrar uma nova dinâmica de crescimento, mais equilibrada do ponto de vista regional, e capaz de incorporar, de fato, as populações do campo ao desenvolvimento do século XXI. A avaliação é de Ignacy Sachs.

O Brasil talvez já disponha de um programa anti-recessivo de recorte rooseveltiano capaz de compor - ao lado do PAC- uma poderosa alavanca, não apenas para resistir às turbulências atuais. Mas para deflagrar uma nova dinâmica de crescimento, mais

equilibrada do ponto de vista regional, e capaz de incorporar, de fato, as populações do campo ao desenvolvimento do século XXI.

O nome do Programa é Territórios da Cidadania. O visionário que enxerga na crise uma oportunidade para o Brasil reinventar o seu futuro dessa forma é Ignacy Sachs.

O economista, que dirige o Centro de Estudos sobre o Brasil Contemporâneo, na França, já está no país para participar do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento; iniciativa do CDES, o ‘Conselhão’, ligado à Secretária de Assuntos Institucionais do governo, que a TV Carta Maior transmitirá integralmente, a partir das 9 horas do dia 5.

Ao lado de Luciano Coutinho, do BNDES; de Márcio Pochamnn, do Ipea; do economista James Galbraith, da Universidade do Texas e de Jan Kregel, que chefiou a Área de Desenvolvimento da ONU. O professor Sachs participa na quinta-feira, às 15 horas, em Brasília, da mesa ‘O Papel do Estado no mundo pós-crise e os Desafios do Estado Brasileiro’.

O debate terá coordenação da economista e especialista em desenvolvimento regional Tânia Barcelar, professora da Universidade Federal de Pernambuco.

Pouco depois de desembarcar em São Paulo, Sachs falou à *Carta Maior* sobre a oportunidade que uma crise estrutural oferece a uma nova agenda de desenvolvimento.

“Não se trata de otimismo”, adverte esse senhor alto e de cabelos brancos, nascido na Polônia, que conviveu durante oito anos com Michel Kalecki, considerado o Keynes de esquerda, cuja obra antecipou várias das idéias que dariam fama depois ao economista de Cambridge. Kalecki escrevia em polonês. Suas idéias ficaram prisioneiras do alcance de sua língua. Só mais tarde seus trabalhos foram reconhecidos pela qualidade e o pioneirismo no tratamento de questões que condicionam o investimento e suas oscilações, portanto, as crises do ciclo econômico. Mais que nunca, uma obra oportuna.

Sachs e Kalecki foram companheiros na célebre Escola de Planejamento e Estatística de Varsóvia. O que se tinha ali era uma espécie de *think tank* avant-la-lêtre de estudos avançados sobre o planejamento socialista, tudo tratado a partir de uma abordagem desassombrada, intelectualmente rigorosa, permitida pelo governo Gomulka, entre 1961 e 1968. O namoro de Sachs com o Brasil, porém, era antigo; o economista aprendia sobre a Polônia para entender os desafios tropicais; do mesmo modo que olhava o Brasil para enxergar melhor seu país .

Sachs chegou ao Rio de Janeiro no início de 1942, trazido “pelo último navio português que aportou com refugiados de guerra” Formou-se em economia na Cândido Mendes e aqui permaneceu até 1954 quando a troca de correspondência com outro economista polonês famoso, Oskar Lange, reitor da Escola de Planejamento levou-o à

efervescente experiência política e teórica em Varsóvia. Depois disso viveria na Índia, na Europa, na África e, novamente, no Brasil reunindo vasta e singular experiência que lhe permite apresentar-se atualmente como ecossocioeconomista. Algo como um desenvolvimentista sintonizado com a questão social – em especial, com o futuro da agricultura familiar; ao mesmo tempo ousado a ponto de ter sido um dos pioneiros a erguer a ponte entre a agenda do desenvolvimento e a do meio ambiente - em especial, a bioenergia.

É com essa bagagem que ele desembarca em Brasília, dia 5, para expor suas idéias no seminário do CDES que vai discutir o crescimento e o Estado brasileiro no pós-crise. Sachs prefere não antecipar suas reflexões sobre o Territórios da Cidadania, na medida em que deve apresentá-las, em primeiro lugar, ao MDA, que o contratou como consultor do programa no ano passado.

Mas é perceptível seu entusiasmo com a relevância adicional que essa iniciativa adquire em meio à crise que devasta os mercados e as agendas convencionais dos economistas. “ Faço uma constatação, não se trata de otimismo nem de pessimismo”, argumenta sobre o momento único desfrutado pelo país. “A crise é uma enorme avenida e o Brasil pode pavimentar nela seu futuro no século XXI. Qualquer crise é um tranco, mas é também um hiato de reflexão e escolhas obrigatórias. Este país tem o que escolher, não está tangido por imposições. Ao contrário. Possui um bônus demográfico valioso, com população economicamente ativa superior à soma de idosos e crianças; tem um parque industrial preservado – o que não ocorreu na maioria das economias submetidas ao regime neoliberal nas décadas anteriores; tem um vasto território e desenvolveu tecnologia para explorá-lo de forma sustentável, através da Embrapa; lidera as frentes da bioenergia e da produção de alimentos; tem estoque de capital suficiente e um poderoso mercado interno”.

Ele argumenta que o PAC vai dinamizar uma boa parte disso ao reestruturar grandes áreas do território, com forte impacto especialmente em concentrações metropolitanas, através de ações de logística social e urbana. É um imenso canteiro de obras que vem a calhar num momento em que o ativismo do investimento público é a principal arma contra a recessão. “Vejo porém o Territórios da Cidadania”, argumenta Sachs, “ como um irmão-gêmeo do PAC; gêmeos no sentido de que são iniciativas indissociáveis num projeto de reordenação econômica e social que aproveite as demandas da crise para legitimar novos motores de crescimento”.

O economista não menospreza os desafios embutidos num programa inédito e ambicioso como o Territórios da Cidadania. Seu arcabouço reúne recursos (e conflitos) de 15 pastas diferentes; pretende implantar 120 núcleos de intervenção no país; abrange quase mil pequenos municípios e uma população de quase dois milhões de famílias rurais. Tudo isso gravitando em torno dos pólos que concentram os maiores índices de pobreza e os menores IDHs, Índice de Desenvolvimento Humano, de toda a sociedade. De onde então Ignacy Sachs tira o entusiasmo para enxergar esperança em tamanho nevoeiro de

impossibilidades? Sem dúvida da história. Sachs viveu e estudou mutações poderosas. Sabe que estamos diante de uma delas. O longo périplo geográfico, teórico e político de sua vida aguçou sua percepção intelectual diante do novo. E é isso que vê no Brasil nesta hora da crise: uma espaço para a história avançar. No rumo certo. A ver.

Otan restabelece relações com Moscou – Folha de São Paulo – Mundo – 06/03/2009

Descongelamento foi decidido após pressão do governo Obama, que quer cooperação da Rússia para estabilizar Afeganistão

Aliança militar ocidental havia rompido diálogo após conflito entre Rússia e Geórgia, em agosto; Hillary encontra hoje chanceler russo em Genebra

A Otan (aliança militar ocidental) anunciou ontem o restabelecimento das relações com Moscou, congeladas desde a guerra entre Rússia e Geórgia, em agosto do ano passado. O reatamento, impulsionado por pressão dos EUA, visa integrar o país nos esforços para estabilizar o Afeganistão, prioridade do governo Barack Obama.

A decisão foi tomada em encontro de chanceleres dos 26 países-membros, em Bruxelas (Bélgica). "A Rússia é um ator global. Não falar com eles não é uma opção", afirmou Jaap de Hoop Scheffer, secretário-geral da aliança. Chanceleres ressaltaram, porém, que a reaproximação não significa superação das diferenças sobre a Geórgia, que aspira ingressar na aliança.

O conflito teve início após Tbilisi tentar retomar o controle sobre o território separatista da Ossétia do Sul -na prática sob tutela russa desde 1992-, provocando a reação militar de Moscou. A região, bem como a Abkházia, outro território separatista, foi então ocupada pela Rússia, que depois reconheceu a independência de ambas. O restabelecimento do Conselho Rússia-Otan deverá ser formalizado no encontro entre os chefes de Estado dos países-membros da Otan, com a presença de Obama, previsto para ocorrer nos dias 3 e 4 de abril.

"Nós podemos e devemos encontrar formas construtivas de trabalhar com a Rússia nas áreas em que temos interesses em comum, incluindo o Afeganistão", disse Hillary Clinton.

A secretária de Estado dos EUA procurou tranquilizar os países leste-europeus, ex-satélites soviéticos, os mais reticentes quanto à reaproximação. "[Temos] um forte compromisso de que eles não sejam objeto de intimidação pela Rússia."

O presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, não se manifestou. Já o embaixador russo na Otan, Dmitri Rogozin, afirmou que a decisão é "promissora para a segurança no

Afganistão". Moscou já permite em seu território o trânsito de material militar não-letal pela Otan, que enfrenta ameaças do Taleban nas rotas através do Paquistão.

Encontro

Hillary reúne-se hoje com o chanceler russo, Sergei Lavrov, em Genebra (Suíça). Na pauta do encontro, além do Afeganistão, estará a oferta feita por Obama a Medvedev de estabelecer uma parceria para conter as supostas ambições armamentistas e nucleares iranianas -as quais Teerã nega.

Em carta, Obama propôs em troca rever o plano de instalação do escudo antimísseis no Leste Europeu, que Moscou vê como ameaça à sua segurança e uma ingerência em sua antiga área de influência. O escudo, projeto de George W. Bush, prevê um radar na República Tcheca e uma bateria de mísseis interceptores na Polônia.

“Bancos torcem para que juros despenquem no Brasil” – Maurício Thuswohl - Carta Maior – 08/03/2009

Durante seminário do CDES, economista-chefe do Bradesco, Octávio de Barros, afirma que bancos apostam na capacidade de o Brasil superar a crise e admite redução do spread bancário. Bancos propõem também o fim da tributação sobre a intermediação financeira e a redução do depósito compulsório. "O sistema bancário brasileiro torce para que os juros básicos despenquem no país, pois isso traduz uma economia mais vibrante e com menos riscos", disse o economista.

BRASÍLIA – “Os bancos têm o maior interesse que os juros básicos sejam os menores possíveis. No Brasil, os melhores resultados dos bancos ocorreram justamente em períodos aonde a taxa de juros básica era mais baixa. No passado, isso pode ter sido diferente, mas, no momento que o Brasil atravessa nos últimos anos, isso já foi superado largamente. O sistema bancário brasileiro torce para que os juros básicos despenquem no país, pois isso traduz uma economia mais vibrante e com menos riscos”.

Impensável há alguns anos, a declaração acima foi feita pelo economista-chefe de um dos maiores bancos privados brasileiros, Octávio de Barros, do Bradesco, durante o seminário internacional do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), realizado nos dias 5 e 6 de março em Brasília para discutir a crise econômica global. As palavras de Barros, que também defendeu a redução do spread bancário e o aumento dos investimentos para enfrentar a crise, mostram que, ao menos no discurso, os grandes bancos parecem mais dispostos a privilegiar o crescimento do país em lugar de se preocupar apenas em fazer crescer cada vez mais seus lucros astronômicos.

Barros sugeriu apoio à redução do spread bancário, apontado por muitos como símbolo maior da ganância dos banqueiros: “Como intelectual e pesquisador, eu dou a maior força para que nós avancemos de forma acelerada nessa discussão sobre o spread bancário. O comportamento que observamos no spread e na taxa de juros no Brasil revela uma deterioração da percepção de risco num sentido amplo. É muito possível supor que, no momento em que se destensione a economia mundial, o spread se reduza. Isso é plausível, assim como a redução da taxa de juros”, disse.

O economista, no entanto, pediu a seus interlocutores para não “demonizar” os bancos privados nessa questão do spread: “A parte de lucro que cabe aos bancos é apenas uma fração do spread bancário. Algo como um quinto, segundo a Febraban, ou um quarto, segundo o Banco Central. O spread tem outros componentes, como o risco de inadimplência, a tributação, os compulsórios e os custos de observância dos riscos que os bancos correm por força da inflação”.

O Brasil, segundo Barros, terá mesmo que apertar o cinto em 2009: “O investimento total público e privado terá queda de 3,4% no país, que sofrerá também uma queda de 2,5% do PIB. Por maior e mais relevante que seja o esforço público, ele não compensa a queda do investimento privado. A economia vai operar de forma ociosa durante um ano e meio, temos de nos preparar para isso”, disse.

Esse cenário, no entanto, “não deve ser motivo de preocupação para os brasileiros”, afirma o economista, pois existe a expectativa de sua reversão: “O crescimento projetado para o Brasil em 2010 é de 3,5% e, mesmo em 2009, o investimento aqui vai cair menos do que em outros países emergentes. O processo de desenvolvimento deflagrado no Brasil não vai parar, pois o custo da desmobilização total do desenvolvimento seria muito alto. O país vai voltar a crescer de forma mais acentuada já em 2010”.

Papel dos emergentes

De acordo com a projeção realizada pelos bancos privados, o Brasil deve se colocar em 2009, graças aos efeitos da crise sobre os países desenvolvidos, como o país com o quarto maior crescimento do mundo: “O Brasil deve crescer 0,6%, atrás somente da China (6,5%), da Índia (5,5%) e da Indonésia (2%). Haverá uma mudança grande de paradigma na economia mundial. O mundo, nos próximos cinco anos, vai crescer bem abaixo da média histórica, mas o Brasil está na contramão do mundo”, disse Barros.

O executivo do Bradesco ressalta a importância do papel dos países emergentes na busca por soluções para a crise econômica: “Haverá uma queda de 0,5% no crescimento global, mas, se levarmos em conta somente os países ricos, essa queda é de 6%. A crise não fez os emergentes mais dinâmicos mudarem de rumo, por isso o peso desses países aumenta ainda mais. Em meados de 2014, os países emergentes superarão o PIB dos países desenvolvidos. Existirão novas locomotivas da economia mundial nos próximos 10 ou 20

anos. A China alcançará os Estados Unidos, e o Brasil, cada vez mais reconhecido internacionalmente como um país maduro, pode também ter papel de destaque”.

Duas propostas

Instigado pelos demais conselheiros do CDES a apresentar duas propostas do sistema bancário que seriam levadas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Octávio de Barros afirmou que sugeriria ao governo “acabar com a tributação sobre a intermediação financeira e reduzir o depósito compulsório”, que, segundo ele, é um dos maiores do planeta: “O Brasil é o único país que tributa a operação de crédito e a intermediação financeira, o que não faz o menor sentido. Tenho a impressão de que o ministro Guido Mantega e toda a área econômica do governo estão sensíveis a isso, pois é uma distorção”.

Barros defendeu sua segunda proposta: “Nós temos uma avenida de possibilidades para reduzir o depósito compulsório, e o Brasil caminha nessa direção. Quanto mais a crise internacional se agrava, maior o espaço pra isso. Não existe nenhum outro país que tenha em seu banco central um estoque tão grande de dinheiro retido dos bancos, dinheiro que poderia estar circulando”, disse.

Na esteira da redução do compulsório, Barros afirma que o Brasil tem que “perseguir mecanismos que mitiguem o risco de inadimplência, que representa 35% do spread bancário”. Segundo o economista “existem no momento discussões entre os bancos e o governo sobre como enfrentar esse problema através da criação de um seguro ou um fundo”.

Combater a desigualdade é a forma mais eficaz de enfrentar a crise - Tiago Thuin e Clarissa Pont – Carta Maior – 09/03/2009

Lidar com a pobreza, na verdade, é a forma mais eficaz de lidar com uma crise econômica, muito mais eficaz do que a estratégia de se dar dinheiro aos bancos ou grandes empresas. É assim que se restauram os fluxos de renda, de capital, e a capacidade de tomada de empréstimo da população e do sistema como um todo, diz James Galbraith, em entrevista exclusiva concedida a Carta Maior no Seminário sobre Desenvolvimento.

BRASÍLIA - O professor James Galbraith, diretor do Projeto Desigualdade na Universidade do Texas-Austin, não é apenas o herdeiro de um nome ilustre (seu pai, John K. Galbraith, foi um dos economistas mais influentes nos EUA do pós-guerra). Ele foi um dos primeiros a prever a atual crise econômica, ainda em 2004, e por isso tem recebido cada vez mais atenção da imprensa e do governo estadunidenses. Seu livro *"The Predator State: How Conservatives Abandoned the Free Market and Why Liberals Should Too"* (O Estado Predador: como os conservadores abandonaram o livre mercado e por que os liberais

também deveriam fazê-lo- 211 páginas, Free Press, ainda sem previsão de ser lançado no Brasil) está entre os 3 mais vendidos na categoria "governo" da Amazon.com.

No Brasil para participar do Seminário Internacional sobre Desenvolvimento do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Galbraith - que irá participar de um painel sobre o papel do estado no pós crise - concedeu entrevista à Carta Maior, na qual explica que a crise, gestada pelas políticas irresponsáveis de desregulamentação bancária, está longe de ser superada - e que o caminho de sua superação passa antes pela ajuda à população em geral, principalmente aos mais pobres, do que pela ajuda a bancos e grandes empresas.

Carta Maior - *O senhor acredita que a ajuda econômica prevista pelo Congresso americano terá sucesso?*

James Galbraith - Acho que as duas - o pacote de estímulo e o socorro aos bancos - são complementares. O estímulo econômico depende do socorro bancário, e o problema deste é que a tática, a visão básica por trás dele, que é de que comprar ações, oferecer capital aos bancos para fazer com que eles comecem a emprestar novamente, está errada. A razão pela qual os bancos não estão concedendo crédito é que há uma escassez de boas oportunidades de investimento, ou de tomadores de empréstimo com garantias apropriadas, com imóveis valorizados ou outras garantias.

E o problema com os bancos é que a carteria de ativos deles vale muito menos do que eles pensavam que valia. É uma insolvência maciça e, até que se lide com isso, não haverá reconstrução do sistema financeiro.

CM - *Aqui no Brasil, apesar dos bancos estarem numa situação bem mais sólida do que nos Estados Unidos, foram tomadas medidas de estímulo ao crédito e de capitalização. O senhor acredita que essas medidas terão efeito no sentido de estimular os bancos a fornecerem crédito?*

JG - Não estou familiarizado com a situação específica do Brasil, mas acho que a mesma idéia geral [mencionada no caso dos EUA] se aplica. O crédito carece de uma comunidade tomadora de crédito forte, que tenha condições de tomar emprestado, e é isso que simplesmente não está presente numa crise.

CM - *O senhor escreveu um livro recentemente, o Estado Predador, no qual advoga pela renúncia às práticas neoliberais. A sua opinião é que a intervenção do estado na economia veio para ficar, ou é só uma reação temporária de pânico?*

JG - Veja bem, o principal argumento de meu livro é que nos EUA - e, creio, em toda a parte - o ideal neoliberal já havia sido abandonado. O governo conservador foi um governo intervencionista - praticando a intervenção em prol de uma base estreita, de apadrinhados nos setores de energia, militar, mineiro, nas grandes mídias, no setor financeiro. Grupos muito pequenos mas muito poderosos na prática formaram e controlaram o governo por um

longo período, e o resultado - especificamente no setor financeiro - foi um desmoronamento completo da confiança da parte da comunidade como um todo na segurança do sistema, nas regras que garantiam a segurança do sistema. E é essa a causa da explosão de empréstimos subprime cada vez mais arriscados, que por sua vez envenenou toda a estrutura de ativos dos bancos e toda a economia.

CM - O senhor crê que uma regulação financeira mas severa, nos moldes daquela imposta nos EUA de 1933 em diante, será imposta a partir de agora nos EUA? E globalmente?

JG - Sim, e têm que ser impostas em nível global, transnacional, e os mecanismos que vão pôr isso em prática já estão aí. A questão que proponho, então, é que é prematuro pensar na recuperação da economia financeira apenas a partir de um sistema regulatório melhorado. O problema jaz nas próprias instituições, que devem ser reconstruídas, com cujos ativos envenenados temos que lidar.

CM - O senhor é diretor do Departamento de Estudos sobre a Desigualdade da Universidade do Texas-Austin. Desde o começo da crise o enfrentamento da desigualdade, que era discutido em foros internacionais e por governos até então, ficou em segundo plano. Tem havido uma opinião de que esse é um assunto com o qual não se pode preocupar antes de superada a crise. O senhor acha que essa atitude é sensata, ou necessária?

JG - Ora, como se luta contra a pobreza, contra a desigualdade? Justamente através da expansão da rede de segurança social. Na Grande Depressão de 29, praticamente toda iniciativa de maior porte se tratou de um meio de reduzir o risco, distribuindo ele e aumentando o padrão de vida na base da pirâmide econômica. Garantias de depósitos, o sistema de assistência e segurança social, as medidas para estabilizar a indústria e a agricultura, tudo foi nesse sentido, e foi assim que os EUA conseguiram sair da pior fase da crise econômica.

Lidar com a pobreza, na verdade, é provavelmente a forma mais eficaz de se lidar com uma crise econômica, muito diferente e muito mais eficaz do que a estratégia de se dar dinheiro aos bancos ou grandes empresas. É assim que você restaura os fluxos de renda, de capital, e a capacidade de tomada de empréstimo da população e do sistema como um todo.

CM - Há uma opinião, algo difundida, de que o Brasil está melhor situado do que outros para enfrentar a crise, e poderia até superá-la no curto prazo. Qual a sua posição quanto a isso?

JG - Bem, como já disse, não estou familiarizado com a situação brasileira. Mas acho razoável dizer que o Brasil está numa posição sólida, comparado a alguns países - porém nenhum pedaço da comunidade global vai ser poupado dos efeitos da atual crise. E por isso é parte da responsabilidade dos países maiores e mais sólidos socorrer os outros, se quiserem ver uma solução efetiva da crise global. Não sei dizer se assumirão essa

responsabilidade - isso é uma questão política.

CM - Essa é uma crise que vai além da economia. Também é uma crise política - quais as razões políticas que levaram à crise, no seu entendimento?

JG - Passamos, nos EUA, por um período de desgoverno. Um abandono da responsabilidade pública, da regulação financeira séria. Essa é a raiz da crise, das hipotecas subprime, dos instrumentos baseados nesses derivativos, profundamente embrenhados no setor financeiro; essas coisas não teriam acontecido com uma regulação efetiva, só aconteceram porque o Executivo favoreceu seus cupinchas e largou de mão as responsabilidades públicas reconhecidas durante seis décadas.

CM - De volta à questão da desigualdade: na última década do século 20, ela cresceu em todo o mundo, tanto em países que experimentaram recessões quanto em países que cresciam de maneira explosiva. O senhor vê nesta crise uma oportunidade, ou um risco de que a desigualdade global aumente ainda mais?

JG - Bem, em qualquer crise os pobres vão ser mais afetados do que os ricos. Mas uma diferença pode se ver nesta crise em particular: os setores mais atingidos foram os setores financeiros dos países mais ricos. Mas ao mesmo tempo você verá, por exemplo, uma disparidade crescente entre as Europas Oriental e Ocidental, devido à maneira como as moedas da Europa Central e Oriental eram lastreadas com libras e euros. E uma das implicações disso é que além de ser apropriado que os países reforcem suas próprias redes de segurança social, em economias regionalmente integradas, ou que almejem a integração os países mais fortes devem tomar medidas que reforcem esse tipo de política para a região como um todo.

Fiesp rebate críticas feitas pela OMC ao Brasil – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil – 09/03/2009

A indústria brasileira discorda das críticas feitas pela Organização Mundial de Comércio (OMC) à política comercial do Brasil. Os empresários reclamam que a entidade não considerou as condições macroeconômicas do país e não comparou as tarifas e as barreiras à importação adotadas no Brasil com a realidade nos demais países emergentes.

As delegações reunidas em Genebra começam hoje a discutir o relatório feito pelos economistas da OMC sobre a revisão da política comercial brasileira. Documento elaborado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e obtido pelo Valor comenta as conclusões do xerife do comércio global.

"A OMC poderia reconhecer o que é produzir no Brasil, competir no Brasil. É uma questão de pesos e medidas. Nós achamos que faltou um pouco de contexto e perspectiva", disse Mário Marconini, diretor de relações internacionais da Fiesp.

O representante da indústria paulista apoia o estudo da OMC, porque é uma referência importante, até mesmo para questionar o governo brasileiro, mas está preocupado com a repercussão. "A OMC é um radar. Essa avaliação não tem valor jurídico, mas tem um impacto enorme na imagem do país", disse Marconini. "Ainda mais em um momento de crise internacional em que o Brasil tenta combater o protecionismo", completou.

No relatório, os economistas da entidade concluem que o BNDES disponibiliza crédito com taxas mais baixas do que as praticadas no mercado doméstico, às vezes exigindo conteúdo nacional, o que é proibido pelas regras multilaterais. "Estão quase querendo dizer que é subsídio, enquanto, no Brasil, o financiamento estatal é o que mais se aproxima do custo médio mundial", disse Marconini.

A OMC chega a mencionar no documento que o spread bancário se mantém muito elevado no Brasil, desincentivando o comércio, o investimento e prejudicando a produtividade da economia. Para a indústria brasileira, isso é um avanço, mas a entidade esquece do peso da carga tributária e dos custos trabalhistas.

Ao analisar o sistema de defesa comercial do Brasil, a OMC ressaltou as 23 medidas antidumping em vigor e as licenças não-automáticas de importação, que afetam um terço do universo tarifário. A Fiesp argumenta que o Brasil não é mais restritivo que a maioria dos países emergentes e também desenvolvidos.

Na avaliação da entidade, o número de medidas antidumping e de salvaguardas brasileiras é proporcionalmente menor que o verificado em outros países. "Todo mundo sabe que quem abusa mesmo são os Estados Unidos, a Austrália e a União Europeia", disse Marconini.

A OMC também criticou o aumento da tarifa média de importação do Brasil de 10,4% em janeiro de 2006 para 11,5% em janeiro de 2008, por conta das maiores taxas para têxteis e calçados. Para o representante da indústria paulista, é uma avaliação "simplista" defender que o Brasil reduza tarifas em meio às negociações da Rodada Doha, enquanto os países ricos se recusam a baixar as barreiras para os produtos agrícolas.

Crise abre espaço para repensar Estado e Desenvolvimento – Ladislau Dowbor – Carta
Maior – 10/03/2009

Márcio Pochmann fala em refundação do Estado. Maria da Conceição Tavares nas relações concretas de poder que sustentam o processo decisório. Ignacy Sachs se refere à mudança do paradigma energético-produtivo e do sistema de regulação, planejamento e visão de longo prazo que temos de articular. A crise tem o poder, como foi revelado nas numerosas intervenções no Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento, de ampliar o debate, de colocar na mesa problemas que estavam buscando o seu espaço. A análise é de Ladislau Dowbor.

O tom do Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento, realizado dias 5 e 6 de março, em Brasília, foi dado pelo presidente Lula, ao resgatar o papel do Estado e a responsabilidade dos políticos no enfrentamento da crise financeira mundial. Durante três décadas, as corporações exigiram – e obtiveram – uma total liberdade de ação, ao garantirem que, sem a presença do Estado, resolveriam melhor os problemas do planeta, e que o mercado e a autoregulação constituiriam mecanismos suficientes para assegurar o equilíbrio dos processos econômicos. Na realidade a oligopolização do sistema reduziu drasticamente os mecanismos de concorrência entre as corporações, desarticulando os mercados, e a autoregulação demonstrou ser essencialmente uma ficção. Com a fragilização do Estado e a falência da auto-regulação, gerou-se simplesmente o caos. Disse bem Conceição Tavares: o banco comercial irá respeitar limites se o Banco Central os impuser. Isto vale para os Estados Unidos e vale para o Brasil.

O evento teve evidentemente a crise financeira como ponto de referência, mas o seu tema era o Desenvolvimento. Ou seja, trata-se não só de recompor a capacidade de ação dos intermediários financeiros, mas de colocar no centro o papel que lhes cabe, que consiste em canalizar de maneira racional os recursos que administram, em função dos objetivos que são da sociedade. Não basta ter intermediários financeiros “sólidos”, se esta solidez não se coloca a serviço do desenvolvimento.

Um banco, mesmo privado, não trabalha com dinheiro próprio, e sim com dinheiro do público, recebendo por isto uma carta-patente do Banco Central, que autoriza o seu funcionamento dentro de determinados parâmetros. O seu trabalho deve, sem dúvida, ser remunerado, mas dentro de limites razoáveis, sob pena do intermediário que facilita as atividades produtivas da sociedade tornar-se um atravessador que as dificulta. A nossa Constituição, neste plano, é clara: O sistema financeiro nacional será “estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade.” (Art. 192).

Quanto à cartelização do setor, “a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros” (Art. 173, 4º).

O ministro Guido Mantega colocou claramente na sua exposição o problema dos custos financeiros nas atividades econômicas. O problema dos juros, na realidade, rondou boa parte das exposições. O que a mídia comenta sempre, é a taxa Selic. O assunto é importantíssimo, mas a queda da taxa Selic não é seguida por queda correspondente da taxa de juros ao tomador final. Como ordem de grandeza, cobra-se no Brasil ao mês o que se cobra anualmente no resto do mundo. Se acrescentarmos as tarifas cobradas, temos no conjunto uma prática de intermediação financeira que ao invés de servir os “interesses da coletividade”, passou a se servir do sistema (ver dados em www.anefac.com.br).

Ao dificultar o acesso ao crédito, encarecendo tanto as iniciativas produtivas como o consumo mais sofisticado (intermediação comercial que se transformou em sistema de prestações com juros obscenos), o sistema financeiro passa a ser pro-cíclico, em vez de alavancar o desenvolvimento e reduzir os impactos da crise.

Bemvindo o comentário de Otávio de Barros, de que seria do interesse dos próprios bancos a redução do spread e a dinamização das atividades produtivas. Seria realmente o interesse bem compreendido de longo prazo. Na realidade, há determinação política, há bases legais, e há uma crise que exige redução de juros. Que interesses impedem o avanço?

Política anti-cíclica: a força da base econômica

O problema é no conjunto bastante simples: ao resgatar financeiramente os diversos tipos de manipuladores financeiros que geraram a crise, sem alterar as regras do jogo, estaremos voltando para trás, para o momento que gerou a crise. Não estaremos resolvendo o problema. Na avaliação de Amir Khair, “a injeção de recursos nos bancos - da ordem de R\$ 100 bilhões – realizada pelo Banco Central pela redução dos depósitos compulsórios, pouco serviu para aumentar a oferta de crédito dos bancos privados, que preferiram investir em compras de títulos do governo federal atraídos pela alta taxa de juros básicos (Selic). (“Consumo interno de ativação da economia”, *Estado de São Paulo*, 01/03/2009)

Nos Estados Unidos, os rios de dinheiro colocados nas grandes instituições financeiras fortaleceram as reservas nos bancos, mas não se transformaram em crédito ao produtor ou ao consumidor. A análise de Michel Chossudovsky, do *Global Research* canadense, é que “os maiores bancos nos EUA utilizarão também este dinheiro caído do céu para adquirir o controle dos seus concorrentes mais fracos, consolidando assim a sua posição. A tendência, portanto, é de uma nova onda de aquisições corporativas e fusões na indústria de serviços financeiros”. (*America's Fiscal Collapse*, March 03, 2009, *Global Research*, p.2)

O assunto é central, pois o objetivo não é salvar especuladores, e sim proteger a economia. E se os recursos injetados no sistema financeiro não se transformam em crédito, em ativação da economia, o esforço simplesmente não atinge os objetivos. Neste sentido a intervenção do Presidente Lula no Seminário Internacional sobre o Desenvolvimento, deu o

tom: “É preciso distribuir para que a economia cresça”. A política econômica, segundo Lula, “significa produção, geração de empregos e distribuição de renda”.

Em outros termos, em vez de colocar mais liquidez em sistemas que vazam, trata-se de dinamizar a economia pela base. Os Estados Unidos encontram o mesmo dilema em escala mais ampla, entre a realimentação dos intermediários com liquidez, ou a dinamização econômica pela base – desintermediando de certa maneira os financiamentos, e fazendo os recursos chegar diretamente a quem os transforma em demanda, produção e empregos. O programa de ampliação de acesso à saúde, por exemplo, de 650 bilhões de dólares, constitui uma iniciativa deste tipo, ainda que muito pequena (é um programa de 10 anos, são 65 bilhões ao ano) em comparação aos financiamentos concedidos aos especuladores. É uma questão de relação de forças.

No caso brasileiro, a opção foi claramente pela dinamização da economia pela base. Nos números apresentados pela ministra Dilma, joga papel central na proteção da economia brasileira a convergência de um conjunto de iniciativas: o aumento do salário mínimo real na gestão Lula foi de 51%, o que favorece tanto os salários da base social (26 milhões de pessoas) como os aposentados com reajuste pelo SM (cerca de 18 milhões de pessoas). O aumento do Bolsa-Família, tanto em termos de recursos como de cobertura, atinge quase 50 milhões de pessoas. O Pronaf, dinamizando a agricultura familiar, estimula tanto a demanda de bens de consumo como a demanda de bens de produção. O programa Territórios da Cidadania disponibiliza recursos da ordem de 11 bilhões de reais diretamente vinculados às administrações municipais das regiões mais pobres.

Outros programas, como Luz para Todos, Prouni, formação profissional e outros também criam inclusão econômica, e fortalecem a demanda interna. O PAC, por sua vez, dinamiza a economia pelos investimentos, tanto diretamente nas obras como indiretamente pelo estímulo à indústria de insumos. Outro investimento amplo anunciado no Seminário, é o programa de construção de um milhão de moradias, que deve atingir essencialmente a demanda de baixa renda. O BNDES, com 168 bilhões de reais para aplicar, constitui hoje um dos principais eixos de mobilização econômica, tanto através de grandes projetos como pela dinamização direta do setor privado.

No conjunto, é uma visão onde se aproveita de certa maneira a oportunidade que surge na crise. A distribuição de renda, o crédito produtivo e a construção de infraestruturas respondem claramente a demandas prioritárias do país, mas ao mesmo tempo atingem o objetivo de redução da vulnerabilidade frente à crise. No andar de baixo da economia, ninguém faz aplicações financeiras para esperar retorno, o dinheiro circula imediatamente, e se traduz em consumo, demanda e emprego. Os intermediários financeiros, acostumados a trabalhar com baixo volume de crédito, alto spread e lucros exagerados, terão gradualmente de se adaptar.

OMC pede para o Brasil reduzir tarifas de importação – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil – 10/03/2009

A Organização Mundial do Comércio (OMC) iniciou ontem o exame da política comercial do Brasil pedindo para o país reduzir tarifas de importação para "aumentar a competitividade" e levantou suspeita em certos financiamento do BNDES à exportação vinculado a conteúdo local, algo contestado pela entidade. Foram feitas mais de 800 perguntas ao Brasil. O exame ocorre num contexto global de forte estresse com a dramática recessão global, aumento do desemprego e ameaças de protecionismo.

O embaixador brasileiro na OMC, Roberto Azevedo, disse que boa parte das 40 delegações elogiou o país como um dos que melhor reagem à crise global. "Foi globalmente positivo", afirmou. Vários ministérios enviaram representantes e Azevedo deixou claro que as observações dos parceiros vão "ser fonte de reflexão" para a evolução da política comercial.

Em seu relatório que serve de base para o exame, a OMC descreve a evolução da economia brasileira e as reformas sociais, mas também que as desigualdades de renda e pobreza continuam grandes, com 22% da população vivendo abaixo do nível de pobreza. Avalia que o combate à economia informal e à evasão fiscal "endêmica" poderiam melhorar os resultados do crescimento. Aborda a questão dos juros altos, registrando as explicações do Banco Central de que as margens altas resultam de calotes elevados, fortes lucros bancários e custos administrativos, além de "ausência de concorrência e transparência no mercado".

Menciona pesquisas efetuadas pelo BC com 138 bancos, com base nos dados disponíveis até dezembro de 2007, que mostraram a capacidade de adaptação do sistema às variações brutais de taxa de câmbio, de juros e de condições de crédito. No entanto, as pesquisas efetuadas em 2007 indicam uma maior vulnerabilidade às variações brutais de taxas de juros do que antes, segundo a OMC.

A entidade pede para o Brasil reduzir a proteção tarifária efetiva e recursos para proibir importações, e dar mais previsibilidade ao regime de investimentos externos. Repetindo seu credo, diz que a redução de tarifas encorajaria uma maior produtividade e beneficiaria os consumidores. Aponta limites para a participação dos estrangeiros nas áreas de propriedade rural, saúde, imprensa, transportes marítimos e aéreos. Diz que o Brasil continua a recorrer frequentemente a medidas antidumping e nota a existência de taxa de exportação sobre couro e peles.

Um ponto sensível é sobre financiamento, seguro e garantia para promover exportações, que tem o Proex como um dos principais instrumentos. A OMC levanta a suspeita de subsídios ilegais, ao indicar que "em certos casos", o programa BNDES-Exim oferece crédito à exportação preferencial ligado ao conteúdo de origem nacional de 60%. Diz que a ajuda à produção e investimentos vem principalmente pelo crédito oficial. Em

2008, cerca de 30% do crédito total foi efetuado para atividades específicas, a taxa consideravelmente inferiores às do mercado interno, segundo a OMC.

Diz que o Brasil reforçou sua política de concorrência, mas que continua a ter dificuldade para implementá-la. Considera o quadro jurídico da produção e investimento complexo. Nota que as compras do setor público são pelo melhor preço, mas que haveria exceção em 40% dos casos.

A OMC aponta subsídios agrícolas distorcivos, mesmo poucos, mas que poderiam afetar os mercados do setor e considera que isso é ruim para um país líder agrícola. O Brasil respondeu ontem que o volume de subsídio está bem abaixo do que poderia dar, pelo acordo atual do comércio internacional.

A OMC diz que o setor brasileiro de transporte aéreo "continua a ter dificuldades". Atribui isso em parte à concentração elevada, com apenas empresas brasileiras administradas por brasileiros podendo assumir o transporte aéreo. Nota também que o Estado possui todos os grandes aeroportos do país, indicando que nem sempre atendem ao conforto do passageiro.

O embaixador Roberto Azevedo abriu o debate notando que o país está com crescimento sustentado, está abrindo sua economia da melhor maneira possível e agora não sabe até onde vai a crise global. Contestando reclamações de alta tarifária, o tema mais abordado pelos países, ele lembrou que não só o percentual é pequeno, como as importações dos setores envolvidos aumentaram mais do que o ritmo do total das importações (179% no período 2004-2007).

A União Europeia (UE), maior parceiro comercial do país, conclamou Brasília a resistir ao protecionismo, levantou algumas preocupações sobre barreiras comerciais e foi o único a abordar os financiamentos à exportação do Proex. Mas não fez acusações nem ameaças, se limitando a sugerir a Brasília "tomar cuidado" para não violar as regras da OMC.

Os Estados Unidos qualificaram o Brasil de agora "um verdadeiro 'global trader' (que negocia com todas as regiões)" e apontaram problemas com licença de importação e medidas sanitárias que afetariam suas exportações. E completaram com vários elogios, bem ao contrário do exame da política comercial de 2004, quando foram particularmente violentos.

A Argentina, o outro grande parceiro comercial do país, qualificou de "absurda" a reclamação da OMC de aumento de tarifas de 1,5% no Brasil, destacou a importância do país como destino de 20% de suas exportações e de 31% de suas importações e reiterou que o Mercosul é a base do entendimento bilateral.

A China, parceiro em crescimento importante, disse que o Brasil é um exemplo a ser seguido na luta contra o protecionismo e na reação à crise global. Países africanos lembraram até das visitas do presidente Lula a eles e pediram acesso livre de cotas e tarifas para seus produtos no Brasil. Cuba agradeceu até a ajuda a danos causados por furacões. Alguns embaixadores chegaram a usar expressões em português. Nesta quarta-feira, o Brasil responderá em blocos as questões dos parceiros

Lula pedirá a Obama menos protecionismo durante a crise global – Kennedy Alencar e Letícia Sander – Folha de São Paulo – Brasil – 12/03/2009

Presidentes do Brasil e dos EUA se encontrarão no sábado; brasileiro insistirá no fim de restrições à importação de etanol

Pauta do encontro incluirá o estreitamento de laços com países da América Latina; Planalto espera que ocorra "boa química" entre os dois

No primeiro encontro pessoal com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende propor que o americano se empenhe para concluir a Rodada Doha, evite medidas protecionistas da maior economia do mundo no momento de crise e tenha ação mais efetiva sobre os bancos- sem descartar eventual estatização temporária.

No Palácio do Planalto, há preocupação em que ocorra uma "boa química" no encontro deste sábado em Washington, no qual Lula pretende insistir no fim das restrições americanas à importação do etanol brasileiro e sugerir a Obama que faça gestos de boa vontade para a América Latina, sobretudo para países com forte sentimento anti-EUA. Ontem, o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) demonstrou otimismo quanto a este aspecto, porque há, segundo ele, uma "afinidade indiscutível de pensamento" entre Lula e Obama. "Nós identificamos até semelhanças, às vezes, nas frases usadas em relação à esperança, à mudança. Há uma afinidade, eu diria, intelectual, que vai permitir que esta relação [entre EUA e Brasil], que já é boa, possa ser muito mais aprofundada", afirmou. Ministros e assessores de Lula disseram à Folha que o brasileiro tem na carreira aspectos simbólicos como Obama. Lula é um retirante que conheceu a pobreza, fez carreira sindical e chegou à Presidência. O americano é o primeiro negro a presidir os Estados Unidos.

Pauta

Na pauta de Lula e Obama, segundo Amorim, deve entrar um debate sobre "os remédios para a crise financeira", o que inclui a necessidade de aumentar e facilitar o crédito para o comércio entre países em desenvolvimento. Segundo Marco Aurélio Garcia, assessor da Presidência para assuntos internacionais, "será uma agenda de poucos pontos". Lula pretende pedir a Obama que se empenhe e não faça exigências excessivas para

viabilizar a conclusão da Rodada Doha, as negociações para liberalização do comércio internacional que estão paradas no âmbito da OMC (Organização Mundial do Comércio). O brasileiro também aconselhará Obama a tomar uma atitude mais definitiva em relação aos bancos americanos que estão em dificuldade. A intenção é sugerir que ele não descarte a estatização.

No campo energético, Lula priorizará o álcool. O Brasil levará mais uma vez aos EUA o pleito sobre a necessidade de eliminar, ainda que gradualmente, as tarifas de importação sobre o álcool combustível.

Por ora, o governo manterá o discurso de que não tem como substituir a Venezuela como fornecedor de óleo cru aos EUA, já que não tem excedente para exportar. O petróleo do pré-sal ainda vai demorar a ser explorado em larga escala, e a prioridade do país é agregar valor -refinar aqui e criar uma indústria do petróleo.

O terceiro ponto da agenda desejada pelo Itamaraty será a América Latina. Hugo Chávez, presidente da Venezuela, pediu a Lula que o ajude a melhorar relação com EUA e o aproxime de Obama. Lula pretende fazer isso, mas num contexto de maior "conciliação" com a América Latina, no sentido de ajudar Obama a olhar para cá "com a lógica certa", nas palavras de Amorim.

Sobre Cuba, o presidente deve sinalizar que são positivas as medidas para suavizar ou encerrar o bloqueio americano.

A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) integrará a comitiva de Lula nos EUA. A Casa Branca reservou pouco mais de uma hora para o encontro, segundo o chanceler Amorim.

Crise global coloca cúpula do G20 sob pressão para achar soluções já – Clóvis Rossi –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/03/2009

Preocupação original era reformar arquitetura do sistema financeiro global

A incessante pressão da crise global está forçando uma mudança de enfoque para as duas reuniões que o G20 (as maiores economias do mundo) farão em Londres, no sábado (ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais) e em 2 de abril (presidentes e premiês).

A preocupação original do grupo era reformar a arquitetura do sistema financeiro global de forma a evitar a repetição no futuro de crises como "A Grande Recessão", como a batizou Dominique Strauss-Kahn, o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional. Mas exatamente por ser tão "Grande" há uma intensa pressão para que o G20 defina uma bala de prata que possa matar o vampiro da crise.

Ontem, a pressão veio do mais importante líder do G20, o americano Barack Obama.

O presidente dos EUA repetiu o apelo de seu principal assessor econômico, Lawrence Summers, para uma ação conjunta. Obama citou as medidas já tomadas em seu país contra a crise, mas disse que elas não serão suficientes se outros países não fizerem o mesmo, "de forma coordenada e que não se limitem ao âmbito doméstico".

Seu secretário do Tesouro, Timothy Geithner, que estava ao lado de Obama, foi ainda mais específico, ao dizer que os países do G20 devem aumentar as despesas públicas -e pelo tempo que seja necessário.

"Nós achamos que é fundamental que o G20 tome medidas concretas e importantes pelo tempo que corresponda à duração provável da crise."

Obama, de todo modo, fez um aceno aos europeus, ao falar do segundo objetivo do G20, que seria "garantir que estamos nos movendo na direção de uma reforma das regras [financeiras] para assegurar que não veremos mais riscos sistêmicos [como os atuais] ou sabermos como evitá-los no futuro".

Os europeus reagiram ao apelo de Summers, reforçado ontem por seu chefe. Açam que já fizeram o suficiente. Queimar mais dinheiro público aumentaria os já imensos déficits públicos, o que tende a criar novos problemas a curto prazo. Entendem que tanto quanto estimular a economia é fundamental desenhar regras que impeçam os abusos -pelos quais culpam os EUA- que estão na origem da crise atual.

As divergências têm levado alguns jornais a especular com o risco de fracasso das reuniões do G20, uma hipótese de alguma maneira assumida até pelo anfitrião do encontro de sábado, Alistair Darling, o ministro britânico das Finanças.

"Do dia para a noite"

Darling, em entrevista na Associação da Imprensa Estrangeira de Londres, admitiu: "Não há um remédio instantâneo ou solução do dia para a noite para a crise. Não devemos esperar um consenso integral imediato, mas podemos começar a construir esse consenso ao reconhecer que nosso interesse comum não está em contradição com o de cada país individualmente e, de fato, pode ser complementar".

O ministro britânico também comentou que o Reino Unido, a França e a Alemanha - as três principais economias da Europa- já fizeram muito para estimular a demanda, embora os EUA continuem cobrando mais.

Além disso, Darling tocou em um ponto que as autoridades norte-americanas têm evitado: "Se não se resolver o problema dos bancos, não se resolverá o problema da economia".

Não adiantaria despejar mais recursos para estimular a demanda enquanto o sistema financeiro estiver virtualmente paralisado. Sem crédito, não há economia que funcione. O titular britânico das Finanças defendeu uma reforma que cubra "todos os tipos de risco aos consumidores, aos mercados e às economias", inclusive os paraísos fiscais. Aí, a divergência é com a poderosa CBI (Confederação Britânica da Indústria), cujo presidente, Martin Broughton, vaticinou ontem, em entrevista ao "Financial Times", que a reunião do G20 pode ser uma "catástrofe", se se insistir naquilo que ele considera "totalmente irrelevante" -a regulação defendida por Alistair Darling.

Para OMC, Brasil é exemplo a ser seguido – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil
– 12/03/2009

O Brasil indicou ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC) que uma proposta de aumento da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul para produtos lácteos, de couro, têxteis e de madeira, se for aprovada e implementada terá "abrangência muito limitada e para resolver situações muito específicas". A proposta está em discussão no bloco desde novembro e vários parceiros comerciais pediram esclarecimentos sobre sua aplicação, durante o exame da política comercial brasileira, encerrada ontem com a entrega de 316 páginas de respostas de Brasília.

Segundo o mediador do exame, o embaixador húngaro Istvan Major, o sentimento geral dos parceiros foi de que o Brasil, apesar da desaceleração econômica, "tem muito boas chances de resistir muito melhor na crise do que os outros". Para ele, "o Brasil é um modelo a ser seguido".

Uma "apreciação generalizada" foi manifestada sobre a decisão do país de "resistir a pressões protecionistas" ao não expandir a abrangência de licenças de importação não-automáticas. Mas várias delegações questionaram demandas atuais de licença. O Brasil respondeu que está tomando medidas para minimizar o impacto das licenças e que não tem intenção de impor novas exigências sobre uma lista maior de produtos.

Países pobres se manifestaram em peso elogiando o Brasil, mas também cobraram a promessa de acesso livre de cotas e tarifas para seus produtos no mercado brasileiro, feita no âmbito da Rodada Doha, que está longe de terminar.

O relatório dos economistas da OMC, que inclui o brasileiro Alberto Bueno, apontou o aumento da presença do Estado nos financiamentos e a suspeita de que as taxas de juros cobradas pelos bancos oficiais embutem subsídios que atropelariam as regras

internacionais. Mas a reação foi bem tímida, no rastro da crise atual. Segundo o mediador, poucos países indagaram sobre os programas de financiamento à exportação que teriam "algumas distorções no comércio".

Em relação ao exame realizado em 2004, a conclusão foi de que a política comercial hoje é mais aberta, que a burocracia persiste, mas diminuiu, e a modernização está em curso nas aduanas. Sobre a pouca transparência em regulações técnicas e medidas sanitárias e fitossanitárias, o mediador disse que "são problemas não só do Brasil, mas de outros países também".

O exame do Brasil provocou 800 questões, muitas delas refletindo preocupações bem específicas. A China recusa há meses prorrogar um acordo com o Brasil pelo qual restringe voluntariamente exportações de têxteis e vestuário para o país. O resultado é que aumentarão as medidas antidumping contra os chineses. Assim, sem surpresas Pequim indagou sobre uma suposta cláusula de "interesse nacional" que a Câmara de Comércio Exterior usaria para decisão final nos casos de dumping. O Brasil respondeu que as sobretaxas só visam combater o dumping que causa prejuízos à indústria nacional.

Os Estados Unidos, o Canadá e o México, sócios no Nafta, apareceram com um extenso comentário sobre a importância de países produtores de aço "não influírem nas exportações", nem limitarem as importações. O Brasil retrucou que só monitora o preço do aço importado. E que está preocupado com a implementação do "Buy America" aplicado aos siderúrgicos.

Entre as inúmeras perguntas da União Europeia, uma foi sobre o que o Brasil está fazendo para assegurar produção sustentável de biocombustível, incluindo respeito a padrões trabalhistas e implicação na mudança do uso da terra. A resposta foi de que a ocorrência de "práticas de trabalho ilegal em plantações de açúcar são residuais", que a expansão da cana de açúcar é em áreas degradadas e que o governo tem um plano agroecológico que dirá onde o cultivo de cana será proibido, autorizado ou encorajado.

A UE quis saber em detalhes também o estado e as condições de negociações de acordos do Mercosul com a Índia, a África do Sul e outros países. E perguntou se o bloco pretende incluir cláusulas sociais e trabalhistas nos acordos. A resposta foi "não".

Cingapura, um paraíso fiscal, quis saber porque o Brasil cobra 25% na repatriação de ganhos para países com baixos impostos, comparado a 15% para outros países. O Brasil explicou que carrega mais na taxa no fluxo de capital com os paraísos fiscais para prevenir evasão fiscal.

O Canadá, um dos grandes exportadores agrícolas, perguntou sobre o impacto da crise atual sobre os produtores agrícolas brasileiros. A delegação brasileira respondeu que a

liquidez está melhorando, mas a produção de grãos cairá 6,4% e há preocupações sobre a demanda e preços externos.

A Nova Zelândia, um dos maiores exportadores de lácteos, quis saber a racionalidade de o Mercosul, hoje exportador desses produtos, aplicar taxa bem maior na importação, de 18,8%. O Brasil respondeu que enquanto persistirem os subsídios para lácteos no comércio internacional, a taxa não diminuirá.

Crise econômica dominará encontro de Lula e Obama – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2009

Americano deve rebater reclamação de protecionismo pedindo mais equilíbrio em Doha

Democrata ainda não tem equipe para lidar com a América Latina; Casa Branca pede estímulo equivalente a 2% da economia global

Será a crise econômica, mais do que a agenda para a América Latina ou as questões bilaterais, que dominará o encontro de amanhã entre o presidente norte-americano Barack Obama e seu colega brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, o primeiro líder latino-americano a visitar a Casa Branca desde a posse do democrata, em janeiro.

Obama deve propor a Lula que se junte ao esforço global para debelar a crise econômica, apelo que fez anteontem aos países-membros do G20, grupo do qual o Brasil faz parte, cujos líderes se reúnem em abril em Londres. Deve contrapor as reclamações de Lula sobre o protecionismo dos EUA pedindo "maior equilíbrio" na Rodada Doha de liberalização do comércio mundial. Nos últimos dias, Obama vem falando da necessidade de uma ação conjunta contra a recessão. "Entidades dizem que a economia mundial deve contrair cerca de 2% nos próximos dois anos, e a recomendação delas é que os países estimulem as economias nesse montante", disse ontem Robert Gibbs, porta-voz da Casa Branca. "Foi o que os EUA fizeram, e o presidente vai falar com outras nações do G20 sobre agir em conjunto na esperança de fazer o mesmo, sem negociar compromissos específicos." No caso brasileiro, 2% do PIB seriam cerca de US\$ 26 bilhões. O encontro dos líderes ocorre sob os efeitos da crise e apesar da falta de equipe própria de Obama para lidar com a América Latina, que não foi montada ainda justamente por conta do primeiro motivo, que domina a agenda do democrata.

Até agora, a Casa Branca emitiu exatas 117 palavras sobre o assunto. Na primeira versão do comunicado oficial, o nome do brasileiro era grafado com três erros, depois corrigidos. Ainda assim, a percepção nas duas equipes é que essa será a primeira vez em que o país mais poderoso do mundo pode tratar a maior economia da América Latina como igual. As evidências começam pelo texto oficial, dizem. Nele, estão listadas as prioridades do encontro: no topo está uma agenda global (reunião do G20), seguida da regional (5º Encontro das Américas, que reúne quase todos os países da região em Trinidad e Tobago de 17 a 19 de abril), por fim assuntos bilaterais não especificados. Segundo diplomatas brasileiros, era exatamente o que o país queria. Ser considerado parceiro estratégico dos

EUA catapultaria as ambições globais do Brasil, e essa oportunidade parece renovada com a nova gestão, que vem procurando revitalizar suas relações em diversas frentes de sua política externa. No caso brasileiro, isso se daria pelo engajamento de uma das maiores economias emergentes na solução da crise. "Eles vão falar principalmente sobre economia", confirmou à Folha Thomas McLarty, que foi enviado especial às Américas sob Bill Clinton (1993-2001), é ligado à secretária de Estado, Hillary Clinton, e tem feito pronunciamentos no circuito latino-americano de Washington sobre o relacionamento dos EUA com a região. O Brasil em outro patamar na relação dos países "faz todo o sentido", concorda Marcos Jank, presidente da Unica, entidade dos produtores brasileiros de etanol, assunto que será levado ao encontro por Lula. "Pela primeira vez, essa crise não é nossa, e os fundamentos do país estão em ordem."

McLarty lamenta a falta de equipe para lidar com a América Latina. Os principais postos não foram oficialmente preenchidos. Dan Restrepo, responsável pela região no Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca, não foi oficializado; Thomas Shannon, número 1 do Departamento de Estado para a área, é remanescente da gestão Bush, assim como Clifford Sobel, embaixador no Brasil.

É Shannon quem faz o segundo pronunciamento sobre a reunião, hoje. Ao falar dos preparativos dos EUA para o 5º Encontro das Américas, ontem, o diplomata citou artigo de Lula publicado pelo "Financial Times", em que o brasileiro defende políticas pragmáticas e realistas e mede o sucesso delas em termos de impacto nas pessoas. "O presidente Obama vai levar a mesma mensagem."

Ontem, em Porto Velho, Lula disse que apresentará ao americano o modelo de gestão do Banco do Brasil com o objetivo de que ele aceite a sugestão de estatizar bancos ou criar instituições financeiras públicas.

"Química" entre líderes preocupa assessores – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2009

No primeiro contato que Barack Obama teve com um diplomata do Brasil, ainda como candidato a presidente dos EUA, no ano passado, na Pensilvânia, ele disse: "Eu não pareço brasileiro?". A frase contrasta com outra atribuída a seu antecessor, George W. Bush, que em uma de suas primeiras interações com autoridades brasileiras teria perguntado se no país também havia negros.

Apesar de o democrata ter a vantagem do conhecimento geográfico, o antecessor republicano contava com uma conexão pessoal com Lula que, segundo assessores de ambos os lados, era verdadeira. Amanhã, a grande expectativa da equipe brasileira é saber se os dois líderes também se conectarão.

Segundo resumo dos telefonemas que trocaram em novembro e janeiro, o diálogo foi amistoso. Ambos trazem na biografia o fato de terem rompido barreiras históricas, o primeiro negro americano e o primeiro operário brasileiro a assumirem o cargo mais elevado de seus respectivos países. Fora isso, há pouco mais. Onde Lula é espontâneo, o

que agradava a Bush, o democrata é metódico e cerebral. Mesmo em circunstâncias mais descontraídas, é raro ele sair do roteiro.

"Eles têm muito em comum não só pessoalmente como em políticas específicas, que é caso da visão para energia", disse à Folha Thomas McLarty, o responsável pela América Latina sob Bill Clinton. Já Otto Reich, que ocupou cargo semelhante no governo de Bush, acha que o resultado é imprevisível.

"Claro que [Obama] será hospitaleiro, mas veja o que aconteceu com o primeiro-ministro do Reino Unido." Ele se refere à visita recente de Gordon Brown, que causou constrangimento pela aparição dos dois depois do encontro, improvisada e na qual o democrata parecia distante, e alimentada pela imprensa britânica, que viu frieza na recepção.

A começar pelos presentes trocados: Brown trouxe um porta-caneta feito da madeira de uma embarcação-irmã da qual foi feita a escrivaninha do Salão Oval, do século 19; em troca, Obama lhe deu uma coleção de DVDs (incluindo "Psicose"). Dias antes, o democrata havia devolvido para a embaixada britânica o busto de Winston Churchill, que enfeitava o Salão Oval desde o ataque de 11 de Setembro de 2001.

Agora, as apostas também são altas. É que, além de amanhã, nos próximos dias os dois líderes se reunirão na reunião do G20, em Londres, no começo de abril, e no 5º Encontro das Américas, na metade daquele mês, em Trinidad e Tobago. A química entre os dois presidentes pode ajudar a avançar a agenda comum. (SD)

Indicado por Obama critica Brasil nos EUA – Folha de São Paulo – Brasil – 13/03/2009

Futuro representante para comércio reclama de ataque ao protecionismo

Às vésperas de visita de Lula, Ron Kirk diz, em sabatina no Senado, que sucesso da Rodada Doha depende de mais abertura do mercado

O indicado por Barack Obama para suceder Susan Schwab no comando do USTR (uma espécie de Ministério do Comércio Exterior), Ron Kirk, fez críticas ao Brasil às vésperas do encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o colega norte-americano.

Na sabatina a que foi submetido pela Comissão de Finanças do Senado dos EUA, Kirk, que foi prefeito de Dallas, disse que o Brasil, além da Rússia, da China e da Índia, não pode reclamar do "Buy American" (compre produtos americanos, em tradução livre) porque adota políticas semelhantes.

"China, Rússia, Brasil e Índia mantêm políticas "Buy National" que restringem significativamente a participação das empresas dos EUA nas suas aquisições. Os Estados Unidos não têm obrigação de deixar nenhum país participar nas compras governamentais a não ser que esse país tenha concordado em permitir acesso recíproco e justo para os fornecedores americanos nas aquisições deles", disse Kirk aos senadores.

No final de fevereiro, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, reclamou de emenda protecionista para sua colega americana, a secretária de Estado Hillary Clinton. "Eu disse que é preciso que nós encontremos uma maneira de defendermos o emprego nos nossos países sem criarmos problema de emprego para os outros países, porque, se não, o problema volta para nós."

O "Buy American" é a medida do pacote de US\$ 787 bilhões aprovado no mês passado para estimular a economia do país que exige que todas as suas obras usem aço, ferro e itens manufaturados dos EUA ou de parceiros em tratados comerciais, o que exclui os quatro emergentes. A única exceção é se o custo da obra encarecer mais de 25% devido ao uso de produtos norte-americanos.

Kirk disse ainda que o sucesso da Rodada Doha, de liberalização do comércio global, depende se mercados emergentes importantes como o Brasil, a China e a Índia vão se comprometer a abrir mais seus mercados. A rodada começou em 2001 e está travada depois dos fracassos das negociações no ano passado. O ex-prefeito de Dallas foi aprovado ontem pela comissão do Senado, mas ainda precisa ser referendado por toda a Casa para assumir o USTR.

Antes de encontrar Obama, Lula critica protecionismo – Folha de São Paulo – Brasil – 14/03/2009

Presidente brasileiro diz que sua principal preocupação é reabrir crédito mundial

Na reunião na manhã de hoje na Casa Branca, líderes devem discutir também temas como cooperação no Haiti e biocombustíveis

O presidente Lula no evento sobre mudanças no estatuto do torcedor, no Palácio do Planalto

Terceiro líder a pisar na Casa Branca comandada por Barack Obama, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende, no encontro de uma hora a partir das 11h05 de hoje (12h05 de Brasília), defender "uma nova arquitetura mundial", condenar o protecionismo nos países ricos e deixar claro que quem controla o narcotráfico na América do Sul são os governos da América do Sul.

Em entrevista no Planalto, Lula disse que o protecionismo é "um desastre para a economia mundial" no médio prazo: "Não é possível que o mundo rico, que passou meio século dizendo que era preciso ter livre comércio, criou a globalização, derrubou o Muro de Berlim e, agora, no primeiro calo que começa a doer, ache que tem que voltar o protecionismo".

Reportagem de ontem da Folha mostrou que Obama deve contrapor as reclamações de Lula sobre o protecionismo com a sugestão de "maior equilíbrio" na Rodada Doha de liberalização do comércio mundial.

Lula voltou a defender a retomada da Rodada Doha e afirmou que, "de uma forma muito franca", dirá a Obama que sua principal preocupação é encontrar uma fórmula de retomada do crédito internacional. "Os países ricos precisam aprender a tomar conta dos seus bancos."

O presidente cobrou menos conversa -"não é hora de tagarelar, é hora de agir"-, acrescentando estar "muito otimista" com a conversa com Obama e com a reunião do G20, o grupo de países ricos e emergentes, em Londres, dia 2 de abril.

"Acho que os dirigentes estão comprovando que agora não é hora técnica, é da política. Ou assumimos a responsabilidade por essa crise e damos saída para ela, ou se a gente vai ficar esperando, como o Japão esperou na década de 90: o país demorou dez anos para sair da crise. Nós não podemos esperar dez anos, essa crise tem que terminar este ano", disse Lula, em referência à estagnação da economia japonesa após o estouro de uma bolha especulativa.

A intenção de Lula é repetir para Obama a proposta que já fez ao presidente da França, Nicolas Sarkozy: mais regulamentação do sistema financeiro e reformulação de organismos como a ONU (Organização das Nações Unidas), o Bird (Banco Mundial) e o FMI (Fundo Monetário Internacional), de forma a aumentar o equilíbrio de posições entre os países mais ricos e os emergentes. Maior potência do planeta, com um PIB (Produto Interno Bruto) de US\$ 13,8 trilhões, três vezes maior do que a segunda e a terceira economias, Japão e China, os EUA dão as cartas nos organismos internacionais.

Conforme a Folha apurou, Lula pretende dizer a Obama que, entre tantos sinais que o mundo espera dos EUA sob sua gestão, está o de reequilibrar esses centros de poder. O objetivo, dirá, deve ser conferir maior peso nas decisões aos países emergentes, com mais voz e poder de voto, e abrir a possibilidade de que FMI e Banco Mundial possam fiscalizar e impor condições também aos ricos -inclusive os EUA.

Além da crise e de uma tentativa de coordenar posições para a cúpula do G20, Lula e Obama devem tratar hoje da cooperação entre o Brasil e os EUA em terceiros países, como o Haiti, e discutir temas bilaterais, como biocombustíveis.

Lula dirá a Obama que vai lançar a ideia de criação de um conselho de combate ao narcotráfico na região na próxima reunião da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) para dar um recado: o narcotráfico é "um problema nosso", e os EUA não devem se intrometer. A exceção será a Colômbia, com quem os EUA têm um programa bilionário de combate à guerrilha e ao tráfico.

Química presidencial – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro – 14/03/2009

OS PRESIDENTES Lula e Obama se reúnem hoje, em Washington, e tentarão acertar os ponteiros na direção de uma agenda comum. O agronegócio brasileiro tem muito interesse no resultado dessa reunião, devido a um grande número de itens que afetam o setor. O cumprimento, por parte dos americanos, da decisão da OMC que determina a redução dos subsídios ao algodão é um tema, bem como a abertura do mercado deles à nossa carne verde e a redução das tarifas sobre nosso suco de laranja. Mas há dois deles que são de fundamental importância: a conclusão positiva da Rodada Doha, que significaria aumento do comércio agrícola mundial, e a importação, pelos EUA, do nosso álcool. O primeiro encontra resistência entre os países desenvolvidos por causa dessa nova onda de protecionismo determinada pela crise econômica global, que objetiva reduzir o desemprego, a quebra de empresas nacionais desses países e a própria recessão. O presidente Obama, em linha com outras lideranças primeiro-mundistas, tem falado contra o protecionismo que distorce mercados, mas isso precisa ser posto em prática. Já a questão do álcool é aparentemente menos complicada. Há pelo menos duas grandes razões para os EUA comprarem nosso produto. A primeira, apontada pela Comissão Internacional de Biocombustíveis, é que, pela legislação sobre energia votada em 2007, os americanos precisarão de 36 bilhões de galões de álcool no ano de 2022, cerca de 130 bilhões de litros, quase cinco vezes mais o que podem produzir hoje. E a Flórida sozinha adotou a meta de 10% de álcool em toda a sua gasolina já no ano de 2010. Produzir 36 bilhões de galões já era bastante difícil antes da crise, principalmente porque a matéria-prima para o álcool americano é o milho, e aí há uma certa disputa com alimentos. Até por isso eles investem vigorosamente na pesquisa de álcool de celulose, com resultados que virão no médio prazo.

Por causa disso, saiu o acordo entre Brasil e EUA, para estimularem juntos a produção de álcool da cana em países da América Central e do Caribe, onde projetos vêm sendo desenvolvidos com a ajuda da Fundação Getúlio Vargas. Com a crise, os preços do petróleo caíram, bem como os do milho. Indústrias de álcool haviam comprado o cereal a US\$ 5/bushel no mercado futuro e ficaram no prejuízo com a queda dos preços. Com o petróleo barato, perderam competitividade e muitas fecharam. Isso tudo complicou ainda mais a meta para 2022, e o Brasil pode ser o grande supridor da demanda não resolvida internamente, com um projeto negociado e crescente ano a ano. A segunda razão é ainda mais importante, vem sendo amplamente divulgada pela Unica e tem a ver com o aquecimento global. É sabido que o álcool produzido pela cana -considerado todo o ciclo,

desde o plantio até a queima do combustível- emite apenas 11% do CO2 emitido pela gasolina. Desde 2003, o uso do álcool em carros flex no Brasil evitou a emissão de 42 milhões de toneladas CO2, equivalentes, segundo a entidade, ao efeito de 143 milhões de árvores durante 20 anos! Eis uma vantagem extraordinária para o ambiente, tema para o qual o presidente Obama tem sido muito mais sensível que seu antecessor. Esperamos que a "química" entre os dois presidentes, hoje, seja também maior que a que havia entre Lula e Bush. E contribua para a construção do tão sonhado mercado global de biocombustíveis.

Lula vai atacar protecionismo dos EUA – Gilberto Scofield Jr., Luiza Damé, Demétrio Weber e Paula Autran – O Globo – Economia – 14/03/2009

Mídia americana e representante de governo Obama enfatizam caso Sean

WASHINGTON, BRASÍLIA e RIO. A preocupação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com saídas para restabelecer o crédito e o crescimento da economia mundial é compartilhada pelo presidente americano, Barack Obama, que pretende aproveitar o encontro de uma hora com a missão brasileira (sendo 20 minutos a sós com Lula) hoje, às 11h05m (12h05m, horário de Brasília), para pedir ao presidente brasileiro empenho na coordenação de uma ação global. No encontro de hoje, o presidente brasileiro vai defender a retomada da Rodada de Doha e atacar as medidas protecionistas adotadas pelos países desenvolvidos, inclusive os EUA, como forma de enfrentar a crise.

— Tenho uma preocupação, que é o restabelecimento do crédito no mundo. Quero conversar com Obama como fazer para restabelecer o crédito internacional.

Não é o crédito de Estado para Estado, é o crédito para quem tiver que tomar dinheiro emprestado — afirmou Lula, ainda em Brasília, antes de embarcar para os EUA.

— (Os presidentes) vão necessariamente tratar da importante questão da crise mundial e assuntos relativos à América Latina, que vão definir a nova relação estratégica entre os países — disse a ministra Dilma Rousseff, ao chegar a Washington.

O subsecretário de Estado para o Hemisfério Ocidental, Thomas Shannon, no entanto, deixou claro que o governo americano vai pressionar por uma solução para o caso do menino Sean Goldman, filho do americano David Goldman e que vive no Brasil com a família da mãe há quatro anos.

Shannon deixou claro que Obama considera o assunto “muito importante”. Ele disse que o Departamento de Estado americano dá prioridade à devolução da criança ao pai. Hoje, parentes e amigos de Goldman farão uma manifestação às 14h em frente à Casa Branca.

Já no Rio haverá uma passeata amanhã, na orla, por um grupo a favor da permanência do menino no Brasil. Eles se concentrarão às 8h em frente ao hotel Marriott de Copacabana, onde Goldman está hospedado.

Subsecretário comete gafe e troca o nome de Obama Shannon — escolhido em 2005 pelo então presidente, George W. Bush, como subsecretário responsável pelas Américas — cometeu uma gafe na coletiva sobre a visita de Lula, ao dizer que o presidente brasileiro se encontraria hoje com Bush.

Imediatamente ele se corrigiu, mas ficou claro que, com a crise, Obama sequer montou a sua equipe para a América Latina. A estrutura, além de um ainda não criado posto de “enviado especial às Américas”, inclui o encarregado da região no Conselho de Segurança Nacional e o subsecretário para o Hemisfério Ocidental. Os dois últimos são ocupados por nomes do governo anterior, como o embaixador dos EUA no Brasil, Clifford Sobel.

Para a mídia americana, a agenda da reunião de Lula e Obama se concentra na disputa entre Goldman e o advogado carioca João Paulo Lins e Silva por Sean, filho de Goldman com Bruna Bianchi, morta ano passado. O assunto ganhou a capa do jornal “The Washington Post”. Este afirmou que o Brasil é o quinto país com mais casos de descumprimento do Tratado de Haia envolvendo filhos de americanos. São 50 de um total de dois mil. O “Post” afirmou ainda que o Departamento de Estado americano considera que o Brasil tem um padrão de desrespeito ao tratado, que trata do sequestro internacional de crianças.

Goldman, no Rio desde quarta-feira, passou ontem por uma avaliação psicológica a pedido da Justiça brasileira. O menino, sua avó, Silvana Bianchi, e o padrasto já fizeram o mesmo exame. A partir destes será elaborado um laudo para o juiz da 16ª Vara Federal, que decidirá se há ou não interesse jurídico da União no processo. O resultado pode determinar a volta do caso à Vara de Família, como a família brasileira deseja, ou não. Desde quarta-feira, Goldman tem se encontrado com o filho duas vezes ao dia, com acompanhamento de psicólogos. Os encontros estão autorizados até amanhã.

Lula terá também encontro com sindicalistas O subsecretário Tom Shannon disse também que vê com bons olhos a interferência do Brasil a favor de países que enfrentam hoje problemas diplomáticos e econômicos com os EUA, como Venezuela, Bolívia e Cuba.

— Apreciamos o interesse do Brasil em promover um diálogo construtivo na região. Isto vem sendo parte importante do trabalho da diplomacia brasileira já há algum tempo e nós contamos com o fato de que o país vai levantar alguns destes temas conosco.

Antes da reunião com Obama, Lula terá um encontro com John Sweeney, presidente da maior central sindical americana, a AFL-CIO. Eles discutirão formas de aumentar a participação dos sindicatos na luta contra a crise.

Obama e Lula discutem ação anticrise e tensão comercial – Sérgio Dávila – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009

Líderes falam em traçar uma estratégia conjunta para reunião do G20, em abril

Presidente americano não se compromete a levantar barreiras sobre o álcool do Brasil e diz que tensão não acabará "da noite para o dia"

No primeiro encontro entre Luiz Inácio Lula da Silva e Barack Obama, no Salão Oval da Casa Branca, os presidentes falaram em traçar estratégia conjunta contra a crise econômica a ser apresentada na reunião do G20, em abril em Londres. Criticaram ainda a

recente onda de protecionismo e prometeram avançar a agenda comum de biocombustíveis, apesar da negativa do americano em levantar barreiras tarifárias ao álcool brasileiro por ora. Obama convocou o economista-chefe da Casa Branca, Lawrence Summers, para participar da parte ampliada do encontro, que no total durou cerca de duas horas, o dobro do tempo inicialmente previsto. O democrata defende uma ação global coordenada contra a recessão mundial atual.

A aliança entre o país mais rico do mundo e a maior economia da América Latina em torno da crise marca um novo grau na relação bilateral e o início oficial do trato entre os dois líderes, que até ontem não se conheciam pessoalmente.

"Pretendemos ter uma série de reuniões em nível ministerial nos próximos dias e semanas", disse Obama, sobre o G20 (maiores economias do mundo), "para coordenar nossas atividades para fortalecer o crescimento econômico global". Em encontro posterior com jornalistas brasileiros na sede da Embaixada do Brasil, Lula confirmaria a parceria. "Foi muito importante a proposta de Obama para constituirmos um grupo de trabalho Brasil-EUA a fim de preparar um trabalho conjunto na reunião do G20", disse.

Nos próximos dias, o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) e a secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, além de outros representantes do alto escalão dos dois governos, se encontrarão a fim de fazer um esboço de plano de ação, que envolve, de acordo com Lula, regulação financeira e ações de estímulo fiscal.

Divergência

Num clima bem-humorado, em que ambos os líderes fizeram e ouviram brincadeiras, Lula e Obama pareceram concordar apenas sobre a crise. Ambos defenderam posições conflitantes em relação a medidas protecionistas e barreiras impostas ao álcool brasileiro nos EUA. Obama reconheceu que a questão do biocombustível "tem sido um ponto de tensão entre os dois países".

"Isso não vai mudar da noite para o dia, mas eu acho que conforme nós continuemos a desenvolver as ideias, o comércio, a negociação em torno da questão do biodiesel, com o tempo essa fonte de tensão pode ser resolvida."

Já Lula respondeu que não entendia como um combustível poluente como o petróleo não era taxado, mas uma fonte limpa como o álcool brasileiro era. "Mas não espero uma resposta imediata, isso é um processo", disse o brasileiro, para emendar com um convite para que seu colega norte-americano andasse num carro de tecnologia flex quando visitasse o Brasil -viagem que o democrata confirmou que pretende fazer em breve. Obama respondeu que seu carro já era flex.

"Mas um dos problemas aqui nos EUA é que não temos postos suficientes com biocombustíveis, mas essa é a razão pela qual temos de mudar o sistema de distribuição aqui."

Os EUA aplicam tarifa de US\$ 0,54 por galão (cerca de 3 litros) de álcool brasileiro, o que inibe a entrada do produto. Brasil e EUA produzem 70% do álcool mundial. As exportações brasileiras de álcool somaram 5,16 bilhões de litros em 2008 -45,7% mais que 2007. O maior comprador foram os EUA -2,8 bilhões de litros.

Sobre protecionismo, Obama defendeu a medida "Buy American" (compre produtos americanos, em tradução livre), aprovada recentemente pelo Congresso, dizendo que sua equipe trabalhou para que a emenda não violasse as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

"Tenho certeza de que o presidente Lula vai dar passos semelhantes no Brasil para assegurar que não estamos retrocedendo no quesito do comércio mundial", afirmou. Lula disse que os países estiveram muito próximos da conclusão da Rodada Doha de liberalização de comércio, mas "questões eleitorais nos EUA" atrapalharam.

Lula é o primeiro latino-americano a ser recebido na Casa Branca desde a posse de Obama, em janeiro, e o terceiro líder mundial, depois dos primeiros-ministros Taro Aso (japonês) e Gordon Brown (britânico). Nos últimos dias, assessores obamistas chamaram o país de "parceiro global".

O brasileiro chegou à Ala Oeste da Casa Branca às 10h56 locais (11h56 de Brasília). Na comitiva, estavam os ministros Amorim, Dilma Rousseff (Casa Civil), o assessor Marco Aurélio Garcia e o embaixador Antonio Patriota. Eles participaram no salão Roosevelt da parte ampliada da reunião, que durou 50 minutos. Do lado americano, além de Summers, estavam o assessor de Segurança Nacional (NSC, na sigla em inglês), James Jones, um de seus vices, Mike Donilon, o número 2 do Departamento de Estado, James Steinberg, e o responsável pela América Latina do NSC, Dan Restrepo.

A meia hora seguinte os dois passaram no Salão Oval, o escritório presidencial, onde conversaram na presença dos intérpretes. Nos 40 minutos finais, os jornalistas entraram. De lá, o anfitrião levou Lula até a saída no jardim das Rosas.

Na relação bilateral, sai o "ponto G" e entra o "pepino" – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009

Encontro dura o dobro do previsto e entrevista é marcada por descontração; Obama pede desculpas por falar muito

Sobre a crise, Lula diz que não gostaria de ter "pepino desse na mão"; mesmo sem a tradução da expressão, Obama faz piada de volta

O encontro deveria durar uma hora de um sábado de manhã. Acabou levando duas, das quais Barack Obama e Luiz Inácio Lula da Silva gastaram meia hora apenas os dois e seus intérpretes e falaram 40 minutos à imprensa no Salão Oval, no que um veterano cinegrafista da CNN quantificou como o mais longo evento do tipo que ele cobriu na Casa Branca.

Se o parâmetro são as reuniões anteriores com os primeiros-ministros Taro Aso (Japão) e Gordon Brown (Reino Unido), os dois únicos líderes que antecederam o brasileiro em recepções na Casa Branca desde a posse do democrata, houve química entre os dois. Lula fez piadas, Obama riu e o norte-americano até pediu desculpas por falar muito. Ouviu de volta, entre risos: "Na América Latina não nos assustamos com quem fala muito, todos falamos muito". Havia a preocupação entre os assessores brasileiros quanto ao primeiro encontro entre os dois líderes, que falaram antes duas vezes ao telefone. Embora tenham trajetórias historicamente semelhantes -o primeiro operário no Planalto, o primeiro negro na Casa Branca-, eles são muito diferentes.

Ou não. Obama reafirmou frase que havia dito na campanha, referindo-se a sua cor: "Sim, sou parecido com os brasileiros. Ouço que tenho alguns amigos por lá". Confirmou também que visitará o país em breve, embora não tenham "a data certa". "Não sabemos quanto tempo vamos ficar, mas essa será só a primeira visita."

Especula-se que seja logo após o 5º Encontro das Américas, em Trinidad e Tobago, que ocorre entre 17 e 19 de abril. "Mas posso lhes dizer que, como alguém que cresceu no Havaí, seria muito importante que eu vá ao menos ao Rio, onde ouvi dizer que as praias são muito bonitas." Indagado sobre se aproveitaria para visitar Manaus, hipótese aventada nos últimos dias, aproveitou para cutucar a sua oposição.

"Eu adoraria fazer uma viagem pela Amazônia", disse o democrata. "Suspeito que o Partido Republicano adoraria me ver viajar à Amazônia e talvez me perder..." Cerebral e metódico, Obama estava descontraído e brincalhão. Até quando entendeu apenas parcialmente uma graça de Lula.

Na abertura de sua declaração conjunta, o brasileiro repetira o que vem dizendo, que rezava pelo colega por conta da crise. "Rezo mais por ele do que por mim mesmo", disse.

"Com apenas 40 dias de mandato [na verdade, 53 dias ontem], ter um pepino desses na mão, eu não queria estar no lugar dele."

O intérprete não traduziu a expressão tipicamente brasileira, dizendo apenas que Lula "não queria estar na sua posição". Obama riu e disse que "você soa como alguém que tem falado com minha mulher". Lula já havia arrancado risadas de George W. Bush na visita deste a São Paulo, em 2006, ao dizer que os dois países ainda não haviam chegado ao "ponto G" nas negociações.

As duas equipes trocaram presentes. A brasileira deu um prisma de pedras preciosas e recebeu uma "Constitution Box", caixa comemorativa com a Constituição norte-americana. Obama levou Lula ao carro, acompanhado só do intérprete. Ouviu atento do brasileiro um pedido por um empenho maior no Fórum dos CEOs, que reúne empresários dos dois países. Por fim, colocou as duas mãos nos ombros de Lula e disse: "Nos vemos em Londres". (SD)

Visita possibilita aproximação de presidentes – Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009

Os dois lados tinham a mesma expectativa: mais do que "resultados práticos" da conversa entre os presidentes Lula e Obama, deve surgir daí um relacionamento cordial e estreito, repetindo ou até aprofundando a empatia entre o brasileiro e o ex-presidente George W. Bush.

O que diplomatas dos dois países mais destacam é o fato de Lula ser o terceiro líder a pisar na Casa Branca após a posse de Obama. Uma deferência enfatizada por norte-americanos e comemorada pelo Planalto e pelo Itamaraty como sinal da "crescente importância" do Brasil no cenário internacional.

A análise de brasileiros e norte-americanos para escolher Lula foi praticamente a mesma: o Brasil é estável política e economicamente, ocupa posição de liderança incontestável na América do Sul e é um país emergente no plano internacional.

A isso se somam a biografia e o "poder moderador" do brasileiro, o migrante nordestino, o operário, o líder sindical, o presidente que assumiu com a bandeira do "Fome Zero" e que virou o "ponto de equilíbrio" numa região conturbada.

Pela esquerda, Hugo Chávez (Venezuela), Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador) xingam os EUA, expulsam diplomatas norte-americanos e enaltecem Cuba. Pela direita, Álvaro Uribe (Colômbia) e Alan García (Peru) levaram a dependência de Washington às últimas consequências.

Em meio à situação, Lula é considerado o líder que não tem uma aliança incondicional nem oferece ameaças à estabilidade do continente. "Ele é previsível", afirmou à Folha um experiente diplomata brasileiro.

A expectativa é a de que Obama tenha sinalizado que tem mais o que fazer, com crise econômica, guerras e Oriente Médio, e que delega a Lula a "gerência" da América do Sul. Não há mudanças em relação a Bush, que dava prioridade mínima à região e demonstrava certo alívio por ter o Brasil cuidando dessa parte do mundo.

A agenda de Lula na Casa Branca teve três frentes: a bilateral, a regional e a internacional. Para Obama, a mais importante era a regional. Para Lula, a internacional, porque ele pretende pressionar por maior peso do Brasil no G20 e em organismos como ONU e FMI.

Ou seja: Lula espera que a conjunção crise, posse de Obama e nova arquitetura financeira catapulte o país como protagonista mundial. E Obama quer interlocutores confiáveis por toda a parte.

Historiador vê esforço de Obama para melhorar relação com AL – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009

Moniz Bandeira acha que Brasil só conseguirá vaga no Conselho de Segurança da ONU se a crise econômica provocar um colapso no sistema internacional

O historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira, 73, avalia que o encontro Lula-Obama resulta do empenho do governo norte-americano em melhorar seu relacionamento com a América Latina. Autor de "Presença dos Estados Unidos no Brasil", Moniz Bandeira acredita que a crise econômica vai obrigar os EUA a reduzir suas atividades militares na América do Sul.

★

FOLHA - Obama aparentemente aceita mudanças na ONU, mas não a inclusão de novos membros com poder de veto no Conselho de Segurança. O que o Brasil pode esperar?

LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA - A reivindicação do Brasil com respeito à participação no Conselho de Segurança da ONU vem de um compromisso de Franklin Roosevelt com Getúlio Vargas, que ele não conseguiu cumprir em virtude dos vetos da Inglaterra e da União Soviética em 1945. O presidente Fernando Henrique Cardoso também lutou pela inclusão do Brasil no CS, razão pela qual assinou o TNP, mas nada conseguiu. Creio que seja muito difícil, por enquanto, qualquer reforma substancial nesse órgão. As

potências que compõem o CS da ONU dificilmente cederão o poder a outros países, salvo se a crise econômica provocar um colapso político no sistema internacional de poder.

FOLHA - Bush tinha uma relação tensa com a Venezuela e Cuba, mas uma relação tranquila com o Brasil. Quais as perspectivas sob Obama?

MONIZ BANDEIRA - Obama demonstra que deseja melhorar seu relacionamento com os países da América Latina. O Departamento de Estado reconheceu o caráter democrático do plebiscito mediante o qual Hugo Chávez conseguiu o direito de candidatar-se sucessivamente à Presidência e tende a aliviar a política contra Cuba. Mas a curto prazo Obama não poderá revogar as leis Helms Burton e Torricelli e o embargo decretado por John Kennedy em 1962, porque isso depende de aprovação do Congresso, o que por enquanto ele não terá condições de conseguir.

FOLHA - A Marinha dos EUA recriou sua Quarta Frota, mas não ampliou o número de navios na América do Sul. Qual é o sentido dessa decisão?

MONIZ BANDEIRA - A dívida pública dos EUA já atingiu US\$ 10,9 trilhões. E essa dívida recresce com os trilhões que Obama vem aplicando para conter o agravamento da crise. Diante de tal situação, os EUA não poderão manter o aparato militar que hoje têm em todo o mundo. A crise vai levar os EUA a reduzir ou mesmo abandonar o Plano Colômbia e outras atividades militares, não só na América do Sul, mas em outras regiões também. A guerra no Iraque está perdida, e no Afeganistão a situação só tem piorado.

"Rezo mais por ele do que por mim", diz Lula – Folha de São Paulo – Brasil – 15/03/2009

No momento mais descontraído da coletiva de imprensa dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Barack Obama, o brasileiro arrancou risadas quando, ao comentar a gravidade da crise financeira, disse que "não queria estar no lugar dele [Obama]" porque, "com só 40 dias de mandato, ele tem um pepino como esse" para resolver como presidente dos EUA, epicentro da crise mundial. "Eu estou rezando mais por ele do que por mim", disse Lula.

Ao traduzir a palavra "pepino", o intérprete usou a expressão "grande problema". Obama respondeu ao comentário com bom-humor, dizendo: "Você parece a minha mulher falando".

Em outro momento, Lula disse que, quando Obama visitar o Brasil, convidará o colega a dirigir um carro flex, "para ver a tranquilidade" que é dirigir um carro movido a álcool.

Obama disse que tem um carro flex, mas o problema nos EUA é a falta de postos de gasolina que ofereçam etanol.

G20 acena com medidas heterodoxas – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2009

Ministros das Finanças não detalham propostas, mas falam em estimular demanda e atacar problema de "ativos tóxicos"

Dirigentes do G20 também concordam em unir esforços para elaborar medidas efetivas e aperfeiçoar mecanismos de regulação

Os ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do G20 (as maiores economias do mundo) anunciaram ontem a disposição de adotar até "instrumentos não-convencionais de política" [monetária] na ânsia de enfrentar uma crise que o diretor-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Dominique Strauss-Khan, batizou de "A Grande Recessão".

Alistair Darling, ministro do Tesouro britânico e, como tal, o anfitrião da reunião do G20, disse que os participantes reconheceram a dimensão da crise: "Não há ninguém no mundo que não reconheça que se trata do maior desafio que o mundo enfrenta em gerações".

O problema é que foram pouco específicas as respostas desenhadas ontem pelos responsáveis financeiros por países que respondem por cerca de 85% da economia global. Mesmo os "instrumentos não-convencionais" não foram especificados nem na declaração final nem nas entrevistas coletivas posteriores.

Darling deixou a cargo de cada país a escolha dos instrumentos, convencionais ou não, ao afirmar que "o modelo tamanho único não é o enfoque mais apropriado". Mas, em certo momento, lembrou a política que o Banco da Inglaterra adotou na semana passada, de comprar, em vez de vender, títulos em poder de investidores.

Trata-se, na prática, de injetar dinheiro diretamente na veia da economia, para superar a trombose do sistema financeiro, na medida em que a expectativa é a de que os investidores usem o dinheiro recebido para colocá-lo no jogo econômico, movimentando a demanda. Mas Darling fez questão de dizer que não houve, durante a reunião de ministros, sermões sobre cada qual deveria fazer.

A **Folha** perguntou a Timothy Geithner se ele podia dar ao menos um exemplo concreto de "instrumento não-convencional" de política monetária. Geithner fugiu: "Acho que você deveria fazer a pergunta aos nossos banqueiros centrais".

Seja qual for a heterodoxia, não é a estatização de bancos ou de outras empresas que receberam ou ainda vão receber dinheiro público.

O comunicado final é claro em afirmar que "as companhias", de modo geral, ficam melhor no "setor comercial", ou seja, em mãos privadas.

Receita

De todo modo, a reunião de ontem cobriu todos os temas previstos, divididos em três grandes áreas: estimular a demanda, virtualmente congelada na maior parte dos países do G20, em especial nos grandes; reformar as instituições financeiras internacionais, inclusive pelo aperfeiçoamento da regulação/supervisão; e atacar o problema dos chamados "ativos tóxicos", cuja remoção do sistema financeiro é condição preliminar para que os bancos voltem a emprestar dinheiro, sem o qual a economia obviamente não funciona. Tanto nos comunicados emitidos após a reunião como nas entrevistas houve empenho em falar em coordenação internacional e em demonstrar unidade entre os participantes -uma maneira de enfrentar o noticiário da semana que fazia uma contraposição entre Europa e Estados Unidos.

Estes insistiram em novos pacotes de estímulo à economia, enquanto os europeus diziam que já haviam feito o necessário e era preciso esperar o efeito do já decidido.

Fla-Flu financeiro

Mas esse Fla-Flu econômico-financeiro, tal como a Folha havia antecipado ontem, terminou em empate: o documento fala em "tomar qualquer ação que seja necessária até que o crescimento seja restaurado". Geithner traduziu esse trecho na seguinte frase: "Quanto mais forte for a resposta [à crise] mais cedo se dará a recuperação". Em tese, portanto, deu-se por satisfeito com os termos do comunicado distribuído ontem.

Os europeus também ficaram satisfeitos, na medida em que está prometida uma regulação/supervisão abrangente de todas as instituições, mercados e instrumentos financeiros "sistemicamente importantes" -tal como insistiram líderes europeus como Nicolas Sarkozy (França) e Angela Merkel (Alemanha).

Os europeus culpam os "hedge funds" e os mercados de derivativos pela crise -e dizem que esse tipo de instrumento opera basicamente a partir dos Estados Unidos. Ou de paraísos fiscais que também entraram na mira das críticas.

Não faltou a menção ritual à necessidade de "lutar contra todas as formas de protecionismo", tal como já havia ocorrido na cúpula do G20 de Washington. Compromisso que passa alegremente por cima do fato de que, depois dessa cúpula, 19

países do G20 adotaram medidas de alguma forma protecionistas, de acordo com os cálculos de Carla Hills, ex-chefe do Comércio Exterior norte-americano.

Agora, caberá aos chefes de governo, que se reúnem sempre em Londres, no dia 2 de abril, pôr carne política e números econômicos nos compromissos de seus ministros.

Países europeus minimizam divergências – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2009

A menos de 20 dias do encontro entre os líderes do G20 em Londres, uma entrevista lado a lado do primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, e da chanceler alemã, Angela Merkel, deixou claras as divergências entre as duas maiores propostas para salvar a economia global.

Merkel pediu mais tempo antes de colocar mais dinheiro na economia, como defendem os Estados Unidos e o Reino Unido. A chanceler disse que "ainda não tivemos efeitos práticos dos pacotes, apenas psicológicos, e é preciso implementá-los e sentir os efeitos do primeiro estímulo em vez de já começar a discutir um próximo". A alemã disse que seu país já fez um estímulo "gigantesco", equivalente a 4,2% do PIB para dois anos.

De outro lado, Brown, que apostou alto num acordo de estímulo fiscal na reunião do G20, tentava minimizar o que tinha acabado de ouvir: "Em relação à política fiscal, todos os países fizeram uma grande contribuição, a maior que o mundo já viu. Os países vão concordar sobre o que fazer no futuro, tanto em política fiscal e monetária quanto no sistema regulatório."

Na semana que passou, o presidente dos EUA, Barack Obama, citou o megapacote americano e cobrou dos outros países uma ação "de forma coordenada e que não se limite ao âmbito doméstico".

Apesar das divergências nesse ponto, os dois líderes buscaram mostrar sintonia em outras questões ligadas à crise global, como mais regulação do sistema financeiro e o fim dos paraísos fiscais.

Cresce pressão por proteção à indústria – Cristiane Barbieri – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2009

Calçados, siderurgia, têxtil e petroquímica estão entre setores que levaram ao governo demandas contra estrangeiros

Para economistas, a adoção de medidas temporárias é compreensível, uma vez que o mundo inteiro tem feito o mesmo para se proteger

Há algumas semanas, a Braskem encaminhou à Casa Civil um documento no qual pedia ajuda do governo à indústria petroquímica brasileira. Entre outros pontos, o setor se preocupava com um possível avanço das indústrias árabe e chinesa no mercado brasileiro. Segundo o documento, "a cadeia petroquímica brasileira é frágil à ameaça internacional, sobretudo com a "sobra" iminente [de oferta]. O "inimigo" está lá fora, e a crise pode ser uma grande oportunidade para o país se tornar líder global".

A área petroquímica não foi a única a bater à porta do governo. Com o acirramento da crise, vários setores têm pedido a criação de algum tipo de barreira, proteção ou ajuda contra o avanço dos estrangeiros.

"Enquanto o mercado de calçados brasileiro teve uma leve retração, as importações da China aumentaram 47% em dezembro e 16% em janeiro", diz Milton Cardoso, presidente da Vulcabras/Azaleia e da Abicalçados (Associação Brasileira das Indústrias de Calçados).

A Vulcabras/Azaleia anunciou, na semana passada, férias coletivas a 1.600 funcionários. É a segunda vez nos últimos meses. "Pedimos ao governo medida antidumping [contra os calçados chineses], já que o quadro atual requer uma ação de emergência", diz Cardoso.

As siderúrgicas brasileiras também têm se preocupado com o avanço do aço chinês no mercado nacional e já levaram a demanda ao governo. Entre 2007 e 2008, as importações de produtos siderúrgicos da China cresceram quase 56%.

Excesso de oferta

Segundo economistas ouvidos pela Folha, a adoção de medidas que protejam a indústria nacional não é considerada absurda, uma vez que o mundo inteiro tem feito o mesmo.

"Na verdade, eu diria que é uma medida totalmente necessária", diz Julio Sérgio de Almeida, professor da Unicamp. "Temos de evitar a concorrência desleal." A origem do problema, dizem economistas, é o excesso de oferta, causado pela retração no consumo global. Sem poderem vender nos mercados tradicionais e sem quererem carregar estoques, as indústrias oferecem a produção em países com grande mercado consumidor, por preço cada vez menor. O Brasil é um deles.

"É compreensível a reação das empresas nacionais porque o mundo todo tenta nos enfiar seus produtos goela abaixo", diz Marcos Fernandes, professor de economia da FGV.

Para especialistas e alguns setores da indústria, em muitos casos está havendo dumping -a venda de mercadorias por preços inferiores aos de produção. Uma das alternativas apontadas por Almeida é a valoração aduaneira, que envolve a taxaçoão por peso ou preço mínimo.

"É necessário aumentar enormemente as equipes técnicas para fiscalizar a entrada dos produtos", diz Almeida.

Nas contas de Cardoso, há hoje, por exemplo, calçados importados (com o dólar a R\$ 2,30) com 30% de desconto sobre os preços cobrados em junho de 2008, quando o dólar valia R\$ 1,60. "Não há fundamento econômico que justifique esse desconto", diz.

O problema, no entanto, é que foram essas práticas que ajudaram a aprofundar a recessão de 1929. Os economistas avaliam, porém, que o protecionismo e o nacionalismo tendem a ser menores. Hoje, muitas empresas brasileiras dependem de importados.

"As medidas de proteção são necessárias, mas não se pode taxar todos os produtos da mesma maneira", diz Márcio Utsch, presidente da Alpargatas, que produz algumas de suas marcas na China.

Na opinião de Utsch, a tarifa antidumping poderá resultar em pressão sobre a inflação e em perda de arrecadação. O mesmo discurso é ouvido em outros setores.

Textos têm retórica forte, mas não exibem números – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/03/2009

Os dois textos emitidos ontem pelo G20 contêm retórica forte mas nenhum número para apoiá-la. Em vez de falar em duplicação ou triplicação dos recursos para o FMI (Fundo Monetário Internacional) financiar países em dificuldades, diz apenas que serão elevadas "muito substancialmente" as verbas à disposição do Fundo.

Em vez de mencionar os 2% do PIB (Produto Interno Bruto) de cada país que o FMI recomenda como necessário para estimular a retomada econômica, número mencionado nesta semana por Timothy Geithner, secretário norte-americano do Tesouro, fala apenas em adotar "qualquer ação que seja necessária até que o crescimento seja restaurado".

Os principais pontos dos dois comunicados são:

Retomada do crescimento

Além de mencionar "qualquer ação que seja necessária", o texto deixa claro que "a prioridade chave é restaurar os empréstimos, enfrentando, onde necessário, os problemas no sistema financeiro".

É tal a prioridade que se tornou objeto de um comunicado à parte, adicional à tradicional declaração final e até mais extenso do que esta.

Mas este segundo documento tampouco é específico. Fala no compromisso de "tomar ações decisivas, onde necessário" e em "usar todos os instrumentos disponíveis para restaurar o pleno funcionamento dos mercados financeiros, em particular para sustentar o fluxo de crédito, tanto doméstico como globalmente".

As ações mencionadas são também genéricas, parte delas já adotadas em diversos países, a saber: "prover suporte de liquidez [ao sistema financeiro], incluindo garantias governamentais para as obrigações das instituições financeiras"; "injetar capital nelas; proteger poupanças e depósitos; e fortalecer os balanços dos bancos, inclusive lidando com os "ativos tóxicos", informa o documento.

O texto descarta pacotes globais nessa área, por mais que reconheça a "interconexão do sistema financeiro global". Mas enfatiza a importância da "cooperação internacional para maximizar a efetividade dessas medidas e para rejeitar protecionismo financeiro".

Traduzindo: quer-se evitar que a ajuda a um banco de um país acabe prejudicando bancos de outros países já que as grandes instituições competem todas no mercado global. O texto fixa como prioridade absoluta enfrentar a incerteza sobre o valor do ativos que os bancos detêm, mas, de novo, não diz como fazê-lo.

Pacotes fiscais

No capítulo de expansão fiscal (gasto do governo para estimular a economia), o G20 se compromete a fazer o esforço necessário, "na escala da necessidade de restaurar o crescimento". Pede ao FMI que avalie o impacto das ações já adotadas e das que são requeridas.

O presidente do Banco Central Europeu, Jean-Claude Trichet, calculou ontem que todos os instrumentos já usados para enfrentar a crise representam 23% do PIB europeu e 29% do PIB norte-americano, números impressionantes por dois ângulos: sua dimensão cíclica e o fato de que, nem assim, conseguiram controlar a crise.

Juros

O texto compromete os bancos centrais a "manter políticas expansionistas tanto tempo quanto for necessário". Ou seja, os juros baixíssimos vieram para ficar, o que de

alguma forma força o BC brasileiro a continuar reduzindo os juros internos, já que Henrique Meirelles, presidente do órgão, é um dos signatários do texto.

Emergentes e pobres

O texto manifesta o compromisso de ajudar as economias emergentes e em desenvolvimento a lidar com a reversão no fluxo de capitais.

É uma alusão ao fato de que a crise provocou a concentração dos capitais nos países desenvolvidos, sede da maioria das instituições financeiras e empresas de grande peso, deixando à mingua emergentes, como os países do Leste europeu, os pobres países da África e de parte da Ásia e até o Brasil, embora menos dependente do papel de bancos estrangeiros.

Sistema financeiro

O texto afirma que o G20 está disposto a assegurar que "todas as instituições, mercados e instrumentos financeiros sistemicamente importantes" fiquem sujeitos a um "grau apropriado de regulação e supervisão". Especifica que os "hedge funds" e seus gerentes devem ser "registrados e liberar informação apropriada sobre os ativos de risco que possuem".

É claramente a adoção da posição europeia, especialmente a francesa e a alemã, que vinham insistindo na necessidade de colocar todo o chamado "sistema bancário nas sombras" sob as regras que valem para os sistema bancário normal. Também as agências de rating ficarão sujeitas à uma nova regulação, assim como os mercados de derivativos e outros mercados de ativos.

FMI e Banco Mundial

O FMI terá seu sistema de cotas modificado, "para refletir plenamente as mudanças na economia global", ou seja, para dar mais voz e voto aos países emergentes. A meta é concluir a reforma do Fundo até janeiro de 2011. Já a do Banco Mundial "deverá ser completada até a primavera de 2010". (CLÓVIS ROSSI)

G-20 concorda em reforçar FMI e aumentar regulação dos mercados – Bernardo Pires Domingues – O Globo – Economia – 15/03/2009

Documento é vago sobre revisão nas cotas do Fundo, reivindicação dos Brics

HORSHAM, Inglaterra. Um reforço ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com injeção de recursos para enfrentar a crise, foi consenso ontem entre os ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do G-20 (grupo que reúne as 20 maiores economias do

mundo) em Horsham, ao sul de Londres, Inglaterra. Os países concordaram no diagnóstico de que, para combater a crise e evitar episódios semelhantes no futuro, será preciso aportes extras ao FMI. E, ainda, será necessário aumentar a regulação dos mercados financeiros mundiais, inclusive com algum tipo de controle sobre as agências de classificação de risco.

No entanto, o comunicado final do encontro foi vago em relação ao montante de recursos que poderá ser injetado no FMI. Também não houve detalhamento sobre uma possível revisão nas cotas de participação dos países no Fundo, um pleito dos grandes emergentes, conhecidos como Brics (Brasil, Rússia, Índia e China). O documento afirma apenas que o término do processo de revisão de cotas poderá ser antecipado para 2011. Originalmente, o prazo previsto era 2013. Mas os Brics queriam uma revisão ainda este ano.

Comunicado não detalha injeção de recursos no FMI A pressão americana e britânica por uma maior atuação dos governos no combate à crise, por meio de estímulos fiscais, encontrou resistências no bloco da Europa continental, França e Alemanha à frente, que se recusam a injetar mais dinheiro na economia.

Os EUA chegaram a recomendar que os governos do G-20 se comprometessem com um patamar de 2% do PIB em gastos públicos.

Mas, diante da falta de consenso, o comunicado final do encontro foi vago também nesse quesito. A recomendação do documento foi de que cabe a cada nação decidir a “característica e a escala das ações que precisa tomar”.

França e Alemanha, por sua vez, saíram do encontro comemorando o compromisso, firmado pelos países do G-20, por uma maior regulação dos mercados financeiros internacionais, um pleito do bloco europeu.

O ministro de Finanças alemão, Peer Steinbrueck, afirmou que, antes de qualquer estímulo fiscal, é preciso regular melhor os mercados: — Não há sentido em injetar mais e mais recursos na economia enquanto não tivermos restaurado a confiança no mercado financeiro.

A ministra de Finanças francesa, Christine Lagarde, afirmou que EUA, China, Japão e outros se comprometeram a aumentar a transparência dos sistemas bancários e a tentar restringir o acesso de investidores a paraísos fiscais.

Mas ficou claro nos pronunciamentos do ministro das Finanças britânico, Alistair Darling, e no do secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner, o esforço de diminuir a importância dessas divergências.

Eles insistiram que houve um consenso no G-20 em tomar todas as medidas necessárias, por quanto tempo for preciso, para combater a crise. A prioridade, para o G-20, é restabelecer o crédito internacional.

— Em um primeiro momento, acreditava-se que a reforma do sistema financeiro seria importante para evitar futuras crises.

Agora, há o entendimento de que a mudança na regulação é muito importante para que se consiga sair desta crise, pois é preciso restaurar a confiança dos investidores — explicou o presidente do Banco Central brasileiro, Henrique Meirelles.

Mantega critica demora na revisão de cotas do Fundo Com relação à reforma do FMI, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, admitiu que todos concordam que é preciso injetar mais recursos no Fundo.

Especulações em torno do tamanho desse aporte giravam em torno de US\$ 250 a US\$ 500 bilhões, em adição aos US\$ 250 bilhões já existentes. Mantega afirmou que esse número pode ser ainda maior, porém reforçou que o Brasil só começará a contribuir quando o país tiver uma cota maior de participação: — O Fundo precisa ter recursos da ordem de US\$ 500 bilhões a US\$ 1 trilhão. Há uma proposta para que se antecipe a revisão das cotas para 2011.

É uma mudança de postura.

Mas, no atual ritmo da crise, acreditamos que ainda não é suficiente. Daqui a dois anos, ou a crise já acabou ou estaremos todos mortos.

O secretário do Tesouro americano reforçou a necessidade de reformar o FMI.

— É muito importante que adaptemos o Fundo para torná-lo mais justo e equilibrado, refletindo as mudanças pelo que o mundo passou. Só assim ele terá maior apoio público ao redor do mundo — explicou, dando ainda pistas de que os EUA estariam até dispostos a abrir mão do seu poder de veto nas decisões do Fundo para torná-lo mais representativo.

Com agências internacionais

EUA e Brasil vão criar grupo bilateral para enfrentar crise – Gilberto Scofield Jr. – O Globo – Economia – 15/03/2009

Na Casa Branca, Obama diz a Lula que tarifa para etanol não cai já

WASHINGTON. No primeiro encontro de um chefe de Estado da América Latina com o líder da maior economia do mundo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente dos EUA, Barack Obama, anunciaram a criação de um grupo de trabalho bilateral que vai apresentar propostas comuns sobre como restabelecer o crédito internacional, aumentar a confiança no sistema financeiro e recuperar as economias afetadas pela pior crise econômica vivida pelo planeta desde a década de 30. As sugestões serão apresentadas na reunião de chefes de Estado e governo do grupo das 20 maiores economias do mundo (G-20), marcada para o dia 2 de abril em Londres.

Recebido por Obama na Casa Branca, Lula também conversou com o presidente americano sobre o programa de biocombustíveis brasileiro. Obama elogiou a política energética brasileira.

Mas, por enquanto, não houve avanços no pleito do Brasil de reduzir a taxa de etanol exportado para lá.

Lula critica protecionismo dos países ricos Nas discussões sobre a economia internacional, o tom otimista sobre a possibilidade de os países desenharem um plano de ação na reunião do G-20 cedeu espaço à resignação sobre o tamanho da crise e seu reflexo na adoção de medidas protecionistas pelo mundo.

Lula criticou o protecionismo dos países ricos para o presidente Obama, mas tanto um quanto outro admitiram que a maneira como a crise vem afetando os negócios das empresas e reduzindo empregos pelo planeta torna muito difícil para os governos avançarem no combate ao protecionismo e no destravamento, a curto prazo, da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

— Estamos convencidos de que a crise pode ser resolvida com decisões políticas no G-20 — disse o presidente Lula. — Sou otimista, porque não há saída individual para esta crise.

O momento não é para apontarmos culpados, mas para trabalharmos juntos para conseguir soluções. É como um navio que está afundando em meio a uma tempestade.

Não interessa quem é o responsável pelo buraco no casco, mas salvar as pessoas.

Obama afirmou que não há discordância dentro do G-20 sobre a melhor maneira de enfrentar a crise, desmentindo rumores de que os EUA prefeririam adotar uma ação conjunta de estímulo fiscal e de crédito às economias, enquanto a União Europeia estaria mais propensa a optar por uma maior regulamentação do sistema financeiro internacional.

— Há um consenso entre todos os países sobre a gravidade de uma situação onde a economia mundial se encontra comprimida — afirmou Obama.

— Todos concordamos sobre a necessidade de adoção de pacotes de estímulo econômico, bem como da reforma do sistema financeiro.

Sobre as negociações na OMC, a abordagem ganhou tons mais pragmáticos do que o discurso geralmente esperançoso, tanto no Palácio do Planalto quanto na Casa Branca, sobre a capacidade dos governos de destravar o comércio, baixar tarifas e abrir novos mercados, num momento em que muitos países temem o aumento da concorrência externa e trabalhadores vivem a ameaça do desemprego: — O pacote de recuperação econômica dos EUA está dentro dos parâmetros de respeito às regras estabelecidas na OMC e tenho certeza que as ações do presidente Lula no Brasil vão na mesma direção. Mas o momento é difícil e exige ao menos empenho para que não recuemos nas conquistas feitas até agora nas negociações de Doha — disse Obama.

— Fizemos um esforço enorme para fechar um acordo em Doha e só não chegamos a este ponto por conta de diferentes expectativas do governo da Índia, na questão agrícola, e dos EUA, na questão dos subsídios — afirmou Lula.

O presidente brasileiro destacou que é preciso insistir nas negociações comerciais. — Acredito que agora, em meio a crise, avançar será mais difícil, mas também creio que Doha possa ser um importante componente de recuperação da economia industrial, especialmente para os países mais pobres — disse Lula.

O maior exemplo das barreiras tarifárias impostas por países ricos a produtos de países emergentes — e a dificuldade dos governos de combatê-los, especialmente num momento de crise — é o etanol brasileiro que, apesar de ser considerado um combustível menos poluente, não consegue ser vendido a distribuidores dos Estados Unidos por ser pesadamente taxado. Enquanto isso, o petróleo é importado sem tarifas nos EUA.

Não houve avanços concretos para a entrada do etanol brasileiro no mercado americano, mas o presidente Lula considerou o assunto o mais promissor em termos de avanços a médio prazo: — O presidente Obama se mostrou um entusiasta do programa de biocombustíveis brasileiro, inclusive da possibilidade de trabalharmos juntos com países do continente africano, transferindo tecnologia e transformando-os em fornecedores dos EUA — afirmou Lula.

O presidente brasileiro disse que, numa possível futura visita de seu colega americano ao Brasil, oferecerá um passeio num carro flex e que Obama “se sentirá bastante confortável”.

Obama vê etanol brasileiro nos EUA “a longo prazo” Barack Obama admitiu que existem pontos de tensão entre os dois países na questão dos biocombustíveis, mas destacou que seu governo está começando e que, a longo prazo, a questão do acesso do etanol ao mercado americano será resolvida.

— Temos outros problemas aqui com relação aos biocombustíveis.

Nós podemos fazer carros com motor flex, por exemplo, mas não temos postos de gasolina para abastecer os carros com os dois combustíveis e isso precisa ser resolvido — afirmou.

O encontro entre as equipes de Lula e Obama começou às 11h e durou duas horas: 1h20 de conversas entre as missões brasileira e os assessores americanos (meia hora somente entre Lula e Obama) e 40 minutos de coletiva de imprensa, na qual compareceram 13 jornalistas de cada país. O presidente Lula presenteou Obama com um prisma esculpido em pedras preciosas tipicamente brasileiras, enquanto Obama ofereceu a Lula com uma peça de decoração chamada “Constitution Box”, adornada com trechos da Carta Magna americana.

O presidente Lula seguiu ontem para Nova York, onde participará de seminários sobre oportunidades de investimentos no Brasil. “O presidente Lula afirmou que não gostaria de estar no meu lugar. Parece minha mulher falando. Nisto, você e Michelle concordam

“Eu já tive um carro flex. Mas um problema aqui nos EUA é que não temos postos para abastecer os carros com os dois combustíveis **Obama**

“Com apenas 40 dias de mandato, ter um pepino desse na mão (a crise econômica). Eu não queria estar no lugar dele

“Não tem problema (Obama ter se estendido numa resposta) porque nós na América Latina falamos muito. E os presidentes também falam muito **Lula**

Liturgia e estratégia: et pur se muove – José Luís Fiori – Valor Econômico – Opinião – 18/03/2009

“O assunto que será mais discutido entre os dois países pode não ser a energia, o meio ambiente ou a segurança, e sim a guarda de um menino de oito anos.”

A reunião dos presidentes Obama e Lula, na hora da sesta de um sábado de inverno, na avenida Pensilvânia, 1600, em Washington, foi uma cerimônia litúrgica, com temas aleatórios, propostas inócuas e encenações simbólicas. Como no caso das duas reuniões anteriores, com os primeiros-ministros Taro Aso, do Japão, e Gordon Brown, da Grã-Bretanha, ocasião em que foram confirmadas as velhas alianças preferenciais ou imperiais dos Estados Unidos, na Ásia, Europa e América Latina.

Não há nenhuma surpresa ou novidade neste assunto: o Brasil, por exemplo, depois da reunião, manteve a mesma posição que já tinha desde a administração Truman, até os

governos de Clinton e Bush. As próximas reuniões ficarão mais difíceis, devido à radicalização fundamentalista do Estado de Israel, o esfriamento das relações com a Arábia Saudita e o esfacelamento do poder no Paquistão. Seja como for, a escolha dos convidados e a ordem das reuniões, será sempre um gesto simbólico e uma decisão exclusiva do governo americano. Mas isto não condena os convidados ao imobilismo, porque fora da Casa Branca, o mundo segue girando e mudando de forma cada vez mais surpreendente.

Na mesma semana da reunião brasileira, o encontro do G20, na Grã-Bretanha, consagrou o fim da ordem econômica conservadora instaurada pelas reformas liberais da década de 1980. E a vitória eleitoral do candidato da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) nas eleições presidenciais de El Salvador consagrou o fim de uma era geopolítica que começou na América Central, com a intervenção do governo americano na Nicarágua, Honduras e El Salvador, agora governados pelas forças políticas que foram derrotadas durante a "Segunda Guerra Fria", da administração Reagan, na mesma década de 80.

A história das relações dos Estados Unidos com a América Latina é muito conhecida. Mas é importante lembrar que nunca existiu dentro do continente latino-americano, uma disputa hegemônica entre os seus próprios Estados nacionais. Depois da sua independência, a América Latina esteve sob a tutela anglo-saxônica: da Grã-Bretanha, até o fim do Século XIX, e dos Estados Unidos, até o início do Século XXI. Nestes dois séculos de vida independente, as lutas políticas e territoriais da América Latina não atingiram a intensidade, nem tiveram os mesmos efeitos que na Europa, depois do Século XVI. E tampouco se formou no continente um sistema integrado e competitivo de Estados e economias nacionais, como viria a ocorrer na Ásia depois da sua descolonização. Por isto, os Estados latino-americanos ficaram à margem das grandes disputas geopolíticas do sistema mundial e, do ponto de vista econômico, sempre funcionaram como territórios de experimentação das estratégias econômicas internacionais do "imperialismo de livre comércio" liderado pelos países anglo-saxões.

Depois da 2ª Guerra Mundial, e durante a Guerra Fria, a América Latina alinhou ao lado dos Estados Unidos, com exceção de Cuba depois de 1961. Mas isto não impediu as sucessivas intervenções dos Estados Unidos na vida política interna dos Estados latinos. E, da mesma forma, depois da Guerra Fria, a maioria dos governos da região aderiram às políticas e reformas neoliberais preconizadas pelo governo americano. Mas, a partir de 2001, este quadro foi sendo alterado, de forma progressiva, pela força do voto, e independente da política externa americana. E um depois do outro, todos os governos progressistas que foram sendo eleitos, de norte a sul do continente, vem propondo uma revisão das relações e da posição da América Latina dentro do espaço imediato do poder global dos Estados Unidos.

Os novos governos contaram - num primeiro momento - com os ventos favoráveis do ciclo de crescimento da economia mundial até 2008, e agora enfrentam em conjunto o

efeito desaglutinador da crise econômica mundial. E o que se deve prever para o período de crise é uma pressão econômica e política cada vez maior, de fora e de dentro da própria região. Já não há possibilidade de escapar da pressão competitiva mundial, e isto acelera a formação objetiva e incontornável de um subsistema estatal no continente latino-americano, potencializando o poder interno e externo dos seus Estados.

Mas o futuro das relações da América Latina com os Estados Unidos segue sendo uma incógnita e um desafio que dependerá decisivamente da condução estratégica da política externa brasileira. O pano de fundo é conhecido: depois da Guerra do Paraguai, o Brasil se transformou num Estado sem características expansivas, que jamais disputou a hegemonia latino-americana com a Grã-Bretanha ou com os Estados Unidos. E durante todo o Século XX sua posição dentro do continente foi a de sócio menor e auxiliar da hegemonia continental americana. Na década de 70, o governo militar do general Geisel se propôs um projeto de "potência intermediária", aprofundando a estratégia econômica desenvolvimentista, rompendo um acordo militar com os Estados Unidos, ampliando suas relações afro-asiáticas e assinando um acordo atômico com a Alemanha. A crise econômica e o fim do regime militar desativaram este projeto, que foi arquivado nos anos 90, quando o Brasil voltou a alinhar-se com os Estados Unidos e sua proposta de criação da Alca.

Depois de 2002, a política externa do Brasil mudou de rumo e assumiu uma postura mais afirmativa dos interesses e da liderança internacional do país. Mas, para seguir nesta direção de forma vitoriosa e expandir seu poder internacional, o Brasil terá que vencer pesadas resistências internas e refazer sua estratégia econômica. Além disso, terá que sustentar, por um longo período de tempo, uma estratégia internacional de "crescimento e libertação", e de cooperação e competição com os americanos. Porque não há como se enganar: no médio prazo, a disputa estratégica do Brasil pela hegemonia regional será com os Estados Unidos, seu principal "sócio-tutor" durante todo o Século XX, e início do Século XXI.

José Luís Fiori é professor titular do Instituto de Economia da UFRJ e autor do livro "O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações" (Editora Boitempo, 2007). Escreve mensalmente às quartas-feiras.

Obstáculos para um acordo do G-20 contra a crise global – Valor Econômico – Opinião
– Editorial – 19/03/2009

Os ministros das Finanças do G-20, grupo que reúne os países desenvolvidos e emergentes que geram 85% do PIB mundial, não chegaram a praticamente nenhum acordo em sua reunião no último fim de semana. O objetivo do encontro era formatar as propostas finais para que, em abril, um outro encontro de cúpula, com os presidentes dos países que compõem o grupo, chegasse a uma ação global conjunta para vencer a crise econômica.

Há tensões que não se dissiparam durante as discussões dos ministros. Uma das trilhas que o G-20 deve percorrer é a que define medidas econômicas e financeiras para deter a crise global. Neste ponto, os EUA pressionaram a União Europeia para que seus países adotem estímulos fiscais equivalentes a 2% do Produto Interno Bruto neste ano e no próximo. O ponto de partida do governo Obama é que os EUA parecem estar fazendo o maior esforço para deslanchar a economia sem que seus parceiros, também em recessão, façam o suficiente. A visão do outro lado do Atlântico é diferente. França e Alemanha acham que os EUA estão demorando demais para resolver o problema de seus bancos, sem o qual o crescimento econômico não poderá ser retomado. Eles são contra novos pacotes de estímulos fiscais enquanto não se saiba os resultados dos que já estão em andamento. A ministra francesa Christine Lagarde resumiu a divergência entre os "que querem um terceiro, quarto, quinto plano, e os que dizem que o estímulo está a caminho, é questão de executá-lo".

A verdade pode estar no meio do caminho. Os planos para a recuperação dos bancos estão demorando mais do que se esperava. O anúncio feito por Tim Geithner, secretário do Tesouro americano, logo após sua posse, lançou mais dúvidas do que luz e derrubou fortemente os mercados. O detalhamento de como os bancos se livrarão dos ativos tóxicos que envenenam sua contabilidade deverá ser feito esta semana. Por outro lado, a Alemanha, um dos polos de dissidência em relação às propostas americanas, comprometeu em 2009 e 2010 recursos equivalentes a 3,5% do PIB para reativar a economia, ante os 3,8% do PIB arrematados pelos EUA. Não se pode acusá-la de leniência.

A segunda rota do G-20 é o novo sistema de regulação e supervisão bancária mundial. Ainda que sua relevância seja óbvia, sua prioridade é secundária diante da necessidade de consertar o mais rapidamente possível a economia com o sistema financeiro como é hoje. A posição europeia é bastante intervencionista e contempla um organismo supranacional para fiscalizar os grandes bancos globais. A possibilidade de os EUA aceitarem um organismo multilateral ditando regras sobre instituições nacionais é menor do que zero. Há uma longa lista de pontos em que o acordo já é tácito e que podem ser implantados de imediato. A solução mais provável é um acordo sobre os passos comuns a serem tomados para apertar a regulação dos bancos, que seriam executados pelos bancos centrais e órgãos reguladores nacionais.

O terceiro passo a ser dado pelo G-20 diz respeito ao reforço do Fundo Monetário Internacional, para dar apoio aos países que tombem sobre o peso da crise. Há um vasto consenso de que o FMI precisa de mais dinheiro, e EUA, Japão e UE concordam em prover de US\$ 500 bilhões a US\$ 750 bilhões para isso. Entretanto, Brasil, China, Índia e Rússia se opuseram a colaborar se de imediato não for feita uma mudança de poder dentro da instituição, que dê aos países emergentes o seu peso real. Hoje os países europeus têm 32% dos votos e os EUA, 17%, enquanto que a China tem pouco mais de 3%. Na reunião, os países desenvolvidos concordaram em uma nova revisão de cotas não mais em 2013, mas em 2011. A decisão descontentou ao grupo e é possível que uma solução temporária seja a

de deixar tudo como está, enquanto que o Fundo recebe injeções bilaterais de capital. Os Bric estão certos e a oportunidade para realizar essa mudança é agora.

Como nos demais pontos, as divergências tem por pano de fundo a disputa entre os países que detinham muito poder econômico e o estão perdendo, e aqueles que tinham pouco e estão ganhando. Não há solução rápida para o impasse, mas compromissos táticos com vistas a objetivos precisos para tirar o mundo da crise podem funcionar.

Protecionismo é condenado, mas praticado – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/03/2009

Membros do G20 se prontificam a manter o livre comércio, mas 17 adotam medidas em sentido contrário, diz Banco Mundial

Relatório do Departamento de Comércio Internacional da instituição revela que há grande distância entre o que se fala e o que se pratica

Do primeiro parágrafo da declaração de ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do G20, emitida após a reunião de duas semanas atrás em Horsham, a 50 quilômetros de Londres: "Nós nos comprometemos a lutar contra todas as formas de protecionismo e a manter o livre comércio e [o livre] investimento".

Da vida real: desde que, em novembro passado, os líderes do G20 adotaram posição igualzinha, "17 dos países do G20 implementaram 47 medidas cujo efeito é restringir o comércio à custa de outros países", informa relatório preparado por Elisa Gamberoni e Richard Newfarmer, do Departamento de Comércio Internacional do Banco Mundial.

É natural, ante tão forte contraste entre palavras e práticas, que os apóstolos do livre comércio já comecem a soar todas as trombetas de alarme. Caso de Uri Dadush, especialista do Carnegie Endowment for International Peace: "Medidas agressivas são necessárias para enfrentar a crise financeira global, mas salvar bancos e indústrias domésticas são medidas que, se não forem bem aplicadas, podem provocar uma guerra comercial devastadora".

A previsão se ampara no fato de que na crise dos anos 30 do século passado -à qual remetem todas as comparações com a atual- houve de fato uma explosão de protecionismo, que, segundo os especialistas, só ajudou a prolongar e a aprofundar os problemas.

É certamente com base nessa memória que o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, afirma que "a adoção de medidas protecionistas somente tornaria a crise pior. E, na verdade, tornaria ainda mais difícil a recuperação da economia".

Argentina, o que fazer com esse vizinho – Sergio Leo – Valor Econômico – 23/03/2009

Levantamento da Confederação Nacional da Indústria, a CNI, mostra bem como funciona o jogo protecionista argentino com o Brasil, uma gangorra que segue os altos e baixos do ciclo econômico. A resposta sobre como lidar com o vizinho problemático, claro, está no terreno da política, não em pretensas certezas econométricas. Como todo bom levantamento estatístico, o estudo da CNI tem argumentos para advogados de defesa e de acusação no debate sobre a conveniência de aprofundar ou esfriar a relação com a Argentina.

Sem contar os produtos da indústria automobilística, sempre sujeitos a um comércio administrado, os produtos brasileiros sujeitos a barreiras impostas pelos argentinos ocupam 11% do total das vendas brasileiras ao mundo. Em 2003 e 2004, esse percentual estava em torno de apenas 4%; ponto para a acusação contra os argentinos. Mas em 2007, o índice era maior, de quase 12%. Ponto para a defesa.

Com as medidas de controle das importações adotadas no início do ano, a Argentina pode retornar aos patamares de 2007. Isso, acusadores e defensores confirmarão mais à frente. Até 2007, eram 58 os produtos brasileiros sujeitos a licenças não-automáticas na Argentina; a resolução 61, de 4 de março, aumentou a lista para 199, de fecho éclair a máquinas agrícolas, debulhadoras. São 36 os produtos sujeitos a sobretaxações, acusados de dumping.

Em favor dos argentinos, eles próprios lembram que certas medidas adotadas pelo Brasil, como vantagens em financiamento e tributos, dão às mercadorias brasileiras uma competitividade desproporcional em relação aos sócios. Admitem, porém, que estão em desvantagem, em grande parte, por culpa deles mesmos, de decisões passadas da sociedade argentina, que desmontou seus mecanismos de política industrial, guiada pela na crença religiosa nos preceitos do liberalismo ortodoxo.

Os argentinos argumentam que querem espaço para dar força às suas indústrias. Daí o protecionismo. Mas o documento da CNI nota que, em vez de dar proteção à indústria nascente até que ela ganhe força nas pernas para caminhar sozinha, o que os argentinos vêm fazendo é um permanente berço de ineficiência para setores que, há anos, resguardam-se atrás de barreiras contra o mundo, inclusive os sócios do Mercosul.

Os setores de eletrodomésticos da linha branca, papel e calçados confiam, há anos, em um regime de licenças não-automáticas contra importações brasileiras, mesmo quando a indústria local já se encontrava resguardada por acordos de restrição de vendas por parte dos concorrentes brasileiros. Na área têxtil, após anos de acordos de limitação de vendas, a Argentina passou a submeter os têxteis brasileiros ao regime de "preços critério", preços de

referência acima dos quais as importações de qualquer origem, inclusive do Brasil, são sobretaxadas. O Brasil tem um regime semelhante, só para importações da Ásia.

Os empresários brasileiros se dividem em relação aos acordos de limitação de vendas, como os que tentarão negociar nesta semana com os argentinos. Parte do setor privado vê nesses acordos um instrumento para resguardar sua fatia no mercado argentino. Outros apontam as dificuldades para administrar as cotas de exportação, diz a CNI.

Há consenso, no entanto, sobre a terrível falta de transparência e as dificuldades de planejamento e investimentos que esses mecanismos criam para as empresas. A permanência desses acordos só abre espaço para mais demandas argentinas por mecanismos de proteção, reclamam alguns empresários.

Os defensores da política de "generosidade" com os argentinos se apoiam no fato, inquestionável, de que o Brasil manteve superávits comerciais gigantescos com a Argentina, mesmo durante o período de forte valorização do real em relação ao dólar. Essa condição de bom cliente da Argentina explica o cavalheirismo com que a presidente Cristina Kirchner foi recebida, na semana passada, pela Federação das Indústrias de São Paulo, que recomendou aos sócios evitar reclamações. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, chegou a avisar ao governo que seria um "anfitrião impecável", mesmo que os argentinos baixassem medidas protecionistas no mesmo dia da visita.

Os próximos dias serão de trabalhosas negociações com a Argentina, para estabelecer as condições de comércio para grande quantidade de mercadorias vendidas ao vizinho, numa pragmática violação das regras da união alfandegária que o Mercosul tenta ser em vão há mais de década e meia. Seria conveniente que os acordos firmados estabelecessem portas de saída, e que os governos aproveitassem a disposição negociadora para esforçar-se em criar mecanismos compensadores, de aprofundamento da integração, desmoralizada por crescentes barreiras comerciais.

Alternativas de financiamento

Governos sul-americanos já começam a cogitar mudanças no Convênio de Créditos Recíprocos, o CCR, sistema de compensações de pagamentos que funciona como uma espécie de seguro no comércio entre os países do continente e permite transações comerciais sem o uso de moeda conversível - o dólar, especialmente. O CCR é uma espécie de câmara de compensação: a cada três meses, os bancos centrais da região verificam quanto cada país importou do outro e transferem aos país com saldo positivo, os dólares correspondentes a esse saldo.

A Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), promove em abril um seminário para discutir o aperfeiçoamento do CCR e o incentivo ao comércio em moedas locais, sistema inaugurado entre Brasil e Argentina, recentemente. Implícita, na agenda, há

a ideia de trocar o dólar pelo euro como moeda de referência, um sintoma de descolamento em relação à economia dos EUA. Vai depender, claro, do desempenho - até agora pouco encorajador - das economias europeias.

É hora de ousar – Georges Soros - Valor Econômico – Opinião – Colunistas - 20/03/2009

Na atual crise, em contraste com a Grande Depressão, o protecionismo prevaleceu inicialmente no mundo financeiro, e não no comércio

A reunião do G-20 a ser realizada em breve é um evento do tipo "tudo ou nada". A menos que apresente medidas concretas para apoiar os países na periferia do sistema financeiro mundial, os mercados mundiais sofrerão mais uma rodada de declínio, assim como ocorreu após o insucesso do secretário do Tesouro dos EUA, Timothy Geithner, em fevereiro, de produzir medidas práticas para a recapitalização do sistema bancário americano.

A atual crise financeira é diferente de todas as outras que já vivemos desde a Segunda Guerra Mundial. Em ocasiões anteriores, sempre que o sistema financeiro chegou à beira de um colapso, as autoridades agiram em concerto e trouxeram-no de volta da borda do precipício. Desta vez, o sistema realmente quebrou, na esteira do colapso do Lehman Brothers em setembro passado, e teve de ser colocado numa UTI. Entre outras medidas, tanto a Europa como os EUA garantiram efetivamente que não será permitido um colapso de nenhuma outra importante instituição financeira.

Esse passo foi necessário, mas produziu consequências adversas não intencionais: muitos outros países - da Europa Oriental à América Latina, África e Sudeste Asiático - não puderam oferecer garantias analogamente convincentes. Estimulado pela determinação das autoridades financeiras nacionais situadas no centro da economia mundial de proteger suas próprias instituições, o capital fugiu da periferia. Moedas perderam valor, juros subiram, swaps de risco de crédito dispararam. Quando a história desta crise for escrita, ficará claro que, em contraste com a Grande Depressão, o protecionismo prevaleceu inicialmente no mundo financeiro, e não no comércio mundial.

As instituições financeiras internacionais (IFIs) estão agora diante de uma nova tarefa: proteger os países da periferia de uma tempestade proveniente do centro. As IFIs estão acostumadas a lidar com governos; agora precisarão aprender a lidar com o colapso do setor privado. Se não o fizerem, as economias periféricas sofrerão ainda mais do que as situadas no centro.

Os países da periferia tendem a ser mais pobres e mais dependentes de commodities do que os mais desenvolvidos, e devem restituir mais de US\$ 1,4 trilhão em empréstimos

bancários apenas em 2009. Esses empréstimos não podem ser rolados sem ajuda internacional.

O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, reconheceu o problema e colocou-o na agenda do G-20. Mas, no curso dos preparativos da reunião, profundas diferenças de atitude têm vindo à tona, principalmente entre os EUA e a Alemanha.

Os EUA reconheceram que somente utilizando crédito estatal em máxima dose possível poderão reverter o colapso do crédito no setor privado. A Alemanha, traumatizada pela lembrança da hiperinflação na década de 1920 e a resultante ascensão de Hitler em 1930, mostra-se relutante em plantar sementes de inflação futura assumindo pesado endividamento. Ambas as posições estão sendo firmemente defendidas e podem ser amparadas em argumentos que são válidos do ponto de vista dos respectivos países. Mas a controvérsia ameaça perturbar a reunião em 2 de abril.

Deveria ser possível para cada parte respeitar a posição da outra sem abandonar sua própria posição e encontrar terreno comum. Em vez de fixar uma meta universal de 2% do PIB para pacotes de estímulo, seria suficiente um consenso em torno de que os países da periferia precisam de ajuda internacional para proteger os seus sistemas financeiros e praticar políticas anticíclicas. Isso é do interesse comum. Se se permitir que as economias da periferia sofram colapsos, os países desenvolvidos também serão prejudicados.

Tal como estão as coisas agora, a reunião do G-20 produzirá alguns resultados concretos: os recursos do Fundo Monetário Internacional provavelmente serão efetivamente duplicados, principalmente utilizando o mecanismo do Novo Acordo de Empréstimos (NAB, na sigla em inglês), que pode ser ativado sem resolver a incômoda questão da realocação no número de votos nas IFIs.

Isso será suficiente para permitir que o FMI ajude países específicos em apuros, mas não fornecerá uma solução sistêmica sem condicionalidade. Essa solução está prontamente disponível na forma de Direitos Especiais de Saque (SDRs, na sigla em inglês). O mecanismo existe e já foi usado em pequena escala.

Os SDRs são extremamente complicados e de difícil compreensão, mas no fim das contas trata-se da criação internacional de dinheiro. Países em condições de criar seu próprio dinheiro não precisam deles, mas os países periféricos sim. Os países ricos devem emprestar suas alocações de recursos aos países necessitados.

Isso não criaria um déficit orçamentário nos países ricos. Os países beneficiados teriam de pagar ao FMI juros muito baixos: a taxa média composta dos títulos dos tesouros dos países cujas moedas são conversíveis. Eles poderiam usar livremente suas próprias alocações de recursos, mas as IFIs supervisionariam como as alocações concedidas em

empréstimos seriam utilizadas, para assegurar que os fundos emprestados sejam bem gastos. É difícil pensar num esquema em que o custo/benefício seja tão favorável.

Além do aumento não recorrente de recursos do FMI, deveria haver emissões anuais substanciais de SDRs, digamos, US\$ 250 bilhões, enquanto durar a recessão mundial. Para tornar o esquema contracíclico, as emissões de SDRs poderiam ser recobradas em parcelas, quando a economia mundial revelasse sobreaquecimento. É tarde demais para um consenso sobre a emissão de SDRs na próxima reunião G-20, mas se o esquema fosse proposto pelo presidente Barack Obama e aprovado em princípio pela maioria dos participantes, isso seria suficiente para dar ânimo aos mercados e fazer da reunião um êxito retumbante.

George Soros é presidente da Soros Fund Management. Seu livro mais recente é "O novo modelo dos mercados financeiros". © Project Syndicate/Europe's World, 2009. www.project-syndicate.org

Argentina, o que fazer com esse vizinho – Sergio Leo – Valor Econômico – Colunistas – 23/03/2009

Levantamento da Confederação Nacional da Indústria, a CNI, mostra bem como funciona o jogo protecionista argentino com o Brasil, uma gangorra que segue os altos e baixos do ciclo econômico. A resposta sobre como lidar com o vizinho problemático, claro, está no terreno da política, não em pretensas certezas econométricas. Como todo bom levantamento estatístico, o estudo da CNI tem argumentos para advogados de defesa e de acusação no debate sobre a conveniência de aprofundar ou esfriar a relação com a Argentina.

Sem contar os produtos da indústria automobilística, sempre sujeitos a um comércio administrado, os produtos brasileiros sujeitos a barreiras impostas pelos argentinos ocupam 11% do total das vendas brasileiras ao mundo. Em 2003 e 2004, esse percentual estava em torno de apenas 4%; ponto para a acusação contra os argentinos. Mas em 2007, o índice era maior, de quase 12%. Ponto para a defesa.

Com as medidas de controle das importações adotadas no início do ano, a Argentina pode retornar aos patamares de 2007. Isso, acusadores e defensores confirmarão mais à frente. Até 2007, eram 58 os produtos brasileiros sujeitos a licenças não-automáticas na Argentina; a resolução 61, de 4 de março, aumentou a lista para 199, de fecho éclair a máquinas agrícolas, debulhadoras. São 36 os produtos sujeitos a sobretaxações, acusados de dumping.

Em favor dos argentinos, eles próprios lembram que certas medidas adotadas pelo Brasil, como vantagens em financiamento e tributos, dão às mercadorias brasileiras uma competitividade desproporcional em relação aos sócios. Admitem, porém, que estão em

desvantagem, em grande parte, por culpa deles mesmos, de decisões passadas da sociedade argentina, que desmontou seus mecanismos de política industrial, guiada pela na crença religiosa nos preceitos do liberalismo ortodoxo.

Os argentinos argumentam que querem espaço para dar força às suas indústrias. Daí o protecionismo. Mas o documento da CNI nota que, em vez de dar proteção à indústria nascente até que ela ganhe força nas pernas para caminhar sozinha, o que os argentinos vêm fazendo é um permanente berço de ineficiência para setores que, há anos, resguardam-se atrás de barreiras contra o mundo, inclusive os sócios do Mercosul.

Os setores de eletrodomésticos da linha branca, papel e calçados confiam, há anos, em um regime de licenças não-automáticas contra importações brasileiras, mesmo quando a indústria local já se encontrava resguardada por acordos de restrição de vendas por parte dos concorrentes brasileiros. Na área têxtil, após anos de acordos de limitação de vendas, a Argentina passou a submeter os têxteis brasileiros ao regime de "preços critério", preços de referência acima dos quais as importações de qualquer origem, inclusive do Brasil, são sobretaxadas. O Brasil tem um regime semelhante, só para importações da Ásia.

Os empresários brasileiros se dividem em relação aos acordos de limitação de vendas, como os que tentarão negociar nesta semana com os argentinos. Parte do setor privado vê nesses acordos um instrumento para resguardar sua fatia no mercado argentino. Outros apontam as dificuldades para administrar as cotas de exportação, diz a CNI.

Há consenso, no entanto, sobre a terrível falta de transparência e as dificuldades de planejamento e investimentos que esses mecanismos criam para as empresas. A permanência desses acordos só abre espaço para mais demandas argentinas por mecanismos de proteção, reclamam alguns empresários.

Os defensores da política de "generosidade" com os argentinos se apoiam no fato, inquestionável, de que o Brasil manteve superávits comerciais gigantescos com a Argentina, mesmo durante o período de forte valorização do real em relação ao dólar. Essa condição de bom cliente da Argentina explica o cavalheirismo com que a presidente Cristina Kirchner foi recebida, na semana passada, pela Federação das Indústrias de São Paulo, que recomendou aos sócios evitar reclamações. O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, chegou a avisar ao governo que seria um "anfitrião impecável", mesmo que os argentinos baixassem medidas protecionistas no mesmo dia da visita.

Os próximos dias serão de trabalhosas negociações com a Argentina, para estabelecer as condições de comércio para grande quantidade de mercadorias vendidas ao vizinho, numa pragmática violação das regras da união alfandegária que o Mercosul tenta ser em vão há mais de década e meia. Seria conveniente que os acordos firmados estabelecessem portas de saída, e que os governos aproveitassem a disposição negociadora

para esforçar-se em criar mecanismos compensadores, de aprofundamento da integração, desmoralizada por crescentes barreiras comerciais.

Alternativas de financiamento

Governos sul-americanos já começam a cogitar mudanças no Convênio de Créditos Recíprocos, o CCR, sistema de compensações de pagamentos que funciona como uma espécie de seguro no comércio entre os países do continente e permite transações comerciais sem o uso de moeda conversível - o dólar, especialmente. O CCR é uma espécie de câmara de compensação: a cada três meses, os bancos centrais da região verificam quanto cada país importou do outro e transferem aos país com saldo positivo, os dólares correspondentes a esse saldo.

A Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), promove em abril um seminário para discutir o aperfeiçoamento do CCR e o incentivo ao comércio em moedas locais, sistema inaugurado entre Brasil e Argentina, recentemente. Implícita, na agenda, há a ideia de trocar o dólar pelo euro como moeda de referência, um sintoma de descolamento em relação à economia dos EUA. Vai depender, claro, do desempenho - até agora pouco encorajador - das economias europeias.

Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras

Comércio mundial terá retração de 9%, diz OMC – Valor Econômico – Internacional – 24/03/2009

O comércio mundial cairá 9% por causa da crise econômica em 2009, sua maior baixa desde a Segunda Guerra Mundial, segundo um relatório divulgado ontem pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

"A contração nos países desenvolvidos será particularmente severa e haverá uma queda de 10% nas exportações", disse o relatório.

Para os países em desenvolvimento, o retrocesso será entre 2% e 3%, embora a OMC informe que o crescimento destas nações depende muito mais do comércio que o das economias desenvolvidas.

Nos últimos meses de 2008, começaram a aparecer sinais de uma forte deterioração do comércio, com a desaceleração da demanda e o ritmo mais lento da produção, segundo o estudo.

Por isso, embora o comércio mundial tenha aumentado 2% em volume no ano de 2008, nos seis últimos meses seu crescimento caiu, ficando muito abaixo dos 6% de aumento no mesmo período de 2007.

Em 2008, o valor em dólares (que inclui variações dos preços e oscilações das taxas de câmbio) das exportações mundiais de mercadorias cresceu 15%, para US\$ 15,8 trilhões, enquanto as exportações de serviços comerciais aumentaram 11%, aos US\$ 3,7 trilhões.

"O esgotamento dos fundos disponíveis para financiar o comércio contribuiu para a forte queda dos fluxos comerciais, especialmente nos países em desenvolvimento", afirmou o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy.

O relatório assegura que "um aspecto notável da atual desaceleração do comércio mundial é seu caráter sincronizado, porque os números mensais das exportações e importações das principais economias desenvolvidas e em desenvolvimento caíram paralelamente desde setembro de 2008".

Embora destaque como exceção a esta queda generalizada algumas economias da Ásia, onde foram registrados números positivos do crescimento mensal das importações em países como China, Cingapura, Taiwan e Vietnã.

OMC vê onda protecionista com a crise – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/03/2009

Se a tendência for mantida, será mais difícil países se recuperarem, diz Lamy

Brasil é criticado por elevar financiamento do Proex a empresas de exportação e por conceder US\$ 1,6 bi de crédito a setor automotivo

O mundo caminha perigosamente em direção ao protecionismo, alertou ontem o diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy. Se for mantida, essa tendência "sufocará" o comércio global e tornar mais difícil a saída da crise. Em um relatório enviado aos membros da OMC, Lamy diz que, desde a última avaliação, há três meses, o livre comércio sofreu um "deslize significativo". Tanto países industrializados como em desenvolvimento, disse ele, ergueram barreiras às importações para resguardar a economia doméstica.

O Brasil é elogiado pela decisão do presidente Lula de voltar atrás na aplicação de licenças de importação, mas não fica de fora da lista de países que adotaram medidas de protecionistas. Entre elas, o aumento do financiamento pelo Proex a empresas de exportação, a concessão de crédito de US\$ 1,6 bilhão à indústria automobilística e a redução de impostos na compra de veículos.

Segundo Lamy, ainda não há sinais de uma onda de protecionismo de "alta intensidade", como a que provocou as guerras comerciais da época da Grande Depressão, na década de 1930. Mas alertou que "o perigo hoje é uma escalada de restrições que poderia lentamente sufocar o comércio internacional" e atrasar a retomada.

Ele ressaltou que os problemas na área financeira tornam quase impossível avaliar se o fim da crise está próximo. "Ninguém pode prever claramente qual será a profundidade desta recessão, ou quanto ela irá durar, mas não pode haver dúvida sobre a fragilidade da economia mundial", disse.

Lamy fez o relato aos membros da OMC dando claramente um recado aos participantes da cúpula do G20, na próxima semana em Londres. Convidado pelo anfitrião, o premiê britânico, Gordon Brown, Lamy levará a mensagem de que o protecionismo é a pior arma para combater a crise.

Doha

Ele ressaltou a importância de um acordo na Rodada Doha de liberalização comercial, que serviria como seguro contra o protecionismo. Nesta semana, a OMC divulgou a projeção de que o comércio mundial cairá 9% neste ano, na pior contração desde a Segunda Guerra.

"O pacote de acesso aos mercados de bens agrícolas e industriais que está sobre a mesa é equivalente a um novo plano de estímulo para consumidores, de quase US\$ 150 bilhões", disse Lamy, que, no último domingo, se reuniu em Genebra com o chanceler brasileiro, Celso Amorim, para falar de Doha.

O relatório de Lamy lista dezenas de medidas com viés protecionistas aplicadas pelos países nos últimos meses. Para o diretor-geral da OMC, pacotes de estímulo fiscal e de ajuda a setores em dificuldade são bem-vindos para reaquecer a produção econômica. Mas trazem o risco de provocar uma perigosa reação em cadeia de medidas protecionistas.

"Seja utópico: exija o que é realista" – Robert Pollin – Carta Maior – 28/03/2009

Solidariedade, igualdade e liberdade têm sido sempre princípios fundamentais que animam a esquerda. É desde esses princípios que a esquerda construiu suas diversas perspectivas de uma verdadeira, democrática, igualitária ordem social, isto é, o único tipo de sociedade que merece ser chamada de "socialista". Dado o colapso do neoliberalismo, a esquerda não deveria agora avançar em vista de um socialismo com carga total? O artigo é de Robert Pollin, professor de Política Econômica na Universidade de Massachusetts-Amherst.

O capitalismo neoliberal – cujas características definidoras foram a ganância de Wall Street e a dominação dos grandes negócios sobre as políticas dos governos – está morto. Mas o que vem a seguir?

Solidariedade, igualdade e liberdade têm sido sempre princípios fundamentais que animam a esquerda. É desde esses princípios que a esquerda construiu suas diversas perspectivas de uma verdadeira, democrática, igualitária ordem social – i.e., o único tipo de sociedade que merece ser chamada de “socialista”. Dado o colapso do neoliberalismo, a esquerda não deveria agora avançar em vista de um socialismo com carga total?

Apesar de o socialismo ser desejável como uma visão de longo prazo de uma sociedade justa, é irrealista na minha opinião que ele venha a tomar forma hoje. O problema é que, neste estágio da história, nós não sabemos com o quê uma economia socialista pareceria, nem sabemos como nos mover da atual desintegração do neoliberalismo para algo aproximadamente socialista. O socialismo deveria ser visto como uma série de desafios e questões, à medida que pressionamos por uma agenda social para além da crise dos dias que correm. Esse tipo de coisa não deveria ser visto como um pacote óbvio de respostas prontas.

Isso se torna claro ao considerarmos o colapso do sistema financeiro. No curto prazo não há mais alternativas viáveis para que o governo assuma o controle dos bancos em falência. Mas a nacionalização dos bancos, por si só, nem é uma panacéia nem um avanço em direção ao socialismo. O fato de que o ex-presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan agora apóia a nacionalização deveria ao menos refrear esse tipo de entusiasmo da esquerda. No longo prazo, um sistema financeiro nacionalizado apresenta problemas desencorajadores.

Realisticamente, um sistema como esse vai inevitavelmente fracassar e escândalos ligados ao “capitalismo amigo” - acordos privilegiados com negociantes não-financeiros. Além disso, empresas financeiras individuais, assim como todas as entidades de negócios, exigem micro-gerenciamento. O governo teria de criar um sistema de incentivos para os diretores dos bancos publicamente apropriados que iriam substituir pelo muito francamente vantajoso motivo que orienta os gerentes dos bancos privados. Se os gerentes dos bancos nacionalizados não estiverem comprometidos com a maximização dos lucros como sua performance deveria ser avaliada?

Resolver uma questão como essa exigiria anos de experimentação e ajustes finos. Nesse período, os pagadores de impostos iriam arcar com falências inevitáveis. Isso, por sua vez, poderia ser precisamente a coisa – talvez a única – que mudaria o alvo do ultraje público com o colapso do sistema financeiro de Wall Street para o interior das estruturas de governo.

Nessa conjuntura histórica é portanto preferível lutar por um novo marco regulatório do regime financeiro, com os bens dos principais bancos privados tomados como meios de promoção da estabilidade financeira e da canalização do crédito para áreas prioritárias, como as da moradia de baixo custo e economia e da economia verde.

Erguer a economia verde levanta preocupações similares. Precisamos parar com o consumo de combustíveis fósseis e interromper o aquecimento global nos próximos vinte a a trinta anos. Esse é um projeto sólido, e não será realizado se contar inteiramente com o setor público ou com o setor de organizações não-lucrativas da comunidade, ainda que valha a pena fazer assim. Antes, suas forças propulsoras principais serão os grandes incentivos governamentais aos negócios privados para lucrarem com investimentos em energia limpa, e para os mesmos interesses privados enfrentarem custos significativos ao produzir e vender combustíveis fósseis. O programa de estímulos de Obama é um grande passo inicial na direção correta, ao misturar investimentos públicos de larga escala – na casa dos 80 bilhões de dólares ao longo de dois anos – com incentivos ainda maiores a empresas privadas.

Um dos slogans mais estimulantes que emergiram do levante de 1968 na França foi “Seja Realista, Exija o Impossível”. Eu estou mais inclinado a adotar essa imagem no espelho como um guia para se movimentar em direção ao presente. Quer dizer, “Seja Utopico, Exija o que é Realista”.

Robert Pollin é economista norte-americano e professor de Política Econômica na Universidade de Massachusetts-Amherst, onde é fundador e co-diretor de seu Instituto de Pesquisa em Política Econômica

Texto publicado originalmente na The Nation, em 9 de março de 2009

Sigam o exemplo do Brasil, recomenda Immanuel Wallerstein – Immanuel Wallerstein
– Carta Maior – 27/04/2009

O MST poderia ser um bom exemplo para a esquerda estadunidense, se tivéssemos qualquer coisa comparável em termos de movimento social. Não temos, mas isso não deveria nos impedir de tentar nos juntar e fazer o melhor que podemos para pressionar Obama como faz o MST, aberta, pública e pesadamente e, é claro, apoiando-o com entusiasmo quando o governo acerta. O que queremos de Obama não é transformação social. Tampouco ele pode oferecer-nos isso. Queremos medidas que venham a minimizar a dor e o sofrimento da maioria das pessoas agora. O artigo é de Immanuel Wallerstein.

Parece haver duas ocasiões que exigem dois planos para a esquerda mundial, e em particular a estadunidense. A primeira ocasião é de curto prazo. O mundo está numa profunda depressão, que só vai piorar pelo menos no próximo ou em dois anos. O curto prazo imediato concerne ao desemprego que muita gente está enfrentando, o rebaixamento

de salários e em muitos casos a perda das casas. Se os movimentos de esquerda não têm planos para esse cenário de curto prazo, eles não podem estabelecer uma conexão, em sentido algum, com a maior parte das pessoas.

A segunda ocasião é a crise estrutural do capitalismo como sistema mundial, que enfrenta, em minha opinião, sua extinção nos próximos vinte ou quarenta anos. Esse é o cenário no médio prazo. E se a esquerda não tem planos para o médio prazo, o que substituirá o capitalismo como sistema mundial será algo pior, provavelmente muito pior do que o terrível sistema que se tem vivido nos últimos cinco séculos.

As duas ocasiões exigem táticas diferentes, mas combinadas. Qual a nossa situação no curto prazo? Os Estados Unidos elegeram um presidente centrista, cujas inclinações estão um pouco à esquerda do centro. A esquerda ou a sua maior parte, votou nele por duas razões. A alternativa era pior, na verdade muito pior. Então votamos no menos mal. A segunda razão é que pensamos que a eleição de Obama poderia abrir espaço para movimentos sociais de esquerda.

O problema que a esquerda está enfrentando não é nada novo. Situações como essa acontecem como padrão. Roosevelt, em 1933, Attlee em 1945, Mitterand em 1981, Mandela em 1994, Lula em 2002 foram todos Obamas em seus momentos e lugares. E a lista poderia ser expandida infinitamente. O que faz a esquerda quando essas figuras “decepcionam”, como devem provavelmente todas fazê-lo, à medida que são todos centristas, mesmo se estão à esquerda do centro?

Em minha opinião, a única atitude sensata é aquela tomada pelo grande, poderoso e militante Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Brasil. O MST apoiou Lula em 2002 e, a despeito do não-cumprimento do que ele prometeu, eles o apoiaram na sua reeleição em 2006. E fizeram isso com plena consciência das limitações de seu governo, porque a alternativa era claramente pior. O que eles também fizeram, contudo, foi manter a pressão nos encontros com o governo, denunciando-o publicamente quando fosse merecido e se organizando contra suas falhas.

O MST poderia ser um bom exemplo para a esquerda estadunidense, se tivéssemos qualquer coisa comparável em termos de um movimento social forte. Nós não temos, mas isso não deveria nos impedir de tentar nos juntar e fazer o melhor que podemos para pressionar Obama como faz o MST, aberta, pública e pesadamente – o tempo todo e é claro apoiando-o com entusiasmo quando o governo acerta. O que nós queremos de Obama não é transformação social. Tampouco ele quer, ou pode, oferecer-nos isso. Queremos dele medidas que venham a minimizar a dor e o sofrimento da maioria das pessoas agora. Isso ele pode fazer, e é aí que a pressão sobre ele pode fazer uma diferença.

O médio prazo é bastante diferente. E aqui Obama é irrelevante, assim como o são todos os outros governos à esquerda do centro. O que está em curso é a desintegração do

capitalismo como sistema mundial, não porque ele não pode garantir o bem-estar da imensa maioria (ele nunca pôde isso), mas porque ele não pode mais assegurar que os capitalistas terão uma acumulação sem fim do capital como sua razão de ser.

Chegamos a um momento em que nem capitalistas de visão, nem seus oponentes (nós) estão tentando preservar o sistema. Estamos ambos tentando estabelecer um novo sistema, mas é claro que temos idéias muito diferentes, na verdade radicalmente opostas, quanto à natureza desse novo sistema.

Porque o sistema se moveu para muito longe do equilíbrio, tornou-se caótico. Estamos assistindo a flutuações selvagens nos indicadores econômicos usuais – os preços das commodities, o valor relativo das ações, os níveis reais das taxas de câmbio, a quantidade de itens produzidos e comercializados. À medida que ninguém realmente sabe, praticamente de um dia para o outro, onde esses indicadores vão parar, ninguém pode razoavelmente planejar coisa alguma.

Numa situação dessas, ninguém sabe quais medidas serão melhores, qualquer que seja sua política. Essa própria confusão intelectual prática leva a demagogias frenéticas de todos os tipos. O sistema está se bifurcando, o que significa que em vinte ou quarenta anos haverá algum novo sistema, que criará ordem a partir do caos. Mas nós não sabemos que sistema será esse.

O que nós podemos fazer? Antes de qualquer coisa, devemos ter clareza a respeito do que se trata essa batalha. Esta é a batalha entre o espírito de Davos (por um novo sistema que não é o capitalismo, mas é apesar disso hierárquico, explorador e polarizador) e o espírito de Porto Alegre (um novo sistema que é relativamente democrático e relativamente igualitário).

Nenhum mal menor aqui. É uma coisa ou outra.

O que deve a esquerda fazer? Promover a clareza intelectual a respeito da escolha fundamental. Então, organizar-se em milhares de níveis e em milhares de maneiras para empurrar as coisas para a direção correta. A principal coisa a fazer é encorajar a "descomoditificação" de tudo o que pudermos "descomoditificar". A segundo é experimentar todos os tipos de novas estruturas que faça um sentido melhor de justiça global e sanidade ecológica. E a terceira coisa que devemos fazer é encorajar o otimismo sóbrio. A vitória está longe de ser certa. Mas é possível.

Então, para resumir: trabalhar no curto prazo para minimizar a dor, e no médio prazo para assegurar que o novo sistema que emergirá será um melhor, e não um pior. Mas fazer este trabalho sem triunfalismo, e sabendo que a luta será tremendamente difícil.

"Com liberdade total para o mercado, quem atende aos pobres?" – Martin Granovsky
– Carta Maior – 29/03/2009

Em entrevista publicada no jornal Página 12, o historiador britânico Eric Hobsbawm fala da crise atual e de suas possíveis implicações políticas. Para ele, o mundo está entrando em um período de depressão e os grandes riscos, diante da fragilidade da esquerda mundial, são o crescimento da xenofobia e da extrema-direita. Hobsbawm destaca o que está acontecendo na América Latina e elogia o presidente brasileiro. "É o verdadeiro introdutor da democracia no Brasil. No Brasil há muitos pobres e ninguém jamais fez tantas coisas concretas por eles".

Em junho ele completa 92 anos. Lúcido e ativo, o historiador que escreveu "Rebeldes Primitivos", "A Era da Revolução" e a "História do Século XX", entre outros livros, aceitou falar de sua própria vida, da crise de 30, do fascismo e do antifascismo e da crise atual. Segundo ele, uma crise da economia do fundamentalismo de mercado é o que a queda do Muro de Berlim foi para a lógica soviética do socialismo.

Hobsbawm aparece na porta da embaixada da Alemanha, em Londres. São pouco mais de três da tarde na bela Belgrave Square e se enxergam as bandeiras das embaixadas por trás das copas das árvores. De óculos, chapéu na cabeça e um casaco muito pesado, cumprimenta. Tem mãos grandes e ossudas, mas não parecem as mãos de um velho. Nenhuma deformação de artrite as atacou. Rapidamente uma pequena prova demonstra que as pernas de Hobsbawm também estão em boa forma. Com agilidade desce três degraus que levam do corrimão a calçada. Parece enxergar bem. Tem uma bengala na mão direita. Não se apóia nela, mas talvez a use como segurança, em caso de tropeçar, ou como um sensor de alerta rápido que detecta degraus, poças e, de imediato, o meio-fio da calçada. Hobsbawm é alto e magro. Uns oitenta e bicos. Não pede ajuda. O motorista do *Foreign Office* lhe abre a porta esquerda do jaguar preto. Entra no carro com facilidade. O carro é grande, por sorte, e cabe, mas a viagem é curta.

- Acabo de me encontrar com um historiador alemão, por isso estou na embaixada, e devo voltar – avisa. Ele chegou de visita a Londres e quis conversar com alguns de nós. Sei que vamos a Canning House. Está bem. Poucas voltas, não?

O carro dá meia volta na Belgrave Square e pára na frente de outro palacete branco de três andares, com uma varanda rodeada de colunas e a porta de madeira pesada. Por algum motivo mágico o motorista de cabelos brancos com uma mecha sobre o rosto, traje azul e sorridente como um ajudante do inspetor Morse de Oxford, já abre a porta a Hobsbawm. Entre essas construções tão parecidas, a elegância do Jaguar o assemelha a uma carruagem recém polida. O motorista sorri quando Hobsbawm desce. O professor lhe devolve a simpatia enquanto sobe com facilidade num hall obscuro. Já entrou em *Canning*

House e à direita vê uma enorme imagem de José de San Martín. À esquerda do corredor, uma grande sala. O chá está servido. Quer dizer, o chá, os pães e uma torta. Outro quadro do mesmo tamanho que o de San Martín. É Simon Bolívar. E também é Bolívar o cavaleiro do busto sobre o aparador.

Quanto chá tomaram Bolívar e San Martín antes de saírem de Londres para a América do Sul, em princípios do século XIX, para cumprir seus planos de independência?

Hobsbawm pega a primeira taça e quer ser quem faz a primeira pergunta.

- Como está a Argentina? - interroga mas não muito, porque não espera e comenta – No ano passado Cristina esteve para vir a Londres para uma reunião de presidentes progressistas e pediu para me ver. Eu disse sim, mas ela não veio. Não foi sua culpa. Estava no meio do confronto com a Sociedade Rural.

Hobsbawm fala um inglês sem afetação nem os trejeitos de alguns acadêmicos do Reino Unido. Mas acaba de pronunciar “Sociedade Rural” em castelhano.

- O que aconteceu com esse conflito?

Durante a explicação, o professor inclina a cabeça, mais curioso que antes, enquanto com a mão direita seu garfo tenta cortar a torta de maçã. É uma tarefa difícil. Então se desconcentra da torta e fixa o olhar esperando, agora sim, alguma pergunta.

- O mundo está complicado – afirma ainda mantendo a iniciativa. Não quero cair em slogans, mas é indubitável que o Consenso de Washington morreu. A desregulação selvagem já não é somente má: é impossível. Há que se reorganizar o sistema financeiro internacional. Minha esperança é que os líderes do mundo se dêem conta de que não se pode renegociar a situação para voltar atrás, senão que há que se redesenhar tudo em direção ao futuro.

A Argentina experimentou várias crises, a última forte em 2001. Em 2005 o presidente Néstor Kirchner, de acordo com o governo brasileiro, que também o fez, pagou ao FMI e desvinculou a Argentina do organismo para que o país não continuasse submetido a suas condicionalidades.

- É que a esta altura se necessita de um FMI absolutamente distinto, com outros princípios que não dependam apenas dos países mais desenvolvidos e em que uma ou duas pessoas tomam as decisões. É muito importante o que o Brasil e a Argentina estão propondo, para mudar o sistema atual. Como estão as relações de vocês?

- *Muito bem*

- Isso é muito importante. Mantenham-nas assim. As boas relações entre governos como os de vocês são muito importantes em meio a uma crise que também implica riscos políticos. Para os padrões estadunidenses, o país está girando à esquerda e não à extrema direita. Isso também é bom. A Grande Depressão levou politicamente o mundo para a extrema direita em quase todo o planeta, com exceção dos países escandinavos e dos Estados Unidos de Roosevelt. Inclusive o Reino Unido chegou a ter membros do Parlamento que eram de extrema direita [e começa a entrevista propriamente].

- *E que alternativa aparece?*

- Não sei. Sabe qual é o drama? O giro à direita teve onde se apoiar: nos conservadores. O giro à esquerda também teve em quem descansar: nos trabalhistas.

- *Os trabalhistas governam o Reino Unido.*

- Sim, mas eu gostaria de considerar um quadro mais geral. Já não existe esquerda tal como era.

- *Isso lhe é estranho?*

- Faço apenas o registro.

- *A quem se refere quando diz “a esquerda tal como era”?*

- Às distintas variantes da esquerda clássica. Aos comunistas, naturalmente. E aos socialdemocratas. Mas, sabe o que acontece? Todas as variantes da esquerda precisam do Estado. E durante décadas de giro à direita conservadora, o controle do Estado se tornou impossível.

- *Por que?*

- Muito simples. Como você controla o estado em condições de globalização? Convém recordar que, em princípios dos anos 80 não só triunfaram Ronald Reagan e Margareth Thatcher. Na França, François Mitterrand não obteve uma vitória.

- *Havia vencido para a presidência em 1974 e repetiu a vitória em 1981.*

- Sim. Mas quando tentou uma unidade das esquerdas para nacionalizar um setor maior da economia, não teve poder suficiente para fazê-lo. Fracassou completamente. A esquerda e os partidos socialdemocratas se retiraram de cena, derrotados, convencidos de que nada se podia fazer. E, então, não só na França como em todo mundo ficou claro que o único modelo que se podia impor com poder real era o capitalismo absolutamente livre.

- *Livre, sim. Por que diz “absolutamente”?*

- Porque com liberdade absoluta para o mercado, quem atende aos pobres? Essa política, ou a política da não-política, é a que se desenvolveu com Margareth Thatcher e Ronald Reagan. E funcionou – dentro de sua lógica, claro, que não compartilho – até a crise que começou em 2008. Frente à situação anterior a esquerda não tinha alternativa. E frente a esta? Prestemos atenção, por exemplo, à esquerda mais clássica da Europa. É muito débil na Europa. Ou está fragmentada. Ou desapareceu. A Refundação Comunista na Itália é débil e os outros ramos do ex Partido Comunista Italiano estão muito mal. A Esquerda Unida na Espanha também está descendo ladeira abaixo. Algo permaneceu na Alemanha. Algo na França, como Partido Comunista. Nem essas forças, nem menos ainda a extrema esquerda, como os trotskistas, e nem sequer uma socialdemocracia como a que descrevi antes alcançam uma resposta a esta crise a seus perigos, contudo. A mesma debilidade da esquerda aumenta os riscos.

- *Que riscos?*

- Em períodos de grande descontentamento como o que começamos a viver, o grande perigo é a xenofobia, que alimentará e será por sua vez alimentada pela extrema direita. E quem essa extrema direita buscará? Buscará atrair os “estúpidos” cidadãos que se preocupam com seu trabalho e têm medo de perdê-lo. E digo estúpidos ironicamente, quero deixar claro. Porque aí reside outro fracasso evidente do fundamentalismo de mercado. Deu liberdade para todos, e a verdadeira liberdade de trabalho? A de mudá-lo e melhorar em todos os aspectos? Essa liberdade não foi respeitada porque, para o fundamentalismo de mercado isso tinha se tornado intolerável. Também teriam sido politicamente intoleráveis a liberdade absoluta e a desregulação absoluta em matéria laboral, ao menos na Europa. Eu temo uma era de depressão.

- *Você ainda tem dúvidas de que entraremos em depressão?*

- Se você quiser posso falar tecnicamente, como os economistas, e quantificar trimestres. Mas isso não é necessário. Que outra palavra pode se usar para denominar um tempo em que muito velozmente milhões de pessoas perdem seu emprego? De qualquer maneira, até o momento no vejo um cenário de uma extrema direita ganhando maioria em eleições, como ocorreu em 1933, quando a Alemanha elegeu Adolf Hitler. É paradoxal, mas com um mundo muito globalizado um fator impedirá a imigração, que por sua vez aparece como a desculpa para a xenofobia e para o giro à extrema direita. E esse fator é que as pessoas emigrarão menos – falo em termos de emigração em massa – ao verem que nos países desenvolvidos a crise é tão grave. Voltando à xenofobia, o problema é que, ainda que a extrema direita não ganhe, poderia ser muito importante na fixação da agenda pública de temas e terminaria por imprimir uma face muito feia na política.

- *Deixemos de lado a economia, por um momento. Pensando em política, o que diminuiria o risco da xenofobia?*

- Me parece bem, vamos à prática. O perigo diminuiria com governos que gozem de confiança política suficiente por parte do povo em virtude de sua capacidade de restaurar o bem-estar econômico. As pessoas devem ver os políticos como gente capaz de garantir a democracia, os direitos individuais e ao mesmo tempo coordenar planos eficazes para se sair da crise. Agora que falamos deste tema, sabe que vejo os países da América Latina surpreendentemente imunes à xenofobia?

- *Por que?*

- Eu lhe pergunto se é assim. É assim?

- *É possível. Não diria que são imunes, se pensamos, por exemplo, no tratamento racista de um setor da Bolívia frente a Evo Morales, mas ao menos nos últimos 25 anos de democracia, para tomar a idade da democracia argentina, a xenofobia e o racismo nunca foram massivos nem nutriram partidos de extrema direita, que são muito pequenos. Nem sequer com a crise de 2001, que culminou o processo de destruição de milhões de empregos, apesar de que a imigração boliviana já era muito importante em número. Agora, não falamos dos cantos das torcidas de futebol, não é?*

- Não, eu penso em termos massivos.

- *Então as coisas parecem ser como você pensa, professor. E, como em outros lugares do mundo, o pensamento da extrema direita aparece, por exemplo, com a crispação sobre a segurança e a insegurança das ruas.*

- Sim, a América Latina é interessante. Tenho essa intuição. Pense num país maior, o Brasil. Lula manteve algumas idéias de estabilidade econômica de Fernando Henrique Cardoso, mas ampliou enormemente os serviços sociais e a distribuição. Alguns dizem que não é suficiente...

- *E você, o que diz?*

- Que não é suficiente. Mas que Lula fez, fez. E é muito significativo. Lula é o verdadeiro introdutor da democracia no Brasil. E ninguém o havia feito nunca na história desse país. Por isso hoje tem 70% de popularidade, apesar dos problemas prévios às últimas eleições. Porque no Brasil há muitos pobres e ninguém jamais fez tantas coisas concretas por eles, desenvolvendo ao mesmo tempo a indústria e a exportação de produtos manufaturados. A desigualdade ainda assim segue sendo horrorosa. Mas ainda faltam muitos anos para mudar as coisas. Muitos.

- *E você pensa que serão de anos de depressão mundial*

- Sim. Lamento dizê-lo, mas apostaria que haverá depressão e que durará alguns anos. Estamos entrando em depressão. Sabem como se pode dar conta disso? Falando com gente de negócios. Bom, eles estão mais deprimidos que os economistas e os políticos. E, por sua vez, esta depressão é uma grande mudança para a economia capitalista global.

- *Por que está tão seguro desse diagnóstico?*

- Porque não há volta atrás para o mercado absoluto que regeu os últimos 40 anos, desde a década de 70. Já não é mais uma questão de ciclos. O sistema deve ser reestruturado.

- *Posso lhe perguntar de novo por que está tão seguro?*

- Porque esse modelo não é apenas injusto: agora é impossível. As noções básicas segundo as quais as políticas públicas deviam ser abandonadas, agora estão sendo deixadas de lado. Pense no que fazem e às vezes dizem, dirigentes importantes de países desenvolvidos. Estão querendo reestruturar as economias para sair da crise. Não estou elogiando. Estou descrevendo um fenômeno. E esse fenômeno tem um elemento central: ninguém mais se anima a pensar que o Estado pode não ser necessário ao desenvolvimento econômico. Ninguém mais diz que bastará deixar que o mercado flua, com sua liberdade total. Não vê que o sistema financeiro internacional já nem funciona mais? Num sentido, essa crise é pior do que a de 1929-1933, porque é absolutamente global. Nem os bancos funcionam.

- *Onde você vivia nesse momento, no começo dos anos 30?*

- Nada menos que em Viena e Berlim. Era um menino. Que momento horrível. Falemos de coisas melhores, como Franklin Delano Roosevelt.

- *Numa entrevista para a BBC no começo da crise você o resgatou.*

- Sim, e resgato os motivos políticos de Roosevelt. Na política ele aplicou o princípio do “Nunca mais”. Com tantos pobres, com tantos famintos nos Estados Unidos, nunca mais o mercado como fator exclusivo de obtenção de recursos. Por isso decidiu realizar sua política do pleno emprego. E desse modo não somente atenuou os efeitos sociais da crise como seus eventuais efeitos políticos de fascitização com base no medo massivo. O sistema de pleno emprego não modificou a raiz da sociedade, mas funcionou durante décadas. Funcionou razoavelmente bem nos Estados Unidos, funcionou na França, produziu a inclusão social de muita gente, baseou-se no bem-estar combinado com uma economia mista que teve resultados muito razoáveis no mundo do pós-Segunda Guerra. Alguns estados foram mais sistemáticos, como a França, que implantou o capitalismo

dirigido, mas em geral as economias eram mistas e o Estado estava presente de um modo ou de outro. Poderemos fazê-lo de novo? Não sei. O que sei é que a solução não estará só na tecnologia e no desenvolvimento econômico. Roosevelt levou em conta o custo humano da situação de crise.

- Quer dizer que para você as sociedades não se suicidam.

(Pensa) – Não deliberadamente. Sim, podem ir cometendo erros que as levam a catástrofes terríveis. Ou ao desastre. Com que razoabilidade, durante esses anos, se podia acreditar que o crescimento com tamanho nível de uma bolha seria ilimitado? Cedo ou tarde isso terminaria e algo deveria ser feito.

- De maneira que não haverá catástrofe.

- Não me interessam as previsões. Observe, se acontece, acontece. Mas se há algo que se possa fazer, façamos-no. Não se pode perdoar alguém por não ter feito nada. Pelo menos uma tentativa. O desastre sobrevirá se permanecermos quietos. A sociedade não pode basear-se numa concepção automática dos processos políticos. Minha geração não ficou quieta nos anos 30 nem nos 40. Na Inglaterra eu cresci, participei ativamente da política, fui acadêmico estudando em Cambridge. E todos éramos muito politizados. A Guerra Civil espanhola nos tocou muito. Por isso fomos firmemente antifascistas.

- Tocou a esquerda de todo o mundo. Também na América Latina

- Claro, foi um tema muito forte para todos. E nós, em Cambridge, víamos que os governos não faziam nada para defender a República. Por isso reagimos contra as velhas gerações e os governos que as representavam. Anos depois entendi a lógica de por quê o governo do Reino Unido, onde nós estávamos, não fez nada contra Francisco Franco. Já tinha a lucidez de se saber um império em decadência e tinha consciência de sua debilidade. A Espanha funcionou como uma distração. E os governos não deviam tê-la tomado assim. Equivocaram-se. O levante contra a República foi um dos feitos mais importantes do século XX. Logo depois, na Segunda Guerra...

- Pouco depois, não? Porque o fim da Guerra Civil Espanhola e a invasão alemã da Tchecoslováquia ocorreu no mesmo ano.

- É verdade. Dizia-lhe que logo depois o liberalismo e o comunismo tiveram uma causa comum. Se deram conta de que, assim não fosse, eram débeis frente ao nazismo. E no caso da América Latina o modelo de Franco influenciou mais que o de Benito Mussolini, com suas idéias conspiratórias da sinarquia, por exemplo. Não tome isso como uma desculpa para Mussolini, por favor. O fascismo europeu em geral é uma ideologia inaceitável, oposta a valores universais.

- *Você fala da América Latina...*

- Mas não me pergunte da Argentina. Não sei o suficiente de seu país. Todos me perguntam do peronismo. Para mim está claro que não pode ser tomado como um movimento de extrema direita. Foi um movimento popular que organizou os trabalhadores e isso talvez explique sua permanência no tempo. Nem os socialistas nem os comunistas puderam estabelecer uma base forte no movimento sindical. Sei das crises que a Argentina sofreu e sei algo de sua história, do peso da classe média, de sua sociedade avançada culturalmente dentro da América Latina, fenômeno que creio ainda se mantém. Sei da idade de ouro dos anos 20 e sei dos exemplos obscenos de desigualdade comuns a toda a América Latina.

- *Você sempre se definiu com um homem de esquerda. Também segue tendo confiança nela?*

- Sigo na esquerda, sem dúvida com mais interesse em Marx do que em Lênin. Porque sejamos sinceros, o socialismo soviético fracassou. Foi uma forma extrema de aplicar a lógica do socialismo, assim como o fundamentalismo de mercado foi uma forma extrema de aplicação da lógica do liberalismo econômico. E também fracassou. A crise global que começou no ano passado é, para a economia de mercado, equivalente ao que foi a queda do Muro de Berlim em 1989. Por isso Marx segue me interessando. Como o capitalismo segue existindo, a análise marxista ainda é uma boa ferramenta para analisá-lo. Ao mesmo tempo, está claro que não só não é possível como não é desejável uma economia socialista sem mercado nem uma economia em geral sem Estado.

- *Por que não?*

- Se se mira a história e o presente, não há dúvida alguma de que os problemas principais, sobretudo no meio de uma crise profunda, devem e podem ser solucionados pela ação política. O mercado não tem condições de fazê-lo.

() Martin Granovsky é analista internacional e presidente da agência de notícias Télam.*

Separar questões econômicas da vida cultural é um erro imenso – Lig Duggan – Carta Maior – 29/03/2009

Há muito que a esquerda tende a separar as assim chamadas questões econômicas sérias das políticas “meramente” culturais de identidade, gênero, raça e sexualidade. Esse é um erro imenso. Uma política de esquerda que abstraia questões “econômicas” da vida cultural não pode explicar ou mesmo falar a respeito de como o capitalismo realmente está

vivo no dia-a-dia. Esse é um ponto que igrejas conservadoras, por exemplo, parecem entender muitíssimo melhor do que a maioria dos grupos de esquerda. A análise é de Lisa Duggan, da Universidade de Nova York.

A partir dessa crise do capitalismo global, algo novo emergirá: novos vocabulários, novas organizações, novas políticas. Mas a direção da mudança ainda não se sabe. Novas formas de oligarquias autoritárias, modos transformados de democracia participativa, o ressurgimento de nacionalismos xenofóbicos – tudo isso parece possível como resposta ao dramático desastre econômico. Na esquerda democrática, nós precisamos de duas coisas: em primeiro lugar, sermos carneiros políticos, com o que quero dizer mobilização em torno do que já existe, prometendo formas de igualitarismo, pensamento cooperativo, trabalho e moradia. Em segundo, fazer as coisas acontecerem.

Assim como outros registraram neste fórum, se é para a esquerda sair desse pântano nós devemos prestar atenção à quantidade de questões cruciais e a seus desenvolvimentos: os movimentos sociais e, novidade, governos social-democratas radicais na América Latina, o pensamento coletivo e a organização coletiva no Fórum Social Mundial, os frutos da democracia direta refletidos em atividades locais, inclusive em fazendas cooperativas no interior dos EUA e aos centros alternativos de poder emergentes que podem produzir uma política econômica global multilateral e não imperial. Todos esses modelos são úteis para as práticas utópicas do pensamento e do planejamento. Eu gostaria de acrescentar à lista organizações gays, feministas e sexualmente dissidentes.

Há muito que a esquerda tende a separar as assim chamadas questões econômicas sérias das políticas “meramente” culturais de identidade, gênero, raça e sexualidade. Esse é um erro imenso. As pessoas vivem suas vidas econômicas nos espaços de intersecção de atividades íntimas e públicas – nos seus lares e vizinhanças, nos locais de trabalho e nos escritórios, no jogo, na cama ou nas ruas. Na vida cotidiana o econômico se mistura com o social e o cultural, assim como experiências de despejo e execução de hipotecas, desemprego, divórcio educação, ou de organização de movimentos sociais ocorrem no interior de uma dinâmica de transformações sociais complexas e sobrepostas.

Em tempo de crise econômica, muito do esforço de sobrevivência dá-se em economias familiares “privadas”, mediado por laços de parentesco e de estruturas empregatícias através das quais a carga de trabalho é desigualmente distribuída em termos de gênero e raça. Uma política de esquerda que abstraia questões “econômicas” da vida cultural não pode explicar ou mesmo falar a respeito de como o capitalismo realmente está vivo no dia-a-dia. Esse é um ponto que igrejas conservadoras, por exemplo, parecem entender muitíssimo melhor do que a maioria dos grupos de esquerda.

Um olhar atento para as atividades e publicações das organizações sexualmente dissidentes radicais locais pode ilustrar esse ponto. Na cidade de Nova York, por exemplo, o [Projeto Audre Lorde](#) (1) e o [Queers for Economic Justice](http://q4ej.org) <http://q4ej.org> (2) e a [FIERCE](#)

[\(Fabulous Independent Educated Radicals for Community Empowement\)](#) (3) produzem análises criativas de políticas públicas – como as da ALP a respeito das políticas de imigração e o projeto do Queers com a experiência e as políticas para os sem-teto e a crítica do FIERCE à privatização dos espaços públicos da cidade. Eles apresentam críticas econômicas amplas, mas também gastam muita energia imaginando diferente, no que concerne ao nexos da vida íntima com a pública. Como podemos viver sem um sistema binário rígido de gênero? Como podemos organizar lares e locais de trabalho para a acessibilidade universal? Como repensar a cidadania global para além do estado-nação racializado?

O modo como organizações como ALP, QEJ e FIERCE (e outras como elas ao redor do planeta) pensam, trabalham e agem oferece alternativas relevantes para todos. Começando pelas fontes históricas, inclusive o socialismo, o Pan-Africanismo, o Anarquismo, o anti-imperialismo do Terceiro Mundo, as mulheres feministas negras e a dissidência sexual, organizações como essas desenham novos modos de vida. Elas efetivamente praticam o que José Esteban Muñoz (no seu próximo livro, *Cruising Utopia – Dirigindo a Utopia* -, esboçada pelo filósofo marxista Ernest Bloch) chama de utopismo concreto e educado.

Se estamos para construir um novo mundo das cinzas do velho, precisamos imaginar e organizar diferentemente, das maneiras mais expansivas e inclusivas. O hábito da esquerda de ignorar os que estão nas margens sociais e culturais da política industrializada é uma pedra no meio do caminho para que algo novo aconteça, algo pelo quê valha a pena viver – para todos nós.

Lisa Duggan é professora de Análise Social e Cultural da Universidade de Nova York – NYU

Publicado originalmente na The Nation, em 17 de março de 2009

Tradução: Katarina Peixoto

NOTAS

(1) O ALP é uma organização de assim chamados “sexualmente dissidentes negros e latinos”. *N.deT.*

(2) O Queers pela Justiça Econômica é uma organização não-lucrativa voltada à justiça econômica com um recorte de gênero e sexualidade. *N.deT.*

(3) Os Radicais Fabulosos Independentes e Educados pelo Empoderamento Comunitário é um movimento de sexualmente dissidentes negros e jovens.

Estresse comercial – O Globo – Opinião – 29/03/2009

O Mercosul fez 18 anos semana passada com seus dois principais sócios — Brasil e Argentina — em malabarismos para manter algo do espírito que norteou a criação do bloco.

Como disse recentemente o chanceler Celso Amorim, a crise comercial entre Brasília e Buenos Aires é um “teste de estresse”.

Atingida mais fortemente pela crise internacional, a Argentina impôs barreiras a uma série de produtos importados, atingindo em cheio o comércio bilateral. Que, no último bimestre, teve uma queda de mais de 40%. Em reunião com o presidente Lula, em São Paulo, a presidente Cristina Kirchner tentou justificar as medidas classificando de monstruoso o déficit comercial de US\$ 4 bilhões de seu país nas transações com o Brasil em 2008.

O governo brasileiro vem mantendo com o aliado uma atitude condescendente, levando em conta não só o impacto da crise global na Argentina, como também o desgaste interno que Cristina Kirchner enfrenta. Por uma série de erros de política econômica nos últimos 20 anos, o vizinho perdeu capacidade de competição com a economia brasileira. Situação agravada por medidas econômicas heterodoxas adotadas pelo casal K que resultaram em graves problemas fiscais e no aumento da inflação, encoberta pela maquiagem dos índices oficiais.

Cristina decidiu elevar o imposto sobre a exportação de commodities para financiar o déficit público, e com isso produziu um enorme conflito com o setor rural, o mais moderno da economia argentina, além de levar muitos produtores a estocar sua produção, em vez de exportá-la. Um tiro no pé.

A presidente entrou em guerra aberta também com os meios de comunicação, valendo-se de toda sorte de pressões para atacar um dos pilares do regime democrático, que é a imprensa livre. Na quinta-feira, a Casa Rosada obteve aprovação para seu plano de antecipar para junho as eleições legislativas, temendo que um desgaste político mais prolongado ameace as chances do casal K nas eleições presidenciais de 2011.

Entende-se a atitude de Brasília de acomodar as demandas argentinas para preservar a saúde de seu principal parceiro no Mercosul, mas é preciso sintonia fina para ver até onde essa é a melhor forma de defender os interesses do Brasil.

No caso da nacionalização do gás boliviano, por exemplo, a postura “companheira” do governo Lula acabou se mostrando contraproducente.

Um contencioso posterior com o Equador revelou comportamento mais realista de Brasília, com melhores resultados. É o que se pede, também, agora.

Uma agenda renascida da Guerra Fria – Vivian Oswald e Gilberto Scofield Jr. – O Globo – O Mundo – 29/03/2009

Em seu 1º encontro, Obama e Medvedev têm desafio de recomeçar relações estremecidas entre EUA e Rússia

Rússia e Estados Unidos nunca chegaram a ser melhores amigos desde que acabou a Guerra Fria. Mas certamente o relacionamento entre os dois países já foi muito mais positivo do que é agora.

Durante a era de George W. Bush, o velho clima de antagonismo foi ressuscitado.

A relação só fez se deteriorar nos últimos dois anos, principalmente depois que os americanos anunciaram a intenção de construir bases antimísseis na Europa Central e que a Otan cogitou a proposta dos Estados Unidos de aceitar a Geórgia e a Ucrânia como novos membros.

Talvez por isso, o esperado encontro desta semana entre os presidentes Barack Obama e Dmitri Medvedev seja visto como uma segunda chance para o relacionamento entre os dois países. E pelo menos um resultado prático já foi anunciado ontem: no dia 1 de abril, os dois presidentes assinarão uma declaração que servirá de base para a negociação de um acordo que suceda o o Tratado de Redução de Armas Estratégicas (Start 1), que vence em dezembro.

A secretária de Estado Hillary Clinton já havia sinalizado a possibilidade de recomeço numa reunião com o chanceler russo, Sergei Lavrov, quando o presenteou com o botão de reset.

Desde então, muita expectativa cerca o encontro dos dois presidentes, paralelo à reunião do G-20, em Londres.

— Será uma nova página das relações entre os dois países. Esperamos e achamos que o presidente Obama queira encontrar um novo caminho, principalmente no que diz respeito a armas estratégicas e outras questões de segurança — afirmou Gennady Gudkov, vice-presidente da Comissão de Segurança da Duma (câmara baixa do Parlamento da Rússia).

Texto trará passos para reduzir armas

No encontro, na véspera da reunião do G-20, os dois presidentes assinarão declarações sobre os arsenais nucleares e as relações bilaterais. A primeira incluirá “passos práticos para o início das negociações sobre a redução de armamento”, informou ontem Serguei Prikhodko, assessor do Kremlin para Assuntos

Internacionais.

— Desta forma, no encontro seguinte poderemos alcançar acordos concretos e concluir o trabalho no fim do ano — disse Prikhodko. — Um novo entendimento está se moldando de forma que as relações bilaterais recebam uma segunda chance. Londres será um marco nesse caminho.

Eles também buscarão políticas coordenadas sobre Irã, Coreia do Norte e Afeganistão.

Os especialistas em política internacional, no entanto, não estão contando com grandes alterações, tendo em vista a falta de posições comuns numa série de temas. Ainda assim, esperam uma nova dinâmica e um tom mais brando no diálogo daqui para frente.

— Certamente mudará o tom das conversas. A temperatura vai baixar.

Tirar certos assuntos da mesa pode ser muito positivo para ambos os países e pode facilitar o relançamento da relação. O tratado de redução das armas, por exemplo, é um tema fundamental que precisa ser negociado e pode reconstruir o caminho da razão — afirma Sam Greene, analista do Centro Carnegie de Moscou.

O fim da vigência do Start 1 preocupa a comunidade internacional.

— Sem ele, não se tem controle sobre duas superpotências nucleares — acrescenta Greene.

Outros temas espinhosos estarão na pauta de discussões entre os dois países, como as bases americanas e o avanço da Otan. Há alguns dias, o presidente russo afirmou que um dos motivos para investir no reaparelhamento das Forças Armadas era proteger-se do avanço da Aliança Atlântica.

O Kremlin não se conforma com a expansão das fronteiras da Otan, cada vez mais próximas do território russo, e se queixava da política externa unilateral dos EUA de Bush. Segundo especialistas, nos últimos anos os americanos ignoraram a Rússia em questões importantes, como a guerra no Iraque e o apoio à independência de Kosovo, embora precisem da mediação russa para tratar com o líder iraniano Mahmoud Ahmadinejad, por exemplo.

A gota d'água veio em agosto de 2008, após a guerra na Geórgia. A Rússia esmagou a tentativa da Geórgia de invadir e retomar o controle do território separatista da Ossétia do Sul, onde a maioria dos habitantes tinha passaporte russo. Os americanos mostraram-se desfavoráveis à reação russa.

Do ponto de vista russo, talvez este seja um bom momento para uma reaproximação. A mudança de governo nos EUA deu origem a uma nova onda de boa vontade dos russos em relação ao país. De acordo com a pesquisa de opinião divulgada ontem pelo Centro Iúri Levada, 46% dos russos veem os EUA com bons olhos neste momento, enquanto 39% têm uma atitude negativa em relação ao país. Em outubro, pouco antes das eleições americanas, o percentual de rejeição chegou a 67%, o maior desde o final da Guerra Fria.

— Obama parece ser uma pessoa bem mais razoável e responsável do que (George W.) Bush. Vamos ver no que vai dar — afirma o professor Sergei Victorovitch, de 45 anos.

O problema é que o público interno vibra com as reações duras do governo russo no cenário internacional.

Ver Moscou em quedas-de-braço com Washington é reviver o jogo das grandes potências e ajuda a compensar um sentimento de perda moral pósGuerra Fria, na avaliação do sociólogo Denis Volkov, do Centro Iúri Levada.

— A Rússia parece mais poderosa e independente.

Por sinal, demonstrar poder e independência no cenário internacional era a principal preocupação da população em janeiro do ano passado e superava a importância que as pessoas davam à prosperidade econômica, segundo Volkov. Mas isso foi anterior à posse de Medvedev e muitos meses antes do início da crise financeira que já levou mais de dois milhões de russos a perderem o emprego.

Paz no Afeganistão é objetivo comum

Tudo isso estimula o Kremlin a manter o braço sempre firme e demonstrar pouca flexibilidade nas negociações sobre a agenda global. Para especialistas, manter os EUA a certa distância é uma boa estratégia para garantir um clima de antagonismo, no qual a Rússia tem um papel relevante.

Também ajuda a tirar o foco de outros problemas domésticos.

— A Rússia usa este jogo, que não é uma exclusividade sua. É muito útil do ponto de vista doméstico porque agrada ao público interno. É como uma espécie de vício do qual é difícil se livrar.

Mas é bem possível que a situação financeira global se sobreponha a esta estratégia — afirma Sam Greene.

Para o especialista, o Kremlin tem todo o interesse em uma reaproximação, ainda que gradual, num primeiro momento.

— O mundo não precisa de mais incertezas neste momento. A Rússia precisa melhorar as relações com o Ocidente, principalmente com os EUA, para tranquilizar o mercado e atrair investidores neste cenário de crise econômica — explica Greene.

Nos EUA, as relações entre Moscou e Washington são consideradas cruciais.

Para Jeffrey Mankoff, pesquisador de assuntos da Rússia no Council of Foreign Relations, todo os caminhos que levam à pacificação e ao desenvolvimento do Afeganistão ou à desnuclearização do Irã passam por Moscou e por, em sua palavras, “um dos maiores desafios nas negociações diplomáticas entre EUA e Rússia”. Estes dois temas, pela urgência e grandiosidade que os caracterizam, devem constar necessariamente da agenda de discussões de Obama e Medvedev.

Acadêmicos como Jeffrey Mankoff, bem com militares americanos na ativa, consideram que a Rússia tem interesse no apaziguamento no Afeganistão, um antigo desafio em sua fronteira, e no fim das ameaças do Irã.

O general James Cartwright, vicechefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, afirma que há várias formas de os militares americanos e russos trabalharem juntos, especialmente na troca de tecnologias na área de equipamentos de detecção de mísseis.

O argumento de Cartwright é também o orçamento e a crise. Os limites impostos no orçamento americano obrigam o encerramento e a fusão de vários programas militares, e este é um estímulo para que Obama e Medvedev toquem na questão do trabalho militar conjunto para normalizar o Afeganistão e desnuclearizar o Irã.

— A questão é: queremos mesmo nos aproximar tanto da Rússia? — pergunta Jeffrey Mankoff.

Críticas ao Mercosul – Valor econômico – Internacional – 30/03/2009

O pré-candidato às eleições presidenciais do Uruguai pela coalizão governista Frente Ampla, Danilo Astori, disse que o Mercosul está "totalmente trancado" por conta da postura argentina, de privilegiar sua política interna, e a pouca liderança brasileira. "O

Brasil exerce pouco sua liderança no Mercosul" com uma "posição de jogador global em vez de regional", opinou. Além disso, "falta uma coordenação quase total em matéria de política econômica" no bloco, continuou o ex-ministro da Economia uruguaio.

O neoliberalismo não acabou, alerta David Harvey – Carta Maior – 1/03/2009

Formas secretas do neoliberalismo ainda estão profundamente arraigadas em instituições e estruturas financeiras, diz David Harvey, geógrafo marxista britânico, em entrevista a IHU Online. "Sou a favor de estabilizar o capitalismo através de medidas keynesianas que se transformem em possibilidades marxistas. Um colapso do capitalismo sem nenhuma alternativa pronta para tomar seu lugar causará miséria e sofrimento incalculável para a massa da população, enquanto que a classe capitalista escapará relativamente incólume".

“O pensamento de esquerda não convergiu para algum consenso de propostas para enfrentar as dificuldades presentes, e pode levar algum tempo até que tal consenso surja”, aponta David Harvey, geógrafo marxista britânico. Para ele, a humanidade está vivenciando o “início de uma crise de legitimação”, na qual questiona “se o capitalismo é uma forma viável de satisfazer as necessidades humanas”.

“Sou a favor de se estabilizar o capitalismo através de medidas keynesianas que se transformem em possibilidades marxistas”, afirma David Harvey em entrevista concedida por e-mail à [IHU On-Line](#). “Sou favorável a isso porque um colapso ulterior do capitalismo sem nenhuma alternativa pronta para tomar seu lugar causará miséria e sofrimento incalculável para a massa da população, incluindo as pessoas que estão no setor informal, enquanto que a classe capitalista escapará relativamente incólume. A classe capitalista consolidará seu poder numa crise e tentará se proteger pela promoção de formas fascistas. A única maneira que consigo conceber de impedir isso é estabilizar o sistema a fim de criar uma ordem política mais forte para a construção da alternativa”.

Harvey é formado na Universidade de Cambridge, e atualmente é professor da City University of New York, onde trabalha com diversas questões ligadas à geografia urbana. Entre suas obras, citamos *A condição pós-moderna* (São Paulo: Loyola, 1992), *O novo imperialismo* (São Paulo: Loyola, 2004), *Espaços de esperança* (São Paulo: Loyola, 2005) e *A produção capitalista do Espaço* (São Paulo: Annablume, 2005).

Confira a entrevista.

IHU On-Line - *Quais são para o senhor, as propostas da esquerda frente à crise internacional?*

David Harvey - O pensamento de esquerda não convergiu para algum consenso de propostas para enfrentar as dificuldades presentes, e pode levar algum tempo até que tal consenso surja. Estamos no início de uma crise de legitimação no mundo inteiro, em que

um número cada vez maior de pessoas tem de questionar se o capitalismo é uma forma viável de satisfazer as necessidades humanas. Isto, por sua vez, levanta a questão de alternativas. Atualmente, há pessoas que procuram reformar o capitalismo de modo a obter maior igualdade e sustentabilidade ambiental versus aquelas que defendem um caminho mais revolucionário que procuraria derrubar diretamente o capitalismo.

Entre estas últimas, há uma cisma profunda entre as pessoas que consideram vital tomar o poder estatal e revolucioná-lo a caminho do socialismo e aquelas que procuram construir sistemas sociais e político-econômicos fora do capitalismo, do Estado capitalista e de suas instituições dominantes. O que é possível depende muito das circunstâncias políticas e econômicas. Nos Estados Unidos, sou a favor de um caminho de reformas que, gradativamente, leve o sistema na direção de soluções mais revolucionárias e não consigo ver outra forma de fazer isso exceto que as forças progressistas tomem o poder estatal e usem esse poder para dismantelar as estruturas de poder existentes.

IHU On-Line - *Como a história da geografia mundial pode nos ajudar a compreender os rumos do capitalismo e a crise atual?*

David Harvey - É muito importante entender o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo e que isso produz um terreno geográfico desigual de possíveis movimentos oposicionistas. Nos Estados Unidos, as condições objetivas e subjetivas para se dedicar à luta anticapitalista são radicalmente diferentes das condições existentes na China ou no Brasil, e um movimento global rumo ao socialismo tem de reconhecer essas diferenças e trabalhar com elas para tentar alcançar seus objetivos.

IHU On-Line - *Considerando as questões geográficas e a crise do capital, que economia o senhor vislumbra para o futuro? O fato de o leste asiático poder se transformar numa potência é sinal de alguma mudança estrutural na economia?*

David Harvey - Já faz alguns anos que os Estados Unidos vêm perdendo sua posição hegemônica dentro da economia global. Eles perderam sua dominância na manufatura nas décadas de 70 e 80, e agora estão perdendo sua dominância nas finanças, bem como sua influência política e autoridade moral (que estão sendo parcialmente recuperadas agora pela eleição de Obama). A única coisa que restou é o poder militar, e ele é limitado em terra, como vemos no Iraque e no Afeganistão.

O mundo está se tornando muito mais multipolar com a ascensão da China e do Leste da Ásia como centro importante de poder, com a formação da União Europeia. As propostas de formar um banco latino-americano sugerem que essa região também poderá se tornar um poder regional mais consolidado.

IHU On-Line - *É possível resgatar o capitalismo dos capitalistas e “de sua falsária ideologia neoliberal”? Em que medida isso pode ser feito pela esquerda?*

David Harvey - O neoliberalismo não acabou. Formas secretas dele ainda estão profundamente arraigadas em instituições e estruturas financeiras, e, se o neoliberalismo tem a ver com a consolidação do poder de classe, é bem possível que vejamos uma consolidação ulterior disso até chegarmos a ficar sem as legitimações ideológicas da ciência econômica do livre mercado. É a esta consolidação do poder de classe capitalista que a esquerda tem de se opor resolutamente, até nas ruas, se necessário. Esta é grande batalha que tem de ser travada por todas as facções da esquerda.

IHU On-Line - *Economistas de todo o mundo recorreram às teorias de Marx e Keynes para pensar em alternativas à crise. Considerando o atual momento, a esquerda pode fazer mais do que isso, ou seja, propor novas alternativas ao invés de ficar atrelada apenas a essas teorias de salvamento da economia?*

David Harvey - Esta é uma questão controvertida, de modo que vou dar minha própria opinião. Sou a favor de se estabilizar o capitalismo através de medidas keynesianas que se transformem em possibilidades marxistas. Sou favorável a isso porque um colapso ulterior do capitalismo sem nenhuma alternativa pronta para tomar seu lugar causará miséria e sofrimento incalculável para a massa da população, incluindo as pessoas que estão no setor informal, enquanto que a classe capitalista escapará relativamente incólume.

A classe capitalista consolidará seu poder numa crise e tentará se proteger pela promoção de formas fascistas. A única maneira que consigo conceber de impedir isso é estabilizar o sistema a fim de criar uma ordem política mais forte para a construção da alternativa. Mas sei que muitas pessoas discordarão de mim, e não estou totalmente certo de ter razão.

IHU On-Line - *Para o senhor, a esquerda de hoje pretende desaparecer com o capitalismo ou reformulá-lo?*

David Harvey - O projeto de longo prazo é criar a alternativa ao capitalismo, e o longo prazo não pode ser muito longo porque esta crise nos mostra que o capitalismo como sistema histórico mundial está próximo de seu fim e suas possibilidades estão perto de serem exauridas. Portanto, temos de passar de modo rápido, mas deliberado, pela reforma para a transformação revolucionária.

IHU On-Line - *Diante da crise, muitos especialistas tratam da importância de regular o mercado. Nesse sentido, que função deve ser desempenhada pelo Estado? Que estratégia é primordial nesse momento?*

David Harvey - Nossos problemas atuais não serão resolvidos pela regulamentação, absolutamente. Essa não é a questão. O Estado tem um papel crucial a desempenhar no lançamento de um programa de estabilização para o capitalismo, mas, por definição, esse programa de estabilização tem de empoderar os trabalhadores, de modo que, quanto mais

empoderados estiverem, tanto mais o Estado se tornará um instrumento em suas mãos que pode ser usado para delinear a transição para o socialismo.

IHU On-Line – *O senhor concorda com as medidas adotadas pelos governos mundiais, que estão disponibilizando dinheiro para salvar instituições falidas? Por que não há uma redistribuição de recursos a favor dos setores mais necessitados da sociedade? Quais serão as consequências disso a longo prazo?*

David Harvey - A regra áurea neoliberal, desde a década de 70, tem sido salvar as instituições financeiras às expensas do povo, e é exatamente isto que estamos vendo agora. É por isso que eu digo que o neoliberalismo não acabou. Essa preferência por salvar as instituições financeiras e, ao mesmo tempo, ferrar o povo continuará, a menos que haja uma oposição maciça a ela. Se isso continuar, talvez saíamos da crise atual de tal forma que muitos de nós terão perdido seu ganha-pão e seus ativos, e ainda por cima seremos lançados de novo numa crise mais profunda e mais complicada daqui a cinco anos. A frequência e a profundidade das crises financeiras aumentaram nos últimos 30 anos de dominação neoliberal, e isso não deixará de ser assim até que desmantelemos a versão neoliberal do capitalismo e, em última análise, o próprio capitalismo. Mas temos de fazer isso dando um passo de cada vez.

G20 promete saída "verde" para a crise – Folha de São Paulo – Dinheiro – 31/03/2009

Maiores economias do planeta veem oportunidade de transição rumo a tecnologias
mais sustentáveis, diz comunicado

Esboço de documento final da Cúpula de Londres, que vazou no domingo, fala em regulação dos mercados e crédito a emergentes

Mergulhados em uma crise que eles próprios definem como "o maior desafio para a economia mundial nos tempos modernos", os líderes das maiores economias do planeta (o G20) anunciam um futuro luminoso, na forma de "uma recuperação verde", por meio de um transição rumo "a tecnologias e infraestruturas inovadoras, eficientes no uso de recursos [naturais]".

É o que diz o esboço de documento final da Cúpula de Londres, a realizar-se nesta quinta-feira, adiantado no domingo pela edição eletrônica do "Financial Times", que trouxe pânico aos negociadores do texto.

Os líderes listam o conjunto de ações adotadas para enfrentar a crise e dizem esperar que elas conduzam à retomada do crescimento até o final de 2010, calendário contestado por países em desenvolvimento, que acham que se recuperarão antes. Os principais pontos do rascunho divulgado pelo jornal "Financial Times" são estes:

CRESCIMENTO

"Comprometemo-nos a desenvolver a escala de esforço sustentado necessária para restaurar o crescimento e assegurar a sustentabilidade fiscal no longo prazo."

JUROS

"Nossos bancos centrais se comprometeram a manter políticas expansionistas pelo tempo que for necessário, usando todo o arco de instrumentos de política monetária, incluindo instrumentos não convencionais, consistentes com a estabilidade dos preços." Traduzindo: juros roçando o zero pelo tempo que for necessário. E instrumentos heterodoxos como imprimir dinheiro para injetá-lo diretamente na economia numa espécie de safena que supere o estrangulamento das artérias entupidas do sistema financeiro.

EMERGENTES

O comunicado promete disponibilizar recursos, a serem ainda quantificados até quinta-feira, para o financiamento de países emergentes e em desenvolvimento, que "foram o motor do crescimento recente do mundo, [mas] agora estão enfrentando choques que ameaçam a sua estabilidade e prejudicam a economia global".

Além disso, os governantes prometem liberar nos próximos dois anos uma quantia ainda não especificada para financiamento do comércio, por meio das agências de exportação e de investimento e dos bancos multilaterais de desenvolvimento.

COMÉRCIO

O texto reafirma o compromisso da cúpula de Washington de "não levantar novas barreiras para o investimento ou o comércio de bens e serviços, não impor novas restrições ao comércio e não criar novos subsídios às exportações".

O G20 também se compromete, como o fizera em Washington, a "alcançar um rápido acordo, na base dos progressos já feitos, [...] que levem a uma conclusão bem-sucedida da Rodada Doha, que produziria um estímulo para a economia global de ao menos US\$ 150 bilhões por ano".

SISTEMA FINANCEIRO

O comunicado anuncia uma ampla revisão do sistema de regulação/supervisão de entidades financeiras, cobrindo todos os setores, inclusive paraísos fiscais e agências de avaliação de risco.

Mas não define se haverá um grande regulador/supervisor global ou se predominarão as instâncias nacionais.

Diz apenas que os líderes "reconhecem a importância de assegurar que nossos sistemas regulatórios domésticos sejam fortes", mas acrescenta: "Um sistema financeiro globalizado também requer maior consistência e cooperação sistemática entre países, baseada em padrões elevados e internacionalmente acordados".

O texto trata também do sistema de pagamentos e compensações nas instituições financeiras, para que "recompensem a performance real, respaldem crescimento sustentável e evitem excessiva tomada de riscos".

Traduzindo: a remuneração dos diretores de instituições não deve premiar apostas arriscadas nem deixar de refletir o desempenho da firma.

FMI

O documento deixa claro que o Fundo Monetário Internacional assumirá um novo e relevante papel, seja como financiador de última instância, seja como "supervisor independente da economia mundial" para "prevenir e resolver crises, promover o crescimento e a redução da pobreza".

Para tanto, sua governança será modificada para que "economias emergentes e em desenvolvimento, inclusive as mais pobres, tenham mais voz" (vale para o Banco Mundial). Mas o texto até agora não estabelece qual será o aumento de recursos para o Fundo, hoje limitados a US\$ 250 bilhões.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

